

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS - SCH  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**MORGANA THAYS LAEMMLE**

**RUPTURAS E CONTINUIDADES NO DISCURSO E PRÁTICA DE MULHERES  
EMPRESÁRIAS JOINVILENSES**

**CURITIBA  
2015**

MORGANA THAYS LAEMMLE

**RUPTURAS E CONTINUIDADES NO DISCURSO E PRÁTICA DE MULHERES  
EMPRESÁRIAS JOINVILENSES**

Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Políticas e Sociologia, Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Marlene Tamanini

**CURITIBA  
2015**




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

## PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, após argüir a candidata **Morgana Thays Laemmle**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "RUPTURAS E CONTINUIDADES NO DISCURSO E PRÁTICA DE MULHERES EMPRESÁRIAS JOINVILENSES" é de parecer favorável à ..... *Aprovação* ..... da acadêmica, habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa linha de pesquisa "Cultura e Sociabilidade" da área de concentração em SOCIOLOGIA. Curitiba, 27 de março de 2015.

  
Profª Drª Siomara Aparecida Marques

  
Profª Drª Marília Gomes de Carvalho

  
Profª Drª Marlene Tamanini  
Orientador e presidente da banca examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Em minha caminhada de vida, só tenho a agradecer profundamente por quem está nela, pois sou muito privilegiada e abençoada. Sempre poucos e bons, sempre amáveis e queridos comigo. Meus mais sinceros agradecimentos:

À professora Marlene Tamanini, minha orientadora, pelo constante apoio e preocupação com minha caminhada acadêmica. Sua dedicação sempre é irrestrita e incondicional, e sua existência e experiência como mulher, pesquisadora e docente é rara e inspiradora. Obrigada pelos encaminhamentos e pelas infinitas sugestões bibliográficas, correções e empréstimos de livros. Seus ensinamentos sempre são tão amplos e profundos que por vezes me causavam desespero por achar que não conseguiria responder nunca às expectativas, mas sua cobrança ativa foi fundamental para que eu não me desviasse de meus objetivos e terminasse esse trabalho. Agradeço e deixo aqui minha mais profunda admiração, sempre.

Ao meu marido Aurelio agradeço pelo nosso encontro de vida, que faz qualquer dia ser um lindo e maravilhoso dia. Você é um companheiro, um amigo, e um ser humano raro e inigualável. Seu apoio sempre é incondicional e agradeço demais seu otimismo e incentivo em tudo o que eu faço, das coisas pequenas às grandes. Seu amor e cuidado são fundamentais na minha caminhada, obrigada por ser assim tão lindo nesses 8 anos juntos e por sempre estar comigo nas minhas invenções e viagens que crio. Nossa vida é leve, sem cobranças, você me respeita, me ajuda, me orienta, me completa. Agradeço por você ser tão nobre, tão sincero, tão honesto com tudo e com todos e com a nossa vida. Sua extrema inteligência é inspiradora e me motiva. Obrigada por dividir sua vida comigo e ser meu parceiro em tudo e na nossa casa. Te amo! É tu!

À minha mãe Marli, que é um exemplo de força e dedicação ao trabalho. Eu te admiro muito como a mulher que és, batalhadora e incansável, e agradeço cada esforço e renúncia que você fez em sua vida para me dar o melhor. Obrigada pelo exemplo de honestidade e a certeza que a vida recompensa os atos corretos. Espero poder retribuir sempre toda sua dedicação, com minhas vitórias, carinho e cuidados.

À minha sogra Geny e meu sogro Gabriel, que me deram hospedagem em Curitiba, sempre com muito carinho, apoio, comida quentinha e gostosa, e estão sempre dispostos a me receber e ajudar. Estar com vocês sempre é uma

oportunidade de bons momentos e bons conselhos, e a torcida e amor que têm por mim e pelo Aurelio e pelo nosso sucesso são motivadores. Esse Mestrado também é para vocês, que são exemplos de esforço e luta na vida.

À minha amiga doutoranda Marcela Brecailo, que foi uma grata e feliz surpresa conhecer nesse mestrado. Obrigada pela sua presença em minha vida, pelas nossas conversas, mensagens e por dividir sua vida comigo.

À minha amiga de infância e de toda vida Ana Júlia. Mesmo distante fisicamente, obrigada pelo nosso contato quase que diário. Nossas conversas, sérias ou cheias de besteira, via mensagem de celular, tornaram os momentos da escrita dessa Dissertação muito mais prazerosos.

Aos colegas e colegas dos Seminários Metodológicos e da linha de Pesquisa em Gênero, Cultura, Sexualidade e Saúde. Obrigada por este espaço de discussão e aprendizado, e pelas leituras e críticas feitas ao meu trabalho ao longo dos meses.

Às professoras da banca de qualificação dessa dissertação, Claudia Coser e Marília Gomes de Carvalho. Obrigada pelas críticas e sugestões, que foram fundamentais na reta final desse trabalho. Agradeço especialmente à professora Marília, que fez contribuições elementares para este trabalho.

À todas as mulheres feministas, acadêmicas ou não, que trazem clareza e certeza na luta por um mundo melhor e mais justo, mesmo quando tudo parece tão errado.

À todas as empresárias entrevistadas para este trabalho, e ao grupo de mulheres empreendedoras que me acolheu como pesquisadora e possibilitou um frutífero campo de pesquisa.

Finalmente, e não menos importante, à CAPES e ao Programa de Pós Graduação em Sociologia pelo apoio nesses dois anos de Mestrado. Sem a ajuda financeira proporcionada pela bolsa de Mestrado, nada disso teria sido possível.

## RESUMO

Esta dissertação é fruto da pesquisa realizada entre 2013 e 2014 com mulheres empresárias na cidade de Joinville, visando compreender quais são os conteúdos das relações de gênero vividos por estas mulheres enquanto empreendedoras e quais são os princípios motivadores refletidos na decisão de empreender. Por meio do olhar sociológico e de perspectivas analíticas pertencentes ao campo dos estudos de gênero, coloca-se um olhar focado nas teorias sensíveis aos aspectos da divisão sexual do trabalho, dentro dos estudos de gênero, para pensar a reflexividade das entrevistadas, como são gendrificadas e como se expressam em sua experiência de mulheres empresárias no contexto da cidade de Joinville e do discurso de sua vocação para o trabalho. O campo dos estudos de gênero permite neste estudo a desnaturalização das relações e ampliação do horizonte para considerar o conjunto de relações sociais imbricadas nas decisões e nos investimentos pessoais e profissionais, na experiência e no fazer de mulheres empresárias, no que vincula gênero, trabalho e etnia. A pesquisa visa compreender como se dá a experiência de ser sujeito empresária e reflete sobre as possibilidades do reposicionamento feminino e empoderamento pessoal, financeiro e social. Também discute como há e como não há a produção de rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais na relação entre o trabalho feminino, masculino e doméstico, quando se pensa o empreendimento de negócios criados por mulheres.

**Palavras-chaves:** Feminismos. Empreendedorismo. Empreendedorismo Feminino. Divisão Sexual do Trabalho. Joinville.

## **ABSTRACT**

This dissertation is the result of the research conducted between 2013 and 2014 with women entrepreneurs in the city of Joinville, seeking to understand what are the contents of the gender relations experienced by these women as entrepreneurs and what are the motivating principles reflected in the decision to undertake. Through the sociological perspective and analytical perspectives belonging to the field of gender studies, we take a gaze focused on theories sensitive to aspects of sexual division of labor within the gender studies, looking to think the reflexivity of the respondents, how they are gendered and how they express themselves in their experience of women entrepreneurs in the context of the city of Joinville and on the speech of their vocation to work. The field of gender studies allows, in this study, the denaturalization of relations and expansion of the horizon to consider the set of social relations overlapping the decisions of both personal and professional investments, in the experience and making of women entrepreneurs, linking gender, labor and ethnicity. The research aims to understand the experience of being subject businesswoman and reflects on the possibilities of female repositioning and personal, financial and social empowerment. Also discusses how there is and as there is not a production of disruptions in face of the traditional and unequal structures in the relationship between the female, male and domestic work, when thinking business enterprise created by women.

**Keywords:** Feminisms. Enterprise. Female Enterprise. Sexual Division of Labor. Joinville.

## LISTA DE QUADROS

|   |    |
|---|----|
| QUADRO 1 - Perfil das Entrevistadas   | 34 |
| QUADRO 2 - Estado civil, moradia e utilização de trabalho doméstico das entrevistadas | 75 |



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>8</b>   |
| <b>1 O CAMPO DE PESQUISA: CONTEXTOS, METODOLOGIA E REFERENCIAIS</b>              | <b>17</b>  |
| 1.1 CONTEXTO DO CAMPO DE PESQUISA.....   | 19         |
| 1.2 O CAMINHO ATÉ O CAMPO DE PESQUISA.....                                       | 21         |
| 1.3 A INSERÇÃO NO CAMPO.....   | 24         |
| 1.4 AS EMPRESÁRIAS ENTREVISTADAS.....  | 28         |
| 1.5 A PESQUISA QUALITATIVA E AS ENTREVISTAS SEMIABERTAS .....                    | 35         |
| 1.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS .....                               | 39         |
| <b>2 REFERENCIAL ANALÍTICO GÊNERO: TENSÕES E CONSTRUÇÕES.....</b>                | <b>41</b>  |
| 2.1 A ESSENCIALIZAÇÃO PELA NATUREZA .....  | 42         |
| 2.2 O ROMPIMENTO COM A NATURALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES .....                          | 44         |
| 2.3 DESAFIOS NO SISTEMA SEXO-GÊNERO.....   | 48         |
| 2.4 GÊNERO EM CONTEXTO E RELAÇÃO .....   | 51         |
| <b>3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O EMPREENDEDORISMO FEMININO</b>              | <b>57</b>  |
| 3.1 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.....   | 60         |
| 3.2 O TRABALHO FEMININO.....   | 67         |
| 3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E DELEGAÇÃO: RUPTURA?.....                                | 69         |
| 3.4 EMPREENDER, PARA? SER MULHER!.....   | 76         |
| 3.5 EMPREENDER PARA MATERNAR E CUIDAR .....                                      | 84         |
| 3.6 EMPREENDEDORISMO: TRABALHAR EM DOBRO.....                                    | 90         |
| <b>4 MARCADOR ÉTNICO: IMIGRAÇÃO ALEMÃ E O VALOR DO TRABALHO .....</b>            | <b>100</b> |
| 4.1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL.....                     | 101        |
| 4.2 MÃE PÁTRIA: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SANTA CATARINA .....                        | 103        |
| 4.3 A IMIGRAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E VOCAÇÃO PARA O TRABALHO .....                | 110        |
| 4.4 EMPREENDEDORISMO FEMININO E A VOCAÇÃO ALEMÃ PARA O<br>TRABALHO .....         | 113        |
| 4.5 MASCULINIDADES, FEMINILIDADES, NEGÓCIOS: DAS MULHERES PARA<br>MULHERES ..... | 116        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>128</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>134</b> |
| <b>APÊNDICE</b> .....  | <b>142</b> |

## INTRODUÇÃO

Este estudo que tem como tema o empresariado feminino em Joinville, será analisado por meio do olhar sociológico e de perspectivas analíticas pertencentes ao campo dos estudos de gênero. Em sua especificidade, coloca-se sob o olhar que se foca nas teorias sensíveis aos aspectos da divisão sexual do trabalho, dentro dos estudos de gênero. O sujeito, neste caso, mulheres empresárias, e sua reflexividade, está sendo pensado como práticas culturais, institucionais e sociais que são gendrificadas e que se expressam na experiência de mulheres empresárias. O campo dos chamados estudos de gênero permite a compreensão desnaturalizada da relação que se estabelece na vida em sociedade entre os sujeitos mulheres e homens, em várias das dinâmicas sociais. Esta escolha é de uma perspectiva que amplia o horizonte para considerar o conjunto de relações sociais imbricadas nas decisões e nos investimentos pessoais e profissionais, na experiência e no fazer de mulheres empresárias, no que vincula gênero, trabalho e etnia.

As relações de gênero como já o sabemos, fazem parte do dia a dia de nossa vida, se estabelecem em valores imbricados com o cotidiano, permitem a inclusão ou a exclusão social, profissional, familiar, e, são dinâmicas importantes quando se trata de poder, poderes, empoderamentos e saberes. Marcam uma perspectiva de olhar que à pesquisadora deste campo, permite interrogar o que significam os processos culturais, geracionais, profissionais, familiares, para homens e para mulheres em certas relações e frente a certos contextos. Desta perspectiva, evidentemente, a despeito de se considerar a construção cultural das práticas, não se trata de tomar como ponto de partida modelos fechados. Ao contrário, significa pensar com flexibilidade suficiente de quem tem uma postura, que reconhece e sabe que não há um único modelo de masculinidade nem de feminilidade para as pessoas em sua vida e em suas relações. Sendo as questões imbricadas com relações de gênero uma composição histórico-cultural, os modelos de homens e de mulheres são construídos de maneira diferente, dependendo do contexto social, das necessidades estruturais e do que interfere na constituição dos sujeitos como seres sociais. Assim é possível que se identifiquem dinâmicas estruturais diferentes se a relação está inserida em meio a cultura organizacional de uma empresa, por exemplo, ou se estamos falando das relações com a educação, a saúde, a

construção civil, ou se estamos no espaço da casa. Em todas as profissões, e, em todas as experiências profissionais se pode encontrar desigualdades de gênero. Este fato empírico, por si só é carregado de grandes e significativos aspectos a serem analisados por meio de diferentes estudos.

O fato de que haja acordo entre muitas pesquisadoras e pesquisadores estudiosos das relações de gênero, de que as relações de poder desigual estão presentes em muitas esferas da vida e de diferentes organizações sociais e culturais, não dispensa estudos empíricos e a entrada de novos olhares, com novos “objetos” e quem sabe novas perspectivas. Já sabemos que as relações no mundo do trabalho são desiguais, bem como as relações cotidianas entre homens e mulheres em muitos campos, mas neste estudo queremos entender com são as relações de mulheres com suposta autonomia, chamadas de empresárias e frequentemente definidas como empreendedoras. Haverá um lugar criativo, uma agência, no sentido giddiano a partir da qual se processam estratégias de inserção, permanências, continuidades de si nos projetos que elas engendram como empresárias e que as tornam livres das amarras da desigualdade nas relações de gênero. Em que condições são criativas ou resistem ao contexto discriminador, ou como superam as barreiras no mundo da empresa? Como demarcam o campo empresarial com a emergência da diferença, se demarcam, e como estas questões estão ou não estão interseccionadas com as questões étnicas da cidade de Joinville onde se encontram? Afinal, são mulheres em um mundo tradicionalmente considerado de homens, mas estarão elas inseridas em condições de reflexividade, consciência de si, tais, que lhes permita a tomada de posição diante das dinâmicas e dos discursos que constroem posições hierárquicas e desiguais de gênero, como elas os sentem, percebem, ou não percebem? Sua entrada no mundo empresarial lhes permite a aquisição de capital simbólico, que jogue positivamente nos processos de reconhecimento de sua capacidade de gerenciar, administrar e de fazer acontecer? Como elas se conectam com as relações de poderes e com os saberes, que derivam de suas práticas e que podem estar conectadas a um habitus que as produziu, dentro de perspectivas masculinistas institucionalizadas para empresários (homens)? O mundo empresarial está ainda vinculado as concepções sobre as competências masculinas, veiculado pelo poder simbólico masculino, que dispensa justificção, pois se trata da envergadura androcêntrica, que, assim como

apresentada numa perspectiva bourdieusiana, essa visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. Temos, portanto, a experiência de mulheres inserida em um campo de divisão sexual do trabalho e de percepções, muito bem gendrificadas. Percepções geradoras de práticas estabilizadas dentro de um ordenamento cultural que mantêm a experiência do feminino subordinada as hierarquias entre os sexos com leituras de gênero vinculadas aos mitos da superioridade do masculino.

Pensar a experiência de inserção de mulheres no mundo empresarial objeto desta dissertação é tomar nas mãos a construção simbólica e de valores que é desenhada por masculinidades, e que também se torna parte integrante dos processos de subjetivação do feminino pela diferença dos gêneros. Estes processos normalmente, se fazem pela linguagem, pela gestualidade, pelos discursos sobre os corpos, no caso das empresárias checando sua capacidade, produzem uma diferenciação dualista que desafia politicamente a emancipação das mulheres. São processos que também demarcam formas de subjetividades e de tomada de decisões, ou de condições para fazê-lo.

Assim, a diferença não pode significar que as mulheres sejam instaladas no espaço intocável da feminilidade masculinista; ou na voz do outro sobre elas, o que não é útil igualmente, ao processo de emancipação humana porque também instala os homens no outro pólo da relação, como opostos. Deixar às mulheres relegadas a exaltação dos valores da feminilidade impregnada de essencialismos, as invisibilizou em muitos campos. Isto por sua vez, também as levou ao desafio de que elas se assumissem como sujeitos políticos pensantes e atuantes; embora as mesmas, não tenham até o momento, se livrado da violência, da pobreza e da exploração.

Desta maneira se pensados relacionalmente, os homens também se encontram inseridos em um sistema de representações do qual, parece que não podem sair porque lhes falta linguagem, articulações, ou metas, fora da reiteração da ordem simbólica violenta ou porque simplesmente resistem a rupturas. Se de fato, eles têm levado vantagens históricas, por isso mesmo - são também eles - os prisioneiros de um sistema gendricado pela violência. Isso não lhes tira a responsabilidade sobre seus atos, nem os torna vítimas, como se fez parecer em algum tipo de leitura a respeito da masculinidade, outrossim, os coloca frente a um quadro de problematizações necessárias à sua própria masculinidade. Aspecto que

nos desafia ao entendimento dos conteúdos que fazem esta relação social, política, e, sobretudo cultural, e que é capaz de gerar tantos sofrimentos, quanto de impetrar gestos, palavras e/ou agressões verbais ou físicas, na ordem da linguagem, na moralidade, ou no âmbito dos espaços das instituições, das amizades, dos amores e dos conhecimentos. Não é incomum a classificação de que somos imbecis, amorais, descontroladas, desleais, infiéis, ignorantes, incapazes de pensar sem stress, emocionalmente ou hormonalmente perturbadas, ou incapazes de raciocínio lógico.

A produção de uma perspectiva analítica de gênero exige, portanto, um esforço no sentido de visibilizar a estrutura que produz determinadas relações em determinadas circunstâncias nos processos de formação, reprodução e manutenção das instituições no mundo do trabalho. As mulheres empresárias vêm produzindo novos lugares de enunciação e não somente preenchendo lacunas por falta estatística do masculino ou reiterando os modelos normativos. Não vamos discutir neste texto de que masculinidade se trata, ou que masculinidades estão postas e de que forma. Pelo menos não pelo foco da homosociabilidade, ou algo que o valha. Porém, o fato é que o mundo corporativo é androcêntrico, sendo que as mulheres devem ser comparadas a homens para ter a qualidade de uma referência positiva. Aspecto que nos leva à outro ponto de tensão e nos coloca frente a forma de organização, de reconhecimento e de constituição desses indivíduos homens e mulheres.

No caminho da construção de uma perspectiva analítica, através das relações de gênero, apreende-se de maneira relacional a dimensão interpessoal e identitária para homens e mulheres nos âmbitos privados e públicos, assim como os marcos sociopolíticos e culturais que organizam alguns aspectos da vida social. Neste trabalho, a opção é pelo enfoque de gênero como participante estruturante de processos e relações sociais que concernem a vida das mulheres enquanto mulheres empresárias. Assim, realiza-se a compreensão dos modos concretos de interconexão das dimensões da vida social, de gênero e de etnia no engendramento das desigualdades e das relações de poder para construir o desafio de se pensar as dinâmicas do mundo da família e do trabalho destas mulheres.

Desta forma, expõe-se que esta dissertação propõe como foco da pesquisa compreender as relações vividas por mulheres empresárias quanto a sua experiência de sujeito no que tange, particularmente, às questões de sua inserção

num meio de atividades empresariais, historicamente relacionado com um mercado de atuação e sucesso masculino. Analisa os conteúdos gendrificadas que marcam a divisão sexual do trabalho e se as características desta divisão permanecem ou não vinculadas às demandas de perspectiva tradicional, em que há divisões entre tarefas supostamente masculinas e femininas, assim como diferença na remuneração entre homens e mulheres, no caso da trajetória de vida profissional escolhida pelas mulheres empresárias. Analisa-se os elementos desta relação de inserção no mercado empresarial forjada por mulheres, na condição de empresárias, e, em suas conexões com os valores do empresariado, indagando se, de fato, neste meio elas têm a possibilidade de se instituírem como um novo lugar de si.

Ao mesmo tempo, pelo fato desta pesquisa ter sido empreendida na cidade de Joinville, e por constituir-se neste cenário específico, já anteriormente pensado e pesquisado por mim, enquanto socióloga<sup>1</sup>, ela também analisa se as percepções das mulheres empresárias no contexto da cidade de Joinville estão marcadas por uma dimensão étnica, em que hábitos culturais e de discursos de diferenciação exaltem o valor do trabalho para homens e mulheres.

Dentro desse contexto introdutório da pesquisa, define-se, então, que o objetivo geral desta dissertação seja apresentado do seguinte modo: compreender quais os conteúdos das relações de gênero vividos por mulheres empresárias na cidade de Joinville. Considerando-se a análise e a reflexão, a pergunta de partida que norteia essa pesquisa é:

- Como é esta experiência de ser sujeito empresária e se ocorre algum reposicionamento feminino e/ou a produção de rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais na relação entre o trabalho feminino e masculino quando se pensa o contexto do empreendimento de negócios criados por mulheres na cidade de Joinville?

Além desta indagação de cunho mais geral, outras indagações secundárias, tais como as que seguem abaixo norteiam o trabalho, e, desta forma, objetiva-se assim também compreender:

- Quais os princípios motivadores refletidos pelas mulheres na decisão de empreender um negócio em Joinville?

---

<sup>1</sup> Monografia intitulada “As ‘alemoa’ e as brasileiras: com quem eu devo me casar?”, defendida em agosto de 2008 para obtenção do grau de bacharelado, do curso de Ciências Sociais da UFPR. Orientadora: Professora Doutora Marlene Tamanini.

- Qual o tipo de reflexividade que estas mulheres produzem ao tornarem-se empresárias?
- Como as mulheres empresárias rompem, ou não, com valores conservadores frente aos temas clássicos da divisão sexual do trabalho e de sua composição enquanto relação social longamente marcada por percepções e relações binárias e desiguais?
- De que maneira estariam as mulheres empresárias promovendo seu empoderamento financeiro, social e pessoal, e sem desvantagens e sem desigualdades de gênero?

Estas indagações cumprem a função de marcar as fronteiras desta relação que se foca neste trabalho, e levam para algumas hipóteses, no sentido de articulações que servem de trilhas para adentrar nos conteúdos da experiência e para rearticular os elementos de uma problemática vinculada ao empreendedorismo de mulheres empresárias na cidade de Joinville.

As hipóteses de pesquisa que aqui serão apresentadas, orientam um olhar interpretativo e reflexivo para a análise das experiências dessas mulheres em suas empresas, decisões e cotidiano de relações com o mercado, família, filhos, contratados, legislação, ou o que for suscitado por sua reflexão sobre o que fazem e que é, em parte, manifestado em situação de entrevista, assim como o é para o tema e para os objetivos em questão, e, desta forma, assim se apresentam:

- As mulheres empreendedoras estão produzindo rupturas na velha e conhecida divisão sexual do trabalho. Ao romperem com esta construção baseada na ordem reprodutiva e dependente do feminino, elas promovem seu empoderamento e sua independência. Estes aspectos produzem autonomia econômica, emocional e social e novas possibilidades profissionais, pessoais. Permitem que adentrem no espaço público, pois, ao investirem para tornarem-se empreendedoras, além de serem as únicas proprietárias de seu negócio também gerenciam seu tempo livre e se produzem como sujeitos de si, instituindo-se em uma nova subjetividade, como um novo lugar de agência de si, vinculado a experiências mais positivas e a sentimentos de valor sobre o que elas fazem;
- A decisão de empreender é facilitada pelo cenário local, pois existe uma relação entre as decisões pessoais das mulheres empreendedoras joinvilenses, seus discursos e suas práticas relativas à sua inserção no mercado como

empresárias, com um forte apelo à cidade de Joinville e seu passado da imigração alemã, com seus símbolos identitários, sobretudo sobre a lógica dos aspectos valorativos atrelados a uma suposta “vocação para o trabalho”.

É neste cenário de pesquisa posto, que as diferenças relativas às relações de gênero devem ser compreendidas como interligadas à produção de subjetividades de homens e mulheres e devem ser analisadas como constitutivas da organização das instituições sociais. Neste contexto, o presente trabalho também se encontra na interface das relações com as representações compartilhadas pela cultura local e empresarial, a respeito do significado de ser mulher empreendedora no mundo dos negócios.

Assim sendo, os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram entrevistas semiestruturadas com empresárias de Joinville. Para tanto, através da entrevista com seis empresárias escolhidas pertencentes a um grupo composto exclusivamente por mulheres empresárias utilizou-se o método de análise de discurso que procurou interpretar o sentido da linguagem e das percepções das entrevistadas, ou seja, os significados do discurso para explicar as intenções e noções que afloraram nos enunciados elaborados pelas entrevistadas.

Desta forma, a abordagem do trabalho é de perspectiva qualitativa e insere a pesquisa nas contribuições de teóricas feministas e de gênero, da divisão sexual do trabalho, assim como nos conceitos acerca do empreendedorismo, além de reportar aspectos das análises sobre a questão do contexto étnico alemão joinvilense, que se conecta às hipóteses de trabalho.

Na busca de apreender, alcançar e compreender estes aspectos, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo - versa sobre o campo de pesquisa, seus contextos, a metodologia com seus referenciais teórico-analíticos. Dessa forma, apresenta-se o contexto em que se deu a conformação da pesquisa, para que seja possível compreender como foi realizado o caminho enquanto pesquisadora até o tema do empresariado feminino na cidade de Joinville, para que seja possível reconhecer como meus atuais questionamentos inserem-se em partes das questões vivenciadas em pesquisas passadas. Num caminho que relata o momento da inserção em campo, neste capítulo também apresento quem são as empresárias pesquisadas, tecendo um breve perfil sobre cada uma delas. Apresento a metodologia qualitativa



utilizada nesta pesquisa, composta de entrevistas semiestruturadas, e a observação participante com relatos e situações colhidas e anotadas em Diário de Campo. Nele igualmente, será introduzido brevemente a base teórico-analítica, que se apoia em uma perspectiva de gênero, e no conceito da divisão sexual do trabalho.

No segundo capítulo - que tem como título: Referencial analítico gênero: tensões e construções - procede-se à construção da perspectiva analítica de gênero, para fundamentar a análise necessária às indagações. Assim sendo, com enfoque analítico, por causa do objeto escolhido e do recorte de pesquisa, através das relações de gênero, apreende-se o gênero de maneira relacional. Neste trabalho, o mesmo é construído numa dimensão interpessoal e identitária para homens e mulheres nos âmbitos privados e públicos, isto não inviabiliza olhar que as experiências e as representações sobre o feminino e o masculino possam aparecer tanto como complementares, ou sem sentidos de continuidades, englobadas em sistemas de percepções sobre as diferenças ou não, e que estas mulheres possam estar dentro e fora das representações de gênero comumente estabelecidas. Este capítulo se faz necessário para a compreensão dos marcos sociopolíticos e culturais que organizam alguns aspectos da vida social quando falamos de gênero enquanto categoria analítica, na interconexão das dimensões da vida social, de trabalho, das relações de gênero e de etnia necessários à compreensão e construção da pesquisa que orienta este trabalho.

No terceiro capítulo - A divisão sexual do trabalho e o empreendedorismo feminino - haverá a articulação do conceito de gênero frente aos temas clássicos da divisão sexual do trabalho, para que seja possível a compreensão dos modos concretos da experiência das mulheres enquanto empresárias e de sua relação social longamente marcada por percepções e relações binárias e desiguais. Neste capítulo, propõem-se analisar se há novas dinâmicas de inserção de mulheres em um meio que carrega um status de empreendedoras e se elas poderiam mudar sua posição na representação de gênero, promovendo seu empoderamento e novas configurações domésticas. A análise empreendida neste capítulo, que trata dos temas do trabalho e do empreendedorismo feminino, será realizada com olhar mais atento ao conteúdo das entrevistas realizadas com as mulheres empresárias, em que há o relato de suas experiências e de sua reflexividade.

No quarto e último capítulo - Marcador Étnico: imigração alemã e o valor do trabalho - há a discussão sobre a etnia como categoria analítica através de um apanhado histórico acerca da imigração alemã no estado de Santa Catarina, e sua conformação com valores identitários ligados ao trabalho, construindo assim um marcador étnico que atribui a cidade de Joinville, à sua conformação histórica e étnica um arcabouço valorativo positivo e que incentiva a participação feminina nessa esfera pública dos negócios, sobretudo sobre a lógica dos aspectos valorativos atrelados a uma suposta “vocação para o trabalho” empreendido no cenário local. Essa análise também será possível graças a interconexão realizada com o material empírico da pesquisa, fruto das entrevistas realizadas com as mulheres empresárias. Em que as percepções das mulheres empresárias com os valores do empresariado, constroem sua reflexividade, em rela o ao contexto da cidade de Joinville e seus valores e práticas marcados pela dimensão étnica.

## **1 O CAMPO DE PESQUISA: CONTEXTOS, METODOLOGIA E REFERENCIAIS**

O caminho da construção de uma pesquisa se dá como um processo, e, tal como um processo, envolve diferentes fases; etapas em que os momentos da pesquisa são constituídos de substratos teóricos, metodológicos, conceituais, como também constituídos pelos contextos e percalços que demarcam o campo de pesquisa e a relação entrevistadora/entrevistada, até que se chegue à versão final do trabalho e a um processo bem delineado de reflexão. Nesta pesquisa, ao decidir problematizar a vida e o contexto de trabalho dessas mulheres empresárias, assumo um entrelaçamento entre os contextos, espaços, subjetividades, entrevistas e desafios (OLESEN, 2006). Porém, devo dizer que estas preocupações empíricas e teóricas, nasceram anteriormente ao momento da pesquisa. Foram sendo delineadas através do processo de delimitação do campo de pesquisa e do objeto escolhido, através do meu caminho enquanto pesquisadora e socióloga. Além do que, os estudos feministas que servirão de base conceitual e analítica para este trabalho, também chegaram em minha formação antes deste momento.

Considero adequado expor o caminho de pesquisa de maneira significativa, incluindo os detalhes os contextos de pesquisa e da entrada em campo, antes de seguir efetivamente à explanação da metodologia empregada e da fundamentação das técnicas empregadas, pois acredito que “uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados”. (DUARTE, 2002, p. 140). Portanto, a longa viagem empreendida nesse trabalho demonstra um modo diferente de olhar e pensar a realidade das mulheres empresárias pesquisadas em Joinville a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que, depende também, do processo epistemológico que já se construiu até aqui. Digo isso, pois, ao realizarmos um trabalho de campo, durante dada pesquisa, algumas questões podem ser colocadas de forma bem imediata, enquanto outras podem aparecer no decorrer do trabalho de campo. A necessidade de dar conta dessas questões para poder encerrar as etapas de um estudo frequentemente nos leva a um trabalho de reflexão em torno dos problemas enfrentados, erros cometidos, caminhos escolhidos e dificuldades descobertas, sobretudo quando faz-se uso da pesquisa qualitativa -

como realizado nesse trabalho - que, pode enfrentar dificuldades, mas revela-se sempre um empreendimento profundamente instigante, agradável e desafiador.

Nesse caminho de construção deste texto e desta experiência como processo de mestrado e prática da pesquisa e, sobretudo, da escolha do objeto a ser estudado, levei em conta considerar três critérios fundamentais: originalidade, relevância, e viabilidade do tema a ser pesquisado. (CASTRO, 1995). E além disso, considerei um tipo de tensão, uma percepção de uma construção ainda pouco realizada no tema das mulheres empresárias, e que justifica a pretensão de pesquisa-la. Nesse sentido, faz-se interessante o que Karl Popper diz a respeito da lógica das Ciências Sociais, em que, "o conhecimento só começa a partir da tensão entre conhecimento e ignorância". (POPPER, 1978, p. 14). Indo além, tem-se que qualquer pesquisa, em qualquer nível, exige do pesquisador um envolvimento tal, que seu objeto de investigação passa a fazer parte de sua vida, como diria Wrigth Mills:

É melhor começar, creio, lembrando aos principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. . . A erudição é uma escolha de como viver e ao mesmo tempo uma escolha de carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio eu à medida que se aproxima da perfeição de seu ofício. (MILLS, 1980, p. 211).

Estes aspectos são parte das características da própria pesquisa qualitativa, que é indutiva. Nestes casos, os pesquisadores desenvolvem conceitos e compreensões a partir do seu contato com o campo, por isso, as hipóteses de trabalho são só trilhas. Contam muito mais o contexto, as relações, as pessoas imbricadas na relação com a teoria. O desafio é o de compreender as relações investigadas dentro do marco de suas referências, que podem ser culturais, sociais, políticas, familiares, étnicas. Torna-se importante observar as prioridades estabelecidas, o objeto e o problema em diálogo com a teoria, e buscar orientações e opções metodológicas possíveis para melhor abordá-lo, incluindo as articulações interdisciplinares. (PIRES, 2008).

## 1.1 CONTEXTO DO CAMPO DE PESQUISA

Esta dissertação de mestrado que apresento insere-se num contexto de pesquisa sociológica preocupado com o trabalho feminino realizado por empresárias na cidade de Joinville e suas múltiplas configurações. A cidade de Joinville apresenta-se na mídia, nas propagandas turísticas, nas estratégias governamentais de atração de investimentos internacionais, e nas noções que o empresariado compartilha e divulga em seus sites corporativos, como uma cidade com forte “vocação” industrial, em que o discurso predominante que ecoa em todas as áreas da vida social e produtiva é incessantemente reproduzido pela percepção que trata a cidade como um espaço com “vocação para o trabalho”, vocação esta que se estende ao trabalho produtivo e que configura renda e salário. Ao mesmo tempo, há ainda o profundo apelo ao passado da imigração, em que o discurso e os valores falam sobre os imigrantes alemães e sua pretensa disposição quase que considerada “inata” ao trabalho. É neste contexto, mas que mescla mulheres, trabalho e etnia, que meus questionamentos enquanto pesquisadora se inseriram num quadro que indaga sobre qual era a participação feminina nesse cenário, um cenário no qual apenas o agente social masculino costuma ser referenciado como sujeito da ação no mundo do trabalho e como participante deste status de vocação para o trabalho.

Dessa forma, inicialmente, foi por uma inquietude pessoal acerca das mulheres no cotidiano de uma cidade industrial, com forte potencial econômico e de expansão, que produzi os questionamentos desta dissertação. Foi este contexto que me fez interrogar sobre a participação das mulheres no mundo do empreendedorismo, e me fez perguntar se as mulheres empresárias joinvilenses produziam rupturas ou resignificavam e reposicionavam sua possibilidade de ser sujeito à medida de sua inserção no mercado de trabalho como empresárias.

Sabe-se que as costumeiras configurações do trabalho feminino instituem-se dentro dos antigos padrões da clássica divisão sexual do trabalho, marcada por estereótipos de gênero, e por estruturas desiguais quanto a carga de trabalho, a percepção valorativa do que a mulher faz, os processos desiguais na inserção para obtenção de renda e de desenvolvimento e as pobres condições de romper com antigos parâmetros sexistas do uso do tempo, do cuidado e da formação

profissional. Ao mesmo tempo, tem-se que, atualmente, para as mulheres, questões tais como mobilidade, qualificação, renda e uso do tempo, frente às novas habilidades exigidas pelo mercado, que interferem no modo como elas se organizam, escolhem e estabelecem diariamente suas prioridades e as dinâmicas de sua vida. Sobretudo, quando delas depende o cuidado dos filhos, a organização da casa, da alimentação, das compras, dos afetos, tarefas normalmente realizadas por elas. Este cenário é o grande motivador do trabalho.

Neste cenário, a segregação ocupacional horizontal e a segregação vertical são frequentemente visualizadas. No caso da segregação horizontal refere-se frequentemente a segregação ocupacional e setorial do emprego feminino em alguns setores da economia e a segregação vertical refere-se as chances reduzidas que a mulher tem de ascender na hierarquização organizacional. Assim, em muitos setores e cenários, as mulheres podem viver segregações gendrificadas que definem previamente seu lugar no mercado de trabalho. Estudos também tem mostrado como em algumas situações as mulheres tem rompido o teto de vidro, expressão utilizada para dizer que o teto hierárquico pode ser rompido, que não era impenetrável sempre. (CYRINO, 2012). Em alguns setores - e de maneira não homogênea - começam a aparecer mulheres. Isto significa que em certos sentidos, algumas destas barreiras artificiais começam a se desfazer, embora existam ainda muitos desafios mostrados por diferentes estudos sobre os comportamentos discriminatórios nos espaços empresariais e estes contribuam ainda com pesos significativos para manter as mulheres longe das hierarquias valorizadas profissionalmente e organizacionalmente. Neste aspecto são muitos os desafios à pesquisa que se conectam tanto com a necessidade de entender as barreiras existentes para a ascensão profissional, quanto com os aspectos organizacionais, ou com a dimensão doméstica, e, sobretudo, com a dimensão normativa e cultural que produz gendrificações nesses processos.

Desta forma, no cenário de pesquisa desta dissertação, que se apoiou nas narrativas de algumas mulheres empresárias da cidade de Joinville, torna-se um trabalho de pesquisa com suas indagações, objetivos e descobertas, que é uma forma e uma possibilidade de recuperar e narrar a experiência coletiva e social de mulheres em sua complexidade específica, e no modo como suas experiências vividas e relatadas acerca de seus empreendimentos são retratadas e analisadas

sociologicamente. Busca-se portanto, a partir de uma perspectiva de foco qualitativo um processo metodológico e analítico adequado e que permita tratar as relações sociais entre os sexos, com foco na análise da atuação reflexiva, e participação da mulher enquanto ser social e produtivo no mundo dos negócios criados por elas na cidade de Joinville.

## 1.2 O CAMINHO ATÉ O CAMPO DE PESQUISA

Antes de iniciar as discussões mais aprofundadas e substanciais da pesquisa em si, considero adequado e esclarecedor discorrer sobre o caminho que percorri até aqui em meio aos estudos de gênero na sociologia. Penso que, deste modo, seja possível conhecer como minhas atuais e novas questões e problemas de pesquisa são ligadas em parte ao meu passado de produção acadêmica, mas, sobretudo, espero demonstrar que as questões de hoje estão inseridas em novas relações sociais, com foco em sujeitos que tem trajetórias diferentes daquelas que fizeram o discurso do passado que pesquisei, ainda se estes novos sujeitos mulheres empresárias, ainda escutem e, por vezes, compartilhem de hábitos culturais e de discursos de diferenciação em relação a outras cidades, e que se exaltem o valor do trabalho. Considerados alguns aspectos culturais da tradição compartilhada nos documentos sobre a construção da cidade e no discurso cotidiano de muitos dos moradores, bem como, o lugar de inserção das mulheres empresárias, sigo com um breve histórico de minha formação e de minha relação com as pesquisas que me levaram a este caminho. Faço um caminho que demonstra de onde parti, onde cheguei, e aponta para onde pretendo seguir a continuar minhas pesquisas para chegar a novos temas e descobertas, muitos ainda caros a minha formação, sobretudo os que remetem à negócios, administração e empreendedorismo.

Iniciei minha graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Paraná no ano de 2004. No mesmo ano, ingressei no PET - Programa de Ensino Tutorial - ambiente este ao qual sou extremamente grata e que contribuiu muito para minha formação, pois foi ao lado dos colegas e das colegas e das tutoras que pude permanecer desde o primeiro ano da graduação mais próxima da área de pesquisas bibliográficas e das revisões de bibliografia que iam além das usuais do curso de

Ciências Sociais. Foi neste Programa de Pesquisa também o local frutífero e de absorção de conhecimento no qual pude ter acesso a outras pesquisas e temas e debater desde muito cedo sobre as pesquisas empíricas de outros colegas do PET, colegas estes que estavam mais adiantados no curso de Ciências Sociais e/ou em vias de se graduarem. Assim, em meio a estas produções acadêmicas, foi que no ano de 2006 iniciei e concluí minha primeira pesquisa individual no PET, intitulada “Práticas de Memória Feminina: a produção do conhecimento no Privado”; e no ano de 2007 apresentei a pesquisa “História oral, histórias de vida e práticas de memória feminina: a produção do conhecimento” junto a um evento promovido pelos PETs de Ciências Sociais e História cujo tema era “A Produção do Conhecimento”. Ambas as pesquisas realizadas no PET foram orientadas pela professora Marlene Tamanini, com a tutoria das professoras Miriam Adelman da Sociologia - num momento inicial, e Liliana de Mendonça Porto da Antropologia, ambas tutoras do PET em seus respectivos mandatos.

Por fim, graduei-me no ano de 2008, e em meu trabalho de monografia<sup>2</sup> do Curso de Ciências Sociais, o objeto de estudo deu-se através das relações interétnicas que ocorreram na cidade de Joinville, em Santa Catarina, entre descendentes de imigrantes alemães e outros grupos étnicos. Mais especificamente, centrei minha pesquisa em relações oriundas de casamentos interétnicos.

Na pesquisa monográfica apresentada em 2008, meu foco de análise realizou-se através da narrativa de cinco mulheres de diferentes gerações e faixas etárias, que não se conheciam entre si, e que não tinham origem alemã, mas que viviam um casamento interétnico com um homem de origem alemã. Através da aproximação e posterior interpretação dessas narrativas, interessei-me em verificar quais as dinâmicas que se produziam nessas relações, principalmente no sentido dos conflitos que tais relações engendravam. Meu principal questionamento nessa pesquisa foi se havia mesmo algum tipo de conflito interétnico, e se as sogras de origem alemã tinham alguma influência ou expectativa em relação a estes casamentos interétnicos em Joinville.

Na pesquisa realizada no ano de 2008 pude então constatar a forte influência das mães de origem alemã nos casamentos de seus filhos homens. Neles,

---

2 A monografia intitulada “As ‘alemoa’ e as brasileiras: com quem eu devo me casar?”, em 2014 transformou-se em livro: LAEMMLE, Morgana T. As “alemoa” ou as brasileiras: com quem devo me casar?. 1. ed. Blumenau: Legere/Nova Letra, 2014. v. 500. 128 p.



elas controlavam a escolha das esposas de seus filhos, assim como se intrometiam deliberadamente no cotidiano do casal. Mas, muito mais do que apenas uma questão cotidiana, simplória e até mesmo “boba” que permeia o imaginário popular da relação tensa entre sogras e noras, a pesquisa apresentada em 2008 trouxe a tona elementos que demonstraram o profundo apelo à etnia e à diferenciação étnica, assim como a valorização extrema da etnia alemã e de seus traços culturais e sociais pelas sogras e mulheres de origem alemã, mesmo após passados mais de 150 anos da imigração alemã na cidade de Joinville. A valorização do trabalho pelas mulheres de origem alemã, se expressava por termos recorrentes nas narrativas das entrevistas tais como “alemoa trabalhadeira” ou “alemoa forte”, e surgiu como um valor identitário obrigatório de manutenção da cultura alemã e de suas práticas simbólicas e sociais. Mas, até mais forte do que isso, surgiu como um agente de diferenciação social com outros grupos étnicos. Assim, esta questão do trabalho “alemão” intrigou-me e chamou-me enorme atenção na ocasião da pesquisa monográfica no ano de 2008, mas, como não era o objeto em si de minha pesquisa à época, foi mais adequado para os rumos da monografia não me aprofundar tanto nessa questão.

Então, ao pensar em ingressar no Mestrado em Sociologia no ano de 2012, meu interesse de pesquisa voltou-se a este tema. Desta maneira, esta perspectiva da influência ativa das mulheres alemãs na família e na sociedade joinvilense, e esta valorização extrema do trabalho por razões étnicas, que eu havia percebido na pesquisa anterior me fez ingressar no mestrado com um olhar já construído nesta direção. Assim é que pretendi compreender em meu primeiro projeto para a Dissertação de Mestrado quais os aspectos sociais e simbólicos que contribuíram e fomentaram o surgimento, desde 1851, de um grande número de indústrias fundadas por alemães na cidade de Joinville. Sobretudo, sob a ótica dos símbolos de pertencimento e da identidade étnica, atrelados a relações de gênero. O ponto fundamental da pesquisa seria então compreender, se ocorreu e qual a influência dos discursos e das práticas sociais das mulheres (mães, sogras, esposas, irmãs) de origem alemã, na constituição das indústrias de seus pares, e, por sua vez, compreender como esses discursos e práticas femininas com influências étnicas inseriam-se num contexto histórico e social da manutenção e perpetuação dessas indústrias familiares. A partir deste foco, uma parte de meu objetivo também se

relacionava num sentido de dar visibilidade social e histórica à estas mulheres, sobretudo num aspecto que falaria sobre as atuações dessas mulheres enquanto sujeitas de uma rede de relações, estratégias e contextos, pois os documentos oficiais apontam apenas para os agentes masculinos alemães responsáveis pela industrialização.

Mas, após dificuldades para a realização das entrevistas com mulheres industriais para a elaboração da Dissertação de Mestrado, outros elementos surgiram e novas indagações científicas acerca das relações de gênero e da cidade de Joinville fizeram-se presentes e colaboraram para que um novo objeto de pesquisa tomasse forma. Por isso, meu objeto de pesquisa mudou, e o eixo foi transferido de uma situação de passado e antepassados, para o tempo presente. Portanto, a atual pesquisa que apresento nesta dissertação, foi realizada com mulheres de classe média que empreenderam negócios na cidade de Joinville, e a análise será articulada através de uma perspectiva analítica que articule gênero, trabalho e etnia. Assim, a delimitação do tema desta pesquisa que apresento nesta dissertação, insere-se em um contexto que tratará do empreendedorismo, sobretudo o empreendedorismo feminino na cidade de Joinville. O referencial analítico vem do campo dos estudos de gênero e servirá de subsídio de análise para compreender o quadro de valores e as percepções das práticas sociais que se encontram presentes nas narrativas das entrevistadas. Assim, a perspectiva analítica gênero serve metodologicamente e epistemologicamente como uma perspectiva que desvende o contexto por meio de um referencial teórico que possibilita pensar os binarismos de gênero no contexto das teorias e das experiências com o empreendedorismo e a divisão sexual do trabalho.

### 1.3 A INSERÇÃO NO CAMPO

Esta pesquisa realizada com algumas mulheres empresárias de Joinville revela que a escolha por uma tema e objeto de pesquisa, que se concentra em uma cidade que é a minha cidade de origem e de moradia atual, Joinville, torna o objeto de pesquisa real e mais próximo. Assim, tem-se que o interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador, no caso da pesquisadora, ou então de uma interrogação sobre um

problema ou fenômeno. E essa inquietude acerca das mulheres no cotidiano de uma cidade industrial, com forte potencial econômico e de expansão, é que me fez interrogar sobre a participação das mulheres nesse cenário. A partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los. Mas de qualquer forma, nem sempre é fácil determinar aquilo que se pretende pesquisar, pois a investigação pressupõe uma série de conhecimentos anteriores e uma metodologia adequada ao problema a ser investigado. Por mais ingênuo ou simples nas suas pretensões qualquer estudo objetivo da realidade social além de ser norteado por um arcabouço teórico, deverá informar a escolha do objeto pelo pesquisador e também todos os passos e resultados teóricos e práticos obtidos com a pesquisa. (BECKER, 1994).

Nesta pesquisa, na medida em que meu novo projeto de pesquisa tomou forma e foi direcionado às mulheres empresárias, meu objeto de estudo pôde ser delineado, e assim pude construir um caminho de pesquisa com objetivos, problemas e hipóteses sociologicamente orientados e embasados por uma base conceitual e com uma proposta metodológica que abarcou as relações de gênero, as mulheres empresárias, as relações com o trabalho, e a etnia na cidade de Joinville. Neste sentido, as pré-noções anteriormente delineadas para este trabalho encontraram sua força em um fundamento e função social e, assim foram sendo rearticuladas produzidas pela experiência de outras maneiras. (LENOIR, 1998).

Nas ciências sociais, tem-se que a tarefa da sociologia e do ofício do pesquisador enquanto sociólogo e socióloga em pesquisa seja falar do mundo concreto de homens e mulheres, mundo este em que cada um de nós vive e se situa. Minha atuação, enquanto pesquisadora foi a de encontrar uma realidade sociológica como prática de uma construção, baseada num universo de práticas sociais cotidianas e de seus relatos em um grupo específico, mulheres empreendedoras. Enquanto pesquisadora me cabe encontrar através de uma abordagem hermenêutica desta realidade e de sua construção, “a compreensão de como ela se produz no universo em questão”. (MINAYO, 2003, p. 85). Neste sentido, o traço essencial do compreender em minha pesquisa é o fato de que o sentido do

peculiar é sempre resultante do contexto. Portanto, é essencial o constante contato com a realidade empírica, o escondido pelas rotinas e atuações no mundo cotidiano.

Desta forma, o movimento de compreender em minha pesquisa implicou interpretar, estabelecer relações, extrair considerações sobre sentidos que conectavam os agentes da ação que são as mulheres, com a cultura, com o cotidiano de sua vida, ao mundo dos negócios e a dinâmicas presentes nas articulações relativas aos valores de gênero, da sociedade e da família, quando se trata de pensar como estas mulheres se constituem em sujeitos reflexivos de si mesmas e de como ousam no mundo dos negócios. Este processo de compreender significa compreender-se também, em um sentido em que a compreensão só alcança sua verdadeira possibilidade quando as opiniões prévias com as quais iniciei minha pesquisa não são arbitrárias. Como aponta Remy Lenoir, o ponto de partida de qualquer pesquisa é constituído por representações que são como um véu que interpõe entre as coisas e nós e acaba por dissimulá-las tanto quanto melhor mais transparente julgamos ser tal véu. (LENOIR, 1998).

Nesse processo de construção e objetivação do objeto sociológico, delineei estrategicamente um caminho de pesquisa de forma que a primeira entrevistada escolhida por mim fosse uma mulher empresária que pudesse me apresentar a outras mulheres empresárias, visto que, na minha realidade pessoal e profissional, este mundo de negócios e empresas é um tanto quanto distante. Assim sendo, minha primeira entrevistada (que será chamada de Maria<sup>3</sup>) foi uma pessoa conhecida, com a qual não tinha contatos constantes nem relação de amizade. Maria foi a primeira entrevistada que se dispôs de maneira muito cordial a me receber e a conversar sobre sua relação com o trabalho e sua empresa. É uma moça jovem, que durante a conversa se mostrou bastante interessada no tema e inclusive na pesquisa que eu estava realizando. E este fato foi de fundamental importância, pois, foi a primeira entrevistada Maria, que me colocou em contato com uma segunda entrevistada, assim como me abriu as portas e me fez um convite para conhecer e conversar com outras mulheres empresárias, pertencentes a um grupo de jovens mulheres empresárias que se reúnem mensalmente para trocar experiências profissionais e pessoais. Assim, através do contato com Maria, pude ser apresentada a uma parte de sua rede de relações pessoais e profissionais, que

---

3 Todos os nomes das entrevistadas serão fictícios, a fim de preservar a identidade das mesmas, que foram entrevistadas sob a condição de sigilo

abarcava muitas outras mulheres, todas jovens, também empresárias dos mais diversos ramos de atuação.

Minha primeira entrevistada, foi-me assim um contato sobremaneira útil e importante, também como uma fonte de pesquisa e de informações sobre o empresariado joinvilense, fornecendo-me, assim, diversas informações sobre Núcleos de Empresários, inclusive, sobre o Núcleo de Mulheres Empresárias de Joinville. Ela abriu as portas por ser deste meio, o que me reporta a Rosália Duarte quando esta diz:

[...] da descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado. (DUARTE, 2002, p.141).

Maria não foi só uma pessoa entrevistada, foi uma pessoa com quem travei informações sobre outras mulheres e que me ajudou a pensar e a facilitar minha inserção no campo. Este fato traz uma importante reflexão metodológica sobre nossa relação face a face com as pessoas com quem estabelecemos contatos, mas também com as próprias pessoas que escolhemos para entrevistar. Elas não são meras entrevistadas, nem informantes, mas sim são pessoas colaboradoras e que nos auxiliam no pensamento. Constituem por vezes, o caminho de nossos achados reflexivos, e a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. (DUARTE, 2002).

Ouso ainda dizer, que, Maria assim como não foi apenas uma primeira entrevistada, também foi a facilitadora de minha entrada em campo, propiciou o desenrolar de uma observação participante, enquanto técnica de pesquisa qualitativa. A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender “quando perguntar e quando não perguntar, assim como que perguntas fazer na hora certa”. (FOOTE WHYTE, 2005, p.303). Esta observação participante que realizei em encontros mensais promovidos pelas empresárias, propiciou-me várias questões inscritas em um Diário de Campo e que serviram de subsídio importantíssimo de pesquisa às entrevistas realizadas. Meu

processo de observação participante perante ao grupo de mulheres empresárias que se reunia mensalmente foi possível graças a Maria, que, assim como esclarece o antropólogo Foote Whyte no livro “Sociedade de esquina”, foi em minha pesquisa uma “Doc”: um sujeito intermediário que "abre as portas" e dissipa as dúvidas junto às pessoas de dada localidade, no meu caso, o grupo de empresárias. Com o tempo, de informante-chave, esse “Doc” passa a colaborador da pesquisa: é com ele que o pesquisador esclarece algumas das incertezas que permanecerão ao longo da investigação. Pode mesmo chegar a influir nas interpretações do pesquisador, desempenhando, além de mediador, a função de um assistente informal. (FOOTE WHYTE, 2005). Maria não é uma amiga, mas compreendeu o processo de pesquisa e sempre se manteve disposta e interessada em partilhar informações, assim como estabelecer os primeiros contatos com novas entrevistadas, “quebrando o gelo” inicial.

As portas me foram abertas por Maria que, como participante inicial de minha pesquisa, pôde facilitar minha entrada em campo através de sua rede de contatos, em uma cadeia de referência. Desse modo, a técnica de pesquisa para escolha da amostra (as empresárias entrevistadas) apresentou-se na forma da “Bola de Neve”, em que Maria, como participante inicial e minha primeira entrevistada, indicou uma nova entrevistada em sua rede de relações profissionais, que indicou uma outra empresária, e, assim sucessivamente houveram indicações de entrevistadas, para responder aos objetivos dessa pesquisa. Assim, posso também afirmar, que uma situação que aparentemente seria localizada, não o é, porque produz a rede de aproximações com o campo e que acabou por demarcar os sentidos das experiências vividas nos processos de aproximação e de interpretação aos quais tive acesso. Desse modo, as mulheres empresárias entrevistadas participam como sujeitos da produção do conhecimento e trazem material empírico para os conteúdos necessários às respostas que devem ser dadas aos meus objetivos de pesquisa.

#### 1.4 AS EMPRESÁRIAS ENTREVISTADAS

O processo de pesquisa e a escolha das mulheres entrevistadas como interlocutoras realizou-se através dessa rede iniciada por Maria que me possibilitou

entrevistar seis mulheres empresárias, donas de empresas pertencentes a variados ramos de atuação, seja comércio ou serviços. Todas as entrevistas foram gravadas, e parte do relato obtido será apresentado no decorrer deste trabalho através das categorias utilizadas para analisar os aspectos vinculados às principais indagações e objetivos deste trabalho. Foi também por meio dessas entrevistadas que tive acesso a um grupo maior que reunia outras jovens mulheres empresárias, grupo este que se organiza pela rede social Facebook, e se reúne aproximadamente uma vez por mês na cidade de Joinville, em algum lugar público, tal como um bar ou restaurante, para dividir experiências e relatos profissionais, e também pessoais. O objetivo deste grupo composto exclusivamente por mulheres jovens, segundo relato das mulheres entrevistadas, é o networking, rede de contatos profissionais, troca de experiências de negócios, dicas de cursos e relatos de casos de sucesso no mundo do empreendedorismo. Mas, como pude presenciar pessoalmente, os encontros vão, além disso, pois fala-se muito de assuntos pessoais, domésticos e da intimidade: filhos, sexo, casamento, livros eróticos e dicas de compras, são alguns dos diversos temas desses encontros. O grupo de mulheres empresárias então passa a ter seus encontros noturnos como algo além de compromisso ou reunião de trabalho com outras pessoas, mas sim como um espaço de sociabilidade e troca de experiências femininas.

Passei a frequentar este grupo na condição de pesquisadora observadora, fiz um diário de campo, participando de cinco encontros realizados entre as mulheres empresárias, e através desses encontros enquanto pesquisadora e observadora participante, pude anotar outros relatos dessas seis mulheres, e pude retomar questionamentos de pesquisa que surgiram durante a escrita da Dissertação.

Este grupo maior do Facebook, que abarca as seis mulheres pesquisadas, é composto por cerca de 80 mulheres. Estas, por tecerem uma rede de relações, lugares de encontro e interesses em comum, possui uma faixa etária que vai dos 18 aos 45 anos, sendo composto em sua maioria por mulheres na faixa etária dos 25 aos 40 anos. Em minhas participações nos cinco happy hours das mulheres empresárias pude notar pela minha observação participante anotada em diário de campo, a presença de cerca de 7 a 15 mulheres por encontro, algumas delas participavam de todos os encontros, outras iam somente em alguns. Os encontros

ocorriam sempre de segunda-feira a quinta-feira pós-expediente comercial, e as faltas das que não iam eram justificadas por compromissos familiares ou educacionais, tais como Pós Graduação; ou não eram nem justificadas por tratar-se de um grupo informal.

A pretensa homogeneidade do grupo pesquisado no que concerne também às seis mulheres entrevistadas, deve-se ao fato de ter sido uma pesquisa realizada através do processo de uma empresária indicar outra, como uma bola de neve, e assim, temos que todas as seis empresárias são mulheres brancas, de classe média ou média alta, com bom nível educacional, e, portanto, possuem uma condição sócio-econômica-cultural privilegiada.

Todas as entrevistadas que serviram de informantes para esta pesquisa foram entrevistadas com a garantia de sigilo. Ou seja, garanti-lhes que seus nomes seriam trocados, e qualquer informação que pudesse identifica-las também seria mantida em segredo ou omitida. Por isso, muitas das características que remetem a seu ramo de atuação, e características de seus negócios tiveram que ser omitidas para não permitir a identificação das entrevistadas (conforme me foi orientado inclusive na banca de defesa dessa dissertação, pois eu detalhava muitos dados de cada negócio). Mas, acredito que esta negação pela publicidade de seus nomes e pertencimentos, não afeta o desenrolar desta pesquisa. E, de certa forma, acredito que este procedimento foi necessário e possibilitou, inclusive, melhores e mais densas entrevistas. Com a garantia do sigilo das minhas fontes entrevistadas, considero também que a minha relação de socióloga com as entrevistadas pôde transformar-se, durante as entrevistas, numa relação de confiança e de profissionalismo. E, a forma como foram realizadas as entrevistas partindo dos fundamentos de uma pesquisa qualitativa que tinha por objetivo a análise em profundidade das questões concernentes às percepções das mulheres empresárias, permitiu que as entrevistadas respondessem de forma participativa e interpretativa. As seis mulheres empresárias entrevistadas para esta pesquisa, forneceram-me relatos extremamente ricos, acerca de suas relações cotidianas, domésticas, privadas, comerciais, públicas.

Para uma exposição mais ordenada e objetiva das informações básicas acerca do perfil das mulheres empresárias pesquisadas, relato abaixo um breve apanhado de informações das seis mulheres que entrevistei na ordem que as



entrevistas foram feitas, com base nos dados coletados na entrevista realizada com cada uma, e na observação participante que realizei nos encontros das mulheres empresárias e que foram anotadas em diário de campo:

- Maria: É branca, de classe média alta, possui nível superior completo e pós graduação. Tem 31 anos, é casada há 7 anos e seu marido também é empresário. Não tem filhos mas, segundo ela, pretende os ter daqui há 3 ou 4 anos. Mora em casa própria. Possui descendência alemã por parte das famílias materna e paterna. Relata que decidiu empreender há 4 anos, quando abriu sua própria empresa no ramo de prestação de consultoria. Diz que recebeu uma pequena ajuda financeira dos pais para abrir seu negócio. O contato inicial para a primeira entrevista ocorreu em um café da cidade, onde conversamos por aproximadamente 2 horas, e, numa entrevista semiestruturada, Maria transpareceu ser uma pessoa muito carismática, aberta a perguntas, interessada no tema, e falante. Ao mesmo tempo, também muito focada em responder as perguntas sem se desviar demasiadamente do tema. Demais questões puderam ser retomadas nos próximos 5 encontros que tive com ela nos happy hours das mulheres empresárias em que participei fazendo pesquisa e observação participante. Seu negócio é sua segunda fonte de renda, a primeira é seu emprego como professora universitária.

- Ana: É branca, de classe média, possui nível superior completo e está cursando pós graduação (em ramo diferente de sua formação inicial - pois, segundo ela, seu negócio “exigiu” novos conhecimentos). Tem 29 anos, é recém casada e mora em apartamento alugado. Seu marido trabalha como funcionário em uma empresa no ramo de informática. Não tem filhos e ainda não pensa firmemente sobre o assunto. Seu sobrenome é de origem alemã, mas ela destaca que somente o pai tem descendência alemã. Ana é formada em curso da área da saúde, e possui um negócio próprio no ramo de alimentação, aberto há pouco mais de 2 anos, ao visualizar, segundo ela, “uma lacuna no mercado da cidade de Joinville”. Ana relata que seus pais emprestaram dinheiro para ela abrir seu negócio, mas que foi necessário pouco, pois começou “sem grandes investimentos”, mas que o negócio começou a dar lucro rapidamente. A entrevista ocorreu em seu local de trabalho, um imóvel alugado. Maria, a primeira entrevistada, indicou-me Ana para a segunda entrevista e me disse que “Ana é uma guria de visão”, por ter, segundo ela,

empreendido um negócio inovador na cidade e que vinha dando muito certo. Seu negócio é sua única fonte de renda, e contribui na renda familiar.

- Michele: É branca, de classe média alta, possui nível superior completo, e mora em apartamento próprio. Tem 38 anos, é casada há 10 anos, e é mãe de um menino de 7 anos. As informações profissionais sobre seu marido (ocupação) não puderam ser obtidas formalmente, pois a entrevistada era evasiva nas respostas. Os pais de Michele possuem origem alemã, e Michele é a entrevistada que mais exalta o valor da etnia na entrevista e conversas realizadas. Empreendeu há 10 anos um negócio no ramo do comércio/alimentação. Segundo ela, não recebeu ajuda financeira nem dos pais nem do marido para empreender, mas o negócio foi empreendido no imóvel cedido até hoje pelos pais, e que anteriormente já possuía um negócio familiar de ramo parecido. A entrevista ocorreu em seu local de trabalho, que é um comércio, e foi conturbada pois Michele não parou de trabalhar, respondia as questões enquanto resolvia problemas, dava ordens e conversava com outras pessoas. Mas falou bastante na situação de entrevista e respondeu com bastante conteúdo todas as perguntas. Seu negócio é sua única fonte de renda.

- Elisa: É branca, de classe média, e não possui curso superior. Segundo seu relato na entrevista, ela disse que não se encaixa no meio tradicional de ensino, e que começou 2 graduações mas não seguiu em frente, desistindo logo no início dos cursos. Ela se autointitula como uma pessoa completamente autodidata e se orgulha desse fato. Tem 26 anos, não tem filhos e diz que está noiva. Mas mora com o seu namorado há 1 ano no apartamento que compraram, o qual ela pagou a maior parte (relatou que pagou a entrada e os valores mais altos, e o noivo paga as prestações do financiamento - ele trabalha em uma indústria como funcionário). Não tem filhos, mas pretende tê-los dentro de alguns anos. Sua mãe é de origem alemã, inclusive Elisa tem sobrenome alemão. Relatou que sua mãe não teve auxílio nem a presença do companheiro na gravidez, e Elisa não tem contato nem informações sobre o pai. A entrevista ocorreu em um café, sendo Elisa uma pessoa mais quieta, que não é de muitas palavras. A entrevista teve que ser estimulada por mim várias vezes, para fazer perguntas e, assim, conseguir que ela me contasse mais de si e de sua trajetória e experiência enquanto empresária. Elisa me conta que empreendeu há 10 anos, quando, aos 16 anos começou a revender

produtos importados tais como maquiagens e meias calças para o público feminino que frequentava shows de hard core. Em seguida, contou que por meio da rede social Orkut seu negócio migrou para o mundo das vendas virtuais, e aos 20 anos ela criou um e-commerce (uma loja virtual) que é sua única fonte de renda até hoje. Segundo ela, o caminho que escolheu - empreender - é um caminho autodidata, em que ela não necessita de um mercado formal para aprender, visto que tudo que ela precisa ela encontra na internet e em leituras diárias que realiza. Elisa, apesar de mais fechada e reservada, demonstrou na entrevista ser uma mulher sempre em busca de conhecimento e aprendizado para alavancar seu negócio na internet. Seu negócio é sua única fonte de renda.

- Milena: É branca, de classe média alta e possui Mestrado. Tem 37 anos, é casada há 12 anos, e mora em casa própria. É mãe de um menino de 9 anos e não pretende ter mais filhos. Milena empreendeu há 19 anos quando decidiu abrir uma agência de viagens aos 18 anos. Obteve ajuda financeira dos pais no negócio. Segundo ela, a decisão pelo empreendimento deu-se ao vislumbrar uma lacuna no mercado joinvilense, com pessoas com alto poder aquisitivo e que queriam viajar, principalmente internacionalmente. Milena é uma mulher que circula por variados grupos sociais da cidade de Joinville, tais como Rotary Club e diversos outros grupos que reúnem homens e mulheres com maior poder aquisitivo, e sua clientela muitas vezes é composta também por conhecidos ou amigos dos pais. Seu marido é profissional liberal e não trabalha oficialmente na empresa dela, mas como tem uma ocupação que permite dias e horários livres quando desejar, segundo Milena, ele ajuda na empresa quando é solicitado. Milena tem origem alemã, por parte de toda família da mãe e uma parte da família do pai. A entrevista ocorreu em seu local de trabalho, mas transcorreu com calma e sem interrupções, sendo Milena uma pessoa aberta a falar de seu negócio, principalmente do público que atende. Ao falar de seus negócios, Milena me conta que seu foco de atuação é essencialmente voltado às mulheres ou casais, visto que trabalha muito com grupos de viagens só de mulheres - a maioria viúvas ou divorciadas. Seu negócio é sua única fonte de renda.

- Regina: É branca, de classe média, possui nível superior e curso de pós graduação. Regina acaba de completar 32 anos, é divorciada, e é mãe de uma criança de 6 anos com quem reside em seu apartamento próprio. Segundo ela, o

divórcio ocorreu logo que o bebê nasceu, e desde então ela mora sozinha e cuida do filho, além de trabalhar em seu próprio negócio. Na entrevista, soube que atualmente Regina é proprietária de uma pequena fábrica instalada em sua própria casa, e que produz sabonetes e aromatizadores de ambiente, e vende esses produtos para diversos estabelecimentos de todo o Brasil. Segundo ela, a decisão por abrir este negócio surgiu há 5 anos, tornando o que era até então apenas um hobby aprendido na gravidez, um empreendimento. Para isso, abandonou um emprego estável em uma tradicional indústria da cidade, e com as economias guardadas durante alguns anos, hoje Regina é dona de um pequeno negócio que se mantém, segunda ela, “ainda sem nenhum funcionário”, mas que “dá lucro”. Regina não tem origem alemã na família. Seu negócio é sua única fonte de renda.

QUADRO 1 - Perfil das Entrevistadas

| ENTREVISTADAS | IDADE   | COR    | ORIGEM  | ESTADO CIVIL          | QUANTO TEMPO NO MUNDO EMPRESARIAL | OCUPAÇÃO                              | FILHO          |
|---------------|---------|--------|---|-----------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|----------------|
| Maria         | 31 anos | Branca | Origem alemã por parte de pai e mãe                         | Casada                | 4 anos                            | Professora Universitária e Empresária | Sem filhos     |
| Ana           | 29 anos | Branca | Origem alemã por parte do pai                               | Casada                | 2 anos                            | Empresária                            | Sem Filhos     |
| Michele       | 38 anos | Branca | Origem alemã por parte de pai e mãe                         | Casada                | 10 anos                           | Empresária                            | Filho - 7 anos |
| Elisa         | 26 anos | Branca | Origem alemã por parte de mãe                               | União estável – Noiva | 10 anos                           | Empresária                            | Sem filhos     |
| Milena        | 37 anos | Branca | Origem alemã pela família da mãe, e parte da família do pai | Casada                | 19 anos                           | Empresária                            | Filho – 9 anos |
| Regina        | 32 anos | Branca | Não tem origem alemã na família                             | Divorciada            | 5 anos                            | Empresária                            | Filho – 6 anos |

FONTE: A autora. (2015)

## 1.5 A PESQUISA QUALITATIVA E AS ENTREVISTAS SEMIABERTAS

Como já exposto no decorrer deste trabalho, a pesquisa empreendida com as mulheres empresárias em Joinville realizou-se através da abordagem qualitativa, que teve por objetivo compreender as entrelinhas de uma realidade social vivida, articulando as experiências com os contextos sociais em que as mulheres empresárias pesquisadas compartilham, e influenciam suas percepções de si e de sua subjetividade. Alertando que a experiência não se constitui como um absoluto do campo e auto-evidente, mas, segundo Joan Scott, já é uma interpretação:

[...] quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação). Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, construídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história - são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo. (SCOTT, 1999, p. 4).

A escolha pela pesquisa qualitativa nesta dissertação deu-se, então, pela sua capacidade de “envolver uma abordagem interpretativa, naturalista, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos”. (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 17). Portanto como pesquisadora, pude acessar as mulheres empresárias não só em situação de entrevista, mas também em suas reuniões, em seu convívio mútuo enquanto mulheres e empresárias, em sua reflexividade, realizando uma abordagem com base na experiência, uma experiência coletiva e com duas vias de análise e interpretação: da realidade empiricamente dada e visualizada por mim, e das anotações no diário de campo. A pesquisa qualitativa, fornece a possibilidade de contemplar diferentes aspectos envolvidos na realidade vivida pelas mulheres empreendedoras pesquisadas, tais como o cenário econômico, o histórico, o espacial, o social, o étnico e o cultural, com vistas a valorizar as peculiaridades e experiências pessoais e sociais dos sujeitos envolvidos. Interessante conectar que tal abrangência da metodologia qualitativa se aproxima diretamente aos interesses da perspectiva feminista e das relações de gênero empreendidas nesse trabalho.

Neste sentido das abordagens e das múltiplas perspectivas que favorecem a pesquisa qualitativa utilizada neste trabalho, em que o foco de estudo foi o processo vivenciado pelas mulheres empresárias enquanto sujeitos, é que considero interessante recorrer a metáfora de bricoleur de Denzin e Lincoln (2006), ao relatarem como a pesquisa qualitativa utiliza uma infinidade de ferramentas para constituir um corpus analítico. Para tanto, segundo os autores, o pesquisador pode ser visto como um bricoleur, que confecciona uma colcha de retalhos, que agrupa diferentes informações com o propósito de construir um texto compreensível de uma dada situação. A metáfora do bricoleur é utilizada em relação a pesquisa qualitativa pois essa abordagem permite o acesso a uma diversidade de fontes de dados que compõe a metodologia, em busca de constituir um processo que represente as realidades sociais. (DENZIN; LINCOLN, 2006). Desta forma, explico que escolhi as pesquisas qualitativas, por compartilhar do pensamento de que as mesmas trabalham com significados, motivações, valores e crenças, e acredito que estes não podem ser simplesmente reduzidos somente às questões quantitativas, pois necessito nesta pesquisa ao entrevistar mulheres empresárias, de dados que respondam a noções muito particulares. (MINAYO, 1994).

Como marcos históricos da construção desse método de abordagem, tem-se a informação de que a investigação qualitativa apresenta-se como uma denominação derivada de um movimento reformista que surgiu no início dos anos 70 na comunidade acadêmica, em que diversas críticas à pesquisa científica social em campos e disciplinas passaram a favorecer técnicas de pesquisa experimental, quase-experimental, correlacional e da pesquisa de campo. (SCHWANDT, 2006). Um grande número de acadêmicos e políticos profissionais se envolveu nesse movimento, à medida que aproveitavam evoluções intelectuais anteriores no feminismo, no pós-modernismo e no pós-estruturalismo. (SCHWANDT, 2006). Diversas áreas da pesquisa social vislumbraram na investigação qualitativa uma forma de concretizar pesquisas com distintas bases epistemológicas. Neste sentido Schwandt postula que “é melhor entender a investigação qualitativa como um terreno ou uma arena para a crítica científica social, do que como um tipo específico de teoria social, metodologia ou filosofia”. (SCHWANDT, 2006, p. 194).

Segundo Uwe Flick “a pesquisa qualitativa é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e

atitudes das pessoas em seus contextos locais”. (FLICK, 2004, p. 28). Assim, a pesquisa qualitativa é relevante nos estudos das relações sociais em virtude da pluralização das esferas de vida, uma vez que esta pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. Ainda, segundo o mesmo autor “a mudança social acelerada e a consequente diversificação de esferas de vida fazem com que os pesquisadores sociais defrontem-se, cada vez mais, com novos contextos e novas perspectivas sociais”. (FLICK, 2004, p. 18). Sendo que em meu campo, enquanto posição de pesquisadora, levei em conta “atuar como participante e ganhar o acesso ao campo e às pessoas”, e em paralelo segui tentando fazer “cada vez mais concreto e concentrado nos aspectos essenciais às questões de pesquisa”. (FLICK, 2004, p. 152). Disto resultou que ao mesmo tempo, e na medida em que me apropriei de ferramentas metodológicas e teóricas de uma posição relacional compatível com o ato de produzir saberes acadêmicos, percebi que não se tratava, obviamente, de induzir o campo, mas sim de participar dele e de assumir abertamente que havia influências minhas sobre o objeto, e igualmente, que havia narrativas das mulheres, que só eram realizadas por causa da intermediação das minhas perguntas, desta maneira as reflexões acerca das consequências também se impuseram como parte do trabalho analítico a ser considerado. A relação de confiança estabelecida, não tratou de ser um processo de criação de intimidade, amizade ou laços com as entrevistadas, o que em muitos casos pode provocar efeitos negativos, sobretudo quando passa a limitar a espontaneidade da entrevistada e de suas respostas, assim como pode limitar e afetar a própria capacidade do entrevistador de se deixar surpreender. Tratou-se outrossim, de dialogar sobre suas experiências enquanto mulher e mulher empresária para entender mudanças nas estruturas, entender suas posições enquanto sujeito reflexivo frente aos conteúdos dos objetivos.

E surpresas com as entrevistas e com as respostas que obtive, não foram poucas. Acredito que a riqueza de informações e relatos que pude ter acesso em minhas entrevistas, deve-se também a metodologia qualitativa que foi impressa nesta pesquisa, assim como à técnica da entrevista semiestruturada escolhida. De acordo com Bauer e Gaskell, deve-se planejar as entrevistas individuais com cuidado e com a devida importância, pois é através desse método que realiza-se o movimento de dar voz aos sujeitos pesquisados e de compreender seu modo de

vida, suas crenças, atitudes, seus valores e suas motivações em contextos sociais específicos. (BAUER; GASKELL, 2003). O autor ainda afirma que toda a pesquisa que utiliza entrevistas constitui-se como um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são um meio principal de troca entre os sujeitos. Para que isto ocorra, o pesquisador deve conhecer profundamente o campo teórico e empírico para elaborar um guia de orientação da entrevista. O procedimento deve auxiliar a minimizar a dispersão do tema a ser desenvolvido. Para tanto, o roteiro da entrevista semiestruturada dessa pesquisa encontra-se no Apêndice A deste trabalho.

A técnica de abordagem durante as entrevistas realizadas, portanto, foi de um roteiro semiestruturado, como um rol de sugestões de perguntas feitas ao foco do problema e contemplando o campo em questão por meio de um roteiro de dicas a serem usadas por mim, enquanto pesquisadora, para garantir que todos os tópicos de interesse seriam abordados. Foi uma forma de poder explorar mais amplamente as questões e as perguntas foram respondidas dentro de uma conversação informal. Segundo Maria Cecília de Souza Minayo, as entrevistas semiestruturadas, combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Assim, segui em determinado ponto de algumas entrevistas, um conjunto de questões previamente definidas em um questionário, mas feitas em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. (MINAYO, 1994). Neste tipo de entrevista, tive que ficar atenta para dirigir, no momento que achei oportuno, a discussão para o assunto que interessava mais ao meu foco/tema de pesquisa, fazendo assim perguntas adicionais para elucidar aspectos que não ficaram claros ou para ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso a entrevistada tenha “fugido” ao tema ou tenha tido dificuldades com ele.

A principal vantagem da entrevista semiestruturada em minha pesquisa foi de que permitiu uma forma adequada de obtenção de informações acerca do que as mulheres sabiam sobre suas vidas pessoais, profissionais e a cidade de Joinville, sobre o que esperavam, sentiam ou desejavam, assim como sobre o que pretendiam fazer ou fizeram, produzindo assim uma melhor abordagem dos aspectos e permitindo compreender uma construção contínua, contextual, marcada por diferentes experiências sociais, por relações de afetos, linguagem e lugares de fala.



A técnica de entrevista semiestruturada também tem como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, favorecendo também uma maior interação entre o entrevistador e o entrevistado, facilitando as respostas espontâneas. À medida em que favorecem maior abertura e maior proximidade entre entrevistador e entrevistado, facilita que o pesquisador possa tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, a entrevista semiestruturada colabora na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas das pessoas entrevistadas e a maior liberdade que têm, podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade na pesquisa. (MINAYO, 1994).

## 1.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-ANALÍTICAS

Nesta linha de pesquisa qualitativa, em que o foco de estudo foi o processo vivenciado pelos sujeitos pesquisados através deste objeto escolhido e do recorte em questão, demonstrou-se a necessidade e a concordância com uma análise que se apóia em uma perspectiva analítica de gênero. Nela faz-se necessário em primeira ordem a análise das tensões que envolvem o ser mulher para então através das falas das entrevistadas e de suas experiências perceber as razões do não reconhecimento da presença feminina e do não reconhecimento da igualdade de direitos no mundo do trabalho, assim como uma análise mais profunda em que pese as dificuldades enfrentadas pós rompimento do teto de vidro nas novas configurações de vida e mercado, ao mesmo tempo como se configura a agência que fazem de si. Segundo Mary Del Priore:

Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, o grupo e o fato, mostrando como o ser social, que ela é, articula-se com o fato social que ela também fabrica e do qual faz parte integrante. As transformações da cultura e as mudanças de ideias nascem das dificuldades que são simultaneamente aquelas de uma época e as de cada indivíduo histórico, homem ou mulher. (DEL PRIORE, 1997, p.9).

Relembrando o objetivo inicial dessa pesquisa vinculado a necessidade da compreensão dos conteúdos das relações de gênero vividos por mulheres

empresárias na cidade de Joinville, num sentido da análise e reflexão, é que está colocada a pergunta de partida que norteia essa pesquisa é: Como se dá o reposicionamento feminino e/ou a produção de rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais na relação entre o trabalho feminino e masculino no contexto do empreendimento de negócios criados por mulheres na cidade de Joinville?

Portanto, no decorrer desta pesquisa e nos capítulos que se seguem, a fim de responder a pergunta de partida, a análise das entrevistas com mulheres de classe média/média alta que empreenderam negócios na cidade de Joinville, com abordagem qualitativa, se fundamentará nas contribuições de teóricas feministas e de gênero, da divisão sexual do trabalho, assim como conceitos acerca do empreendedorismo, além de análises sobre a questão do contexto étnico alemão joinvilense, que se conectam às hipóteses desse trabalho.

Assim, este trabalho, e sua análise das relações de gênero na dinâmica social do empresariado feminino joinvilense, possibilitará a compreensão de modos concretos da interconexão de dimensões sociais, de gênero, de etnia, do engendramento de relações de poder e status, para pensar as dinâmicas do mundo da família, e do trabalho, na sociedade e na vida dessas empresárias joinvilenses.

## 2 REFERENCIAL ANALÍTICO GÊNERO: TENSÕES E CONSTRUÇÕES

As reflexões de gênero tiveram importante papel na quebra de barreiras disciplinares, contribuindo para o diálogo interdisciplinar entre diferentes áreas do conhecimento, notadamente, no início, no campo da história, da antropologia, da sociologia, da psicologia, da linguística e da educação. Além dos avanços decorrentes dos debates realizados nestes diversos campos do saber, as discussões de gênero também contribuíram para o aprofundamento das reflexões em torno de conceitos como o de memória individual e coletiva, sujeitos, que juntamente com o sentimento de identidade, constitui uma das chaves para entender não só a construção das masculinidades e feminilidades mas, sobretudo, as desigualdades de gênero. Nesta pesquisa que apresento, faz-se necessário pensar o gênero numa relação. Nela as esferas como gênero, família e trabalho são atravessadas por relações de poder que podem estar em contexto de classe, etnia, geração, regionalidade e divisão sexual do trabalho que, como afirma Kergoat, também coexiste em termos de sexo e de classe:

Os comportamentos humanos, coletivos ou individuais, só podem adquirir sentido referido a um conjunto de relações sociais, pois é este conjunto, sua configuração e sua esfera que constituem a trama da sociedade. Chega-se, assim, a um outro ponto essencial da problemática da divisão sexual do trabalho: a vontade de não pensar isoladamente, de não imperializar uma relação social, mas, ao contrário, esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: de classe e de sexo. (KERGOAT 1989 apud HIRATA, 1989, p.93).

É por isso que neste caminho de pesquisa, realiza-se um exercício de compreensão dos modos concretos de interconexão entre as dimensões da vida social das mulheres empresárias, as dimensões de gênero e de etnia para o engendramento das desigualdades e das relações de poder que constituem o desafio de se pensar as dinâmicas do mundo da família e do trabalho. Ao compreender as relações vividas por mulheres empresárias quanto a sua experiência de sujeito no que tange, particularmente, às questões de sua inserção num meio de atividades empresariais, historicamente relacionado com um mercado de atuação e sucesso masculino pretende-se também analisar os conteúdos gendricados que marcam a divisão sexual do trabalho e perceber se as

características desta divisão permanecem ou não vinculadas às demandas de perspectiva tradicional.

Assim, nesta análise dos elementos presentes na inserção no mercado empresarial forjada pelas mulheres, que pesquisei, e, que são empresárias, considere analisar se de fato neste meio historicamente reservado ao masculino elas têm a possibilidade de instituir um novo lugar de si e de rompimento com padrões negativos para mulheres. Para tal, busco resgatar tensões e possibilidades que envolvem o próprio referencial analítico gênero.

## 2.1 A ESSENCIALIZAÇÃO PELA NATUREZA

A relação dicotômica que se estabelece entre sexo e gênero não é algo apenas atrelado ao conhecimento ou a falas reservadas ao senso comum, mas, tornou-se subsídio elementar das elaborações teóricas e analíticas das diferentes correntes dos estudos de gênero, com fins a produzir sua desnaturalização. Conforme aponta Guacira Lopes Louro:

Aqueles/as que justificam as desigualdades sociais entre homens e mulheres, remetendo-as, geralmente, às características biológicas. O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20-21).

Assim, desde os primeiros estudos que contemplavam a chamada “divisão dos papéis sexuais”, até os atuais estudos acerca das performances de gênero, o conceito de gênero estabelece-se como uma categoria de análise importante e primordial nas pesquisas em ciências humanas, literárias e sociais. As categorias mulher, mulheres, e seus desdobramentos em estudos de mulheres, condição feminina, estudos feministas, estudos de gênero, e estudos de relações de gênero acontecem em diferentes momentos históricos até chegar hoje a complexidade de temas, de epistemologias e de características metodológicas envolvidas com este campo. Um campo que é composto e atravessado por diversas tensões entre as dimensões da singularidade e da universalidade, da igualdade e da diferença, do público e do privado; e, que fica muito complexo frente as experiências transgênero,

transexual, populações LGBT, o que, evidentemente, não estão no foco deste trabalho. Além de ser um campo marcado tanto por influências acadêmicas, quanto políticas, que ecoa os reflexos e nos reflexos de seus momentos históricos.

As problemáticas políticas, culturais e sociais da desconstrução produzidas por estes saberes são tributárias durante um longo período da construção histórica dos marcadores das diferenças produzidos no século XIX, em várias ciências. A leitura do corpo pela diferença produziu e instituiu várias disciplinas, sejam elas vinculadas à sexualidade, melhor dizendo, a uma sexologia, ou às anormalidades, a psiquiatrização das diferenças, ou a normatizações de comportamentos como bem analisa Foucault (1979), Courtine (2011) ou com destaque para os lugares sociais dos corpos como pode-se encontrar em Laqueur (2001), Matos (2003) ou Weeks (1999).

De maneira geral, estas discussões sobre a diferença não apenas de sexo, mas morais e políticas, segundo Foucault, também produziram desde o século XVIII, estratégias de controle sobre a sexualidade das mulheres; a sexualidade das crianças; o controle do comportamento procriativo; e a demarcação de perversões sexuais como problemas de patologia individual. Quatro sujeitos em particular foram submetidos à observação e ao controle social, inventado no interior de discursos reguladores: a mulher histérica; a criança masturbadora; o casal que utiliza formas artificiais de controle de natalidade; e o "pervertido", especialmente o homossexual. Estas práticas puderam se institucionalizar e instituíram sujeitos à medida de uma leitura, com seus discursos e enunciados de verdade sobre a natureza dos corpos e suas funções. Evolucionistas marxistas, como Morgan e Engels, também usaram as correntes sócio biológicas, por exemplo, para explicar a opressão da mulher, aspectos que são desconstruídos pelos textos clássicos de Sacks (1979), Tabet (2005) e Scott (1994), embora não sejam os únicos.

A diferença por longo tempo foi entendida em termos de conceito biológico essencializante que se atrelava às funções e capacidades biológicas do ser homem e ser mulher. No mundo do trabalho produziu a clássica separação entre produção, reprodução, ética do cuidado e da justiça, produtores e consumidores, trabalho pago como um campo de direitos e trabalho mal pago e/ou subcontratado porque considerado complemento, parte como ajuda, portanto, não configurado no campo dos direitos. Estudos como os de Souza-Lobo (1991, 1992), Haicault (1987), Kergoat

(1987), Garrau e Le Goff (2010), se encarregaram de mostrar o conteúdo destas dinâmicas.

Eram dinâmicas essencializadas em mundos fixos para o masculino e para o feminino, e de um enunciado com a seguinte dicotomia entre os sexos, diz que:

[...] os homens eram atrelados a posições superiores por sua constituição e força físicas, atuando, assim, como provedores únicos da família e como agentes na esfera pública. As mulheres, por outro lado, por sua função materna e suposta fragilidade física, estariam relegadas ao espaço privado, exercendo atividades estritamente ligadas ao plano doméstico, como o cuidado com a casa e os filhos. (ALMEIDA, 2002, p. 90).

Nestes contextos, o conceito de gênero era reduzido ao de papéis sexuais, papéis sexuais dos indivíduos, e esta representação era fruto, sobretudo, de práticas de segregação sexual que se tornavam naturalizadas, de acordo com uma cultura que coloca os corpos em funções sociais diferentes. Por conseguinte, essa visão essencialista da diferença sexual trazia a convicção na noção de inferioridade feminina versus a superioridade masculina. Convém ainda lembrar, que esta visão essencialista da diferença sexual trazia consigo também a crença em identidades fixas e padrões de comportamento e interações sociais com base em qualidades supostamente inatas entre os corpos, masculinos e femininos, numa relação binária essencializante e naturalizada. O biológico era determinante para o fazer social.

## 2.2 O ROMPIMENTO COM A NATURALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES

Num caminho que proporciona as mudanças dos paradigmas do conhecimento e das teorias acerca do gênero, surgiram elaborações que questionavam a essencialização pela natureza, e reivindicavam uma compreensão profunda das relações de gênero que pudessem ir além, desnaturalizando assim diversos aspectos da vida social atrelados ao corpo, à biologia ou à natureza como determinantes.

Portanto, já no século XX, o conceito de gênero, usado para explicitar o elemento socialmente construído das relações entre homens e mulheres, passou a ser teorizado, através das críticas feministas que procuravam entender as causas da opressão feminina, como diretamente opostas a sexo, e por isso também reteram o referente biológico e determinista das relações de gênero. (NICHOLSON, 2000, p.9). Nesta visão, as diferenças sexuais seriam naturais, ou seja, determinadas pela

natureza e pela função biológica dos indivíduos, enquanto que as diferenças de gênero seriam construídas culturalmente. É nesta linha de pensamento que concentra-se a famosa frase de Simone de Beauvoir “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Uma frase que, apesar das críticas de algumas linhas de estudos de gênero mais recentes, deve ser lida como um marco importante, atrelado ao seu tempo, a sua história e marcando um passo na consolidação do campo científico. Conforme reiterado pela socióloga Lucila Scavone (2008) acerca das contribuições que contestam o determinismo biológico e a essencialização do feminino presentes no livro “O segundo sexo” de Simone de Beauvoir, através das elaborações que se seguem a sua célebre frase:

Pode-se dizer que essa constatação lançou a primeira semente para os estudos de gênero, já que ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico, ainda sem conceituar ‘gênero’. De fato, reiterada incansavelmente por estudiosas da questão no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa ideia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero. (SCAVONE, 2008, p. 175).

Deste modo, ao tecer diversas críticas ao momento histórico que as mulheres vivenciavam, Beauvoir crítica, por exemplo, a função da maternidade no período do pós-guerra, em que as forças conservadoras defendiam a família, a moral e os bons costumes. As ideias presentes em “O segundo sexo”, tais como, as que configuram noções acerca da liberdade sexual e da liberação da prática da contracepção, por exemplo, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista de molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher-sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas (CHAPERON apud SCAVONE, 2008, p. 176). Conforme citação da própria Simone de Beauvoir:

O que elas reivindicam hoje é serem reconhecidas como existentes ao mesmo título que os homens e não de sujeitar a existência à vida, o homem à sua animalidade. Uma perspectiva existencial permitiu-nos, pois, compreender como a situação biológica e econômica das hordas primitivas devia acarretar a supremacia dos machos. (BEAUVOIR, 1970, p.86).

É neste sentido que dentro desse conceito, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres poderiam ser mudados, já que não seriam partes integrantes e essenciais da identidade humana, mas sim construções culturais e, sobretudo, discursivas. Este aspecto leva ao questionamento também da rígida divisão sexual do trabalho e da atribuição de bases fixas presentes nesta formulação. O discurso

essencialista exalta a diferença sexual, biologizando as constatações sociológicas e culturais, omitindo que são historicamente produzidas. Utiliza-se de modelos universalistas atrelados ao biológico, supondo assim um feminismo universal, e justifica-se a discriminação das mulheres em função de sua essência feminina. Na perspectiva culturalista, as diferenças sexuais provêm da socialização e da cultura, e sob esta ótica, a superação da ordem e das leis patriarcais eliminaria as diferenças sexuais. Desconstrói-se neste modelo a partir de tais análises, o determinismo biológico como a causa primordial das diferenças entre os sexos e como forma de justificar a opressão feminina nas sociedades patriarcais.

Neste caminho da construção do campo analítico, as teóricas feministas postularam a necessidade de superar o sexo biológico, naturalizado do sexo social, e também colocar esta perspectiva do sexo e da natureza, sob a ótica da construção social permanente, que forma em cada sociedade humana a organização das relações entre os homens e as mulheres. A noção de gênero adquire assim, um duplo caráter epistemológico, de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, que concede uma nova visibilidade para as mulheres, referindo-se a diversas formas de discriminação e opressão, tanto simbólicos quanto materiais, e de outro, como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. No campo particularmente da ciência e gênero desnaturalizou-se também a fixidez da natureza, processo profundamente problematizado pelas teorias pós-estruturalistas.

Assim, tem-se que a partir do final dos anos 60, com a chamada “segunda fase do movimento feminista” e na luta travada pela igualdade das mulheres em várias instâncias da vida social, ocorre uma teorização mais complexa e uma consequente ampliação do termo gênero, que passa a reter significados antes associados apenas ao conceito de sexo:

Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. Com uma amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que com força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. Será no desdobramento da assim denominada “segunda



onda” – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. (LOURO, 1997, p. 14).

Desta forma, o aspecto biológico passa, então, a ser assumido como “a base sobre a qual os significados culturais são constituídos, quando a perspectiva é estruturalista. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada conforme crítica de Linda Nicholson (2000, p. 11) a este modelo de estrutura binária no próprio campo da epistemologia.

Convém lembrar que esta produção teórica está contextualizada de forma mais ampla nas transformações políticas, econômicas e sociais que sacudiram a sociedade moderna em um período de transição, seu alicerce é a história das lutas feministas, as quais propiciaram gradativa visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais e que também estavam se tensionando com as diferenças dentro das diferenças. Conforme afirma Louro:

Algumas obras hoje clássicas – como por exemplo, *Le deuxième sexe*, de Simone Beauvoir (1949), *The feminine mystique*, de Betty Friedan (1963), *Sexual politics*, de Kate Millet (1969) – marcaram esse novo momento. Militantes feministas participantes do mundo acadêmico vão trazer para o interior das universidades e escolas questões que as mobilizavam, impregnando e “contaminando” o seu fazer intelectual – como estudiosas, docentes, pesquisadoras – com a paixão política. Surgem os estudos da mulher. (LOURO, 1997, p.16).

No mesmo sentido que invoca a consolidação ao longo do tempo dos estudos de gênero, Louro acrescenta a importância do caráter político imbricado dos estudos de feministas:

As estudiosas feministas iriam também demonstrar e denunciar a ausência feminina nas ciências, nas letras, nas artes. Assim os estudos iniciais se constituem, muitas vezes, em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços. Estudos nas áreas de Antropologia, Sociologia, Educação, Literatura e etc. apontam ou comentam as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Contam, criticam e, algumas vezes, celebram as “características tidas como femininas”. Com o objetivo de fazer avançar essas análises e acreditando na potencialidade dos empreendimentos coletivos, algumas mulheres vão fundar revistas, promover eventos, organizar-se em grupos ou núcleos de estudos... Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. (...) Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória

histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões e mudança. (LOURO, 1997, p.17).

A estruturação do movimento feminista e dos estudos dele advindos, demonstra o caráter dinâmico da construção do campo, em que diferentes perspectivas, atreladas aos diferentes contextos sócio históricos e culturais de suas práticas e discursos ao longo do tempo, convergem para o problema da desigualdade e das estruturas desiguais de poder e posição às mulheres, em que o lugar das mulheres como a união de problemas culturais e políticos demonstraram que o pessoal, também deve ser político.

### 2.3 DESAFIOS NO SISTEMA SEXO-GÊNERO

As ideias defendidas pelas lutas feministas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela (SCAVONE, 2008). Assim, a constituição do conceito de gênero dado como uma construção social, critica o essencialismo biológico e a naturalização dos corpos feminino e masculino. Desta forma, o gênero enquanto construção social diz respeito a maneiras de agir e regras morais e normativas construídas socialmente acerca do que significa “ser homem” ou “ser mulher” em sociedade. Permite demonstrar como as construções culturais e históricas estão imbricadas com relações de poder e como sofrem da ausência da experiência feminina. Do ponto de vista da construção de epistemologias emancipatórias, o debate centrado na não aceitação do determinismo biológico não é um debate totalmente uníssono e uniforme, e, portanto, não existe entre os autores e autoras do feminismo, uma apropriação única do conceito, e nem mesmo um consenso na abordagem analítica.

O conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa, como, por exemplo, Gayle Rubin, antropóloga e feminista (SCAVONE, 2008). Em um de seus primeiros textos que trata sobre o conceito de gênero, “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise

freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero, em que “um ‘sistema de sexo/gênero’ é o conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humanas é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional”. (RUBIN, 1993, p.5). As ideias de Gayle Rubin refletem, assim, a luta do feminismo contra o essencialismo e o pensamento determinista biológico, pois, para Rubin o gênero é uma divisão dos sexos socialmente impostas, sendo um produto das relações sociais de sexualidade:

Pessoalmente, acho que o matriarcado tipo Amazonas, no qual os homens são reduzidos à servidão ou ao esquecimento [...] desastrosa e inadequada. [...] É uma visão que simplesmente inverte os argumentos daqueles que baseiam sua defesa da dominância masculina inevitável em diferenças biológicas inextirpáveis e significantes entre os sexos. Mas não somos oprimidas apenas como mulheres; somos oprimidas por termos que ser mulheres, ou homens, a depender do caso. Pessoalmente, penso que o movimento feminista deve sonhar com [...] eliminação das sexualidades obrigatórias e dos papéis sexuais obrigatórios. O sonho que acho fascinante é de uma sociedade andrógina e sem gênero (mas não sem sexo), em que a anatomia de cada um é irrelevante para o que cada um é. (RUBIN, 1993, p.22).

As ideias de Rubin revelam o pensamento feminista da época que foi útil no caminho de consolidação do campo, e que estava voltado para a desconstrução de uma essência masculina que era predominante sobre uma essência feminina subjugada. Essências e diferenças estas baseadas nas diferenças biológicas entre os sexos, como cita Rubin: “o que se considera sexo é igualmente determinado e obtido culturalmente [...] a matéria-prima biológica do sexo e da procriação é moldada pela intervenção humana e social”. (RUBIN, 1993, p. 5).

Convém salientar que estas elaborações teóricas que apontavam para a ideia de que o gênero está para a cultura, enquanto o sexo está para a natureza com o objetivo de desmontar discursos deterministas biológicos que, numa perspectiva essencialista naturalizam a masculinidade e a feminidade, biologizando comportamentos e habilidades cognitivas, serviu como um marco contestatório do movimento e como um subsídio fundamental da crítica fundada pelo campo analítico dos estudos de gênero, sendo que esta ideia foi usada pelas teorias feministas até meados de 1980, quando então começou a ser questionada. Neste sentido, teóricas como Heleieth Saffioti, Linda Nicholson e Judith Butler, passam a criticar as ideias

feministas defendidas por Gayle Rubin devido a sua postura dualista marcada pela dicotomização entre natureza e cultura para a elaboração do conceito de sistema sexo/gênero:

A necessidade de Rubin de usar o termo “sexo” junto a “gênero” reflete uma grande preocupação com o exercício da sexualidade, não como algo apenas diferente da sexualidade existente no nascimento, mas como um padrão oposto a esta. A conceituação de gênero não se assenta somente nesta oposição, como também numa outra, qual seja, a de dois tipos humanos diferentes: o homem e a mulher. [...] Esta dicotomização entre a natureza e a cultura constitui a base do conceito de sistema do sexo/gênero. Dado o caráter dualista desta concepção, torna-se impossível pensar o gênero como relacional, o que tem sérias consequências ontológicas e epistemológicas. (SAFFIOTI, 1992, p.186-187).

Para estas autoras a distinção de Rubin entre sexo e gênero baseia-se numa série de oposições consideradas problemáticas, sendo que a divisão entre cultura e sexualidade natural pode na verdade estar enraizada em arranjos de gênero e refleti-los. Para Linda Nicholson as raízes do gênero são identificadas na junção de duas ideias importantes do pensamento ocidental moderno: “[...] a da base material da identidade e a da construção social do caráter humano”. (NICHOLSON, 2000, p.10). A autora considera que, no sistema sexo/gênero proposto por Gayle Rubin, o biológico foi assumido como a base sobre a qual os significados culturais são constituídos, num sentido em que a ideia determinista biológica se infiltra no contexto de gênero como base material que municia o modelo explicativo reducionista para as identidades masculinas e femininas em meados do século XX. Assim, no momento mesmo em que a influência do biológico está sendo minada, está sendo também invocada:

Na época do surgimento da segunda fase do feminismo, final dos anos 60, um legado da primeira ideia foi a noção, dominante na maioria das sociedades industrializadas, de que a distinção masculino/feminino, na maioria de seus aspectos essenciais, era causada pelos “fatos da biologia”, e expressada por eles. Essa noção se refletia no fato de que a palavra mais comumente usada para descrever essa distinção, “sexo”, tinha fortes associações biológicas. As feministas do início dessa segunda fase viram corretamente essa noção como base conceitual do “sexismo” em geral. Por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de “sexo” colaborou com a ideia da imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança. (NICHOLSON, 2000, p.10).

Para Judith Butler a distinção entre sexo e gênero, como já dito, base fundacional da política feminista da segunda fase, é concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é destino. Butler, em suas análises críticas busca romper com a distinção dicotômica sexo/gênero implícita na obra de Simone de Beauvoir: “se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos”. Isto sugere “que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais”. (BUTLER, 2003, p. 163). Com essa análise, a autora radicaliza o princípio em questão, sem fixá-lo a um corpo sexuado como o fez Beauvoir. (SCAVONE, 2008). Desta forma, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que o gênero é culturalmente construído, não sendo o resultado causal do sexo. Butler analisa que as teorias que empreendem essa ideia levam a distinção sexo/gênero a seu limite lógico sugerindo uma descontinuidade entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos.

## 2.4 GÊNERO EM CONTEXTO E RELAÇÃO

Joan Scott é quem nos oferece uma das mais importantes contribuições teóricas sobre o uso da categoria gênero:

“Gênero” foi o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Nos Estados Unidos, o termo é extraído tanto da gramática, com suas implicações sobre as convenções ou regras (feitas pelo homem) do uso da linguística, quanto dos estudantes de sociologia, dos papéis sociais designados às mulheres e aos homens. Embora os usos sociológicos de “gênero” possam incorporar tônicas funcionalistas ou essencialistas, as feministas escolheram enfatizar as conotações sociais de gênero em contraste com as conotações físicas de sexo. Também enfatizaram o aspecto relacional do gênero: não se pode conceber mulheres, exceto se elas forem definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres. Além disso, uma vez que o gênero foi definido como relativo aos contextos social e cultural, foi possível pensar em termos de diferentes sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias como raça, classe ou etnia, assim como em levar em conta a mudança. (SCOTT, 1992, p. 86 e 87).

As feministas americanas, segundo a autora, começaram a usar o conceito de gênero para se referir à organização social entre os sexos e só mais tarde

passaram a usá-lo para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre sexo e rejeitar o determinismo biológico implícito nos termos "sexo" ou "diferença sexual". (ARAÚJO, 2005). Para Scott “as coisas que tem a função de significar algo, tal como as palavras e as ideias, possui uma história, o que inclui o termo gênero”. (SCOTT, 1993, p. 265).

Desta forma, Scott rejeita palavras que poderiam trazer a noção de determinismo biológico e realça o caráter relacional das definições de feminismo e masculino. A introdução do caráter relacional do gênero levou a uma revisão dos estudos centrados nas mulheres e apontou para a necessidade de estudos sobre as relações de gênero, uma vez que a história das mulheres não pode ser vista separada da história dos homens, sendo que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, não são esferas separadas. Tomá-los como esferas separadas reforça o mito de que a experiência de um sexo tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. (ARAÚJO, 2005). Além disso, para Scott, o uso do termo "gênero" para designar relações sociais entre os sexos rejeita radicalmente explicações biológicas que encontram um denominador comum para diversas formas de subordinação feminina. Para Scott,

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar construções culturais - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Scott, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e também um modo primordial de dar significado às relações de poder. Scott expõe uma postura crítica à ideia do gênero como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado e afirma que é necessário rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, necessitando-se assim de uma historicização e de uma desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual. No mesmo caminho analítico de Joan Scott, Butler diz que “se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”. (BUTLER, 2010, p.20). Sendo que para Scott essa noção conceitual “sugere que o gênero tem que ser

redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também, a classe e a raça”. (SCOTT, 1991, p.21).

A teórica Teresa de Lauretis também sugere que o gênero seja estudado em situações contextuais e relacionais. Para a autora falamos de “um sujeito constituído no gênero, mas não apenas pela diferença sexual, e sim, por meio de códigos linguísticos e representações culturais”. (DE LAURETIS, 1994, p. 208). Para a autora, esse caminho relacional é engendrado não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe:

O termo gênero é uma representação não apenas no sentido de que cada palavra, cada signo, representa seu referente, seja ele um objeto, uma coisa, ou ser animado. O termo “gênero” é, na verdade, a representação de uma relação, a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. Gênero é a representação de uma relação (...) o gênero constrói uma relação entre uma entidade e outras entidades previamente constituídas como uma classe, uma relação de pertencer (...). Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe. (DE LAURETIS, 1994, p. 210).

Da mesma forma, interessante situar o que Teresa de Lauretis chama de “tecnologia de gênero”, em que a autora vai tecendo uma desconstrução das questões das representações dos binarismos do sexo-gênero, do essencialismo feminino que ainda continuou como contraponto do masculino, das relações de poderes entre e intragênero, das representações subjetivas acerca do gênero. Assim, os efeitos das práticas discursivas das autoridades religiosas, legais ou científicas, da medicina, da mídia, da família, da religião, da pedagogia, da cultura popular, dos sistemas educacionais, da psicologia, da arte, da literatura, da economia, da demografia, entre outros, que produzem os significados sociais do masculino e do feminino:

[...] também o gênero, como representação e como auto-representação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana. (DE LAURETIS, 1994, p.208).

Mas se por um lado, como afirma De Lauretis o gênero é o conjunto de efeitos que são produzidos nos corpos por diferentes tecnologias. De outro não podemos tomá-lo como efeito, sob pena de não podermos dar voz aos sujeitos e suas experiências. Se a experiência das mulheres empresárias fosse unicamente

efeito de um sistema cultural e étnico, talvez elas não seriam empresárias. Entender as relações de poder como construção e reprodução, mas sobretudo, como nova ruptura capaz de dar voz as mulheres é nosso desafio. Trata-se de representação e de autorrepresentação, de estar dentro e fora dessa construção. Assim a experiência compreendida como um poder disruptivo é capaz de romper com os efeitos e portanto, não pode ser pensada sem a outra interface que inclui a experiência, como uma forma de construção da subjetividade. A experiência então é compreendida como um “complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior”. (DE LAURETIS, 1994, p. 217).

O sujeito refaz desta maneira, constantemente a sua posição através do seu engajamento com a realidade social, realidade esta, que inclui também as relações de gênero e neste caso é marcada pela diferença, que já não pode ser a do essencialismo, a fim de dar conta da construção de si. É nisso que resulta a compreensão de gênero como produto da autorrepresentação. Dessa forma, pode-se dizer que este sujeito mulher empresária não é só produto de representações do campo discursivo e das práticas das instituições familiares, sociais, familiares, mas também se constrói a partir de sua experiência e da produção de novas narrativas, que se processam na interação com as críticas, as saias justas, a presença de reconhecimentos, de sua habilidade, necessidade e de sua formação, um lugar, uma agência de si, com suas crenças e seus valores. Este sujeito é constituído pelo poder (representações, práticas discursivas normas), mas não como puramente resultado desse poder, igualmente, se faz pela condição de possibilidade de ressignificar suas práticas e experiências, que Butler chama de agência. (BUTLER, 2003). A autora se inspira na teoria foucaultiana, mostrando que a autoconstrução sempre ocorre na relação com um conjunto de normas, na quais o discurso é constitutivo, produtivo e performativo e atua nos indivíduos e nos corpos em distintos contextos e momentos históricos.

Para De Lauretis, se não é possível estabelecer, a partir do sexo e do gênero, o que é “a mulher” definida, “a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada” (DE LAURETIS, 1994, p.207), a abstração do conceito de mulher entra em choque, ainda, com o fato da intersseccionalidade, que



acrescenta à crítica a constatação de que a identidade das mulheres não pode ser compreendida sem o reconhecimento da atuação simultânea e da interação mútua de características biológicas, sociais e culturais que resultam em uma sobreposição de novas formas de opressão:

O sistema de sexo-gênero, enfim, é tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado (identidade, valor, prestígio, posição de parentesco, status dentro da hierarquia social, etc) a indivíduos dentro da sociedade. (DE LAURETIS, 1994, p. 212).

Segundo De Lauretis, essa construção do gênero enquanto produto e processo denotam que se as representações de gênero são posições sociais que trazem consigo significados diferenciais, então o fato de alguém ser representado ou se representar como masculino ou feminino subentende a totalidade daqueles atributos sociais.

Nesta linha de pensamento, a categoria gênero será tratada nesta dissertação numa dimensão relacional, entendendo e tratando “gênero” como o faz Guacira Lopes Louro:

Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de prática sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a ideia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação. (LOURO, 1992, p. 57).

Portanto, na utilização do conceito de gênero enquanto uma categoria útil de análise, este trabalho propõe-se a observar a organização social de gênero, operacionalizando gênero como uma categoria analítica, não descrevendo os componentes de um instrumental metodológico abstratamente construído, mas de um fenômeno histórico, tal como substrato empírico. Assim, toma-se o gênero como uma verdadeira categoria de análise, através de uma conceitualização que possa questionar os conceitos dominantes, a fim de compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as maneiras particulares e situadas dentro de contextos específicos, pelos quais a sociedade constrói o gênero e o gênero constrói a

sociedade. O gênero passa então a ser uma categoria empírica e histórica e, como tal, pode ser usado como uma categoria analítica. Apreendido da realidade empírica, ele expressa as relações históricas e as formas de existência da realidade social. Nos formamos no contexto das relações e construímos a agência no interior dessas relações sociais impregnadas de poder que, que tanto podem limitar como facilitar a sua emergência. Sem dúvida, a perspectiva bluteriana também nos permite compreender a construção da subjetividade de mulheres empresárias em uma instituição de caráter androcêntrico.

A reflexão contida nas narrativas das mulheres expressa suas escolhas, suas estratégias de interação, suas lutas e resistências um processo de subjetivação e de visibilidade de sua ação, como empresária e de um saber que lhes foi negado durante um grande período da história. Suas narrativas revelam, ainda, uma busca pelo controle da própria vida, cuja trajetória vai sendo traçada ativamente nas relações com um mundo social androcêntrico, que não mais se constitui como uma recepção passiva das pressões e discursos sociais e institucionais.

### **3 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O EMPREENDEDORISMO FEMININO**

Compreender quais os conteúdos das relações de gênero vividos por mulheres empresárias na cidade de Joinville, como enunciado no objetivo geral e considerar a análise e a reflexão, a respeito da experiência de ser sujeito quando se pensa o contexto do empreendimento de negócios criados por mulheres nesta cidade. Coloca o olhar sob a lupa da observação a respeito das possibilidades de reposicionamento feminino e obriga analisar se estas mulheres produziram rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais de trabalho. Igualmente, ressaltar as experiências permite pensar se as mesmas e as percepções das mulheres, neste contexto, estão marcadas pela dimensão étnica do trabalho como valor.

Estes aspectos os busco para analisar que tipo de reflexividade estas mulheres estão produzindo e se elas se pensam a si mesmas de maneira a romper com valores conservadores. Indagando como é esta experiência frente aos temas clássicos da divisão sexual do trabalho e de sua relação social longamente marcada por práticas em relações binárias e desiguais. Se há ou não, processos de mudanças e se estas percepções, que já sabemos, são construídas por discursos e verdades também étnicas em Joinville, conforme aparecem nas narrativas de pesquisa anterior, se elas se reportam a dimensões conflitivas no que tange a superação das desigualdades e frente aos desafios de se constituírem, instituírem e se objetivarem como empresárias. Busca-se saber como são essas dinâmicas, se são novas, como se inserem em um meio que carrega um status dos valores positivos para o masculino, e se, ser considerada ou autodenominar-se de empreendedora poderia mudar sua posição na representação de gênero. Estes aspectos estão diretamente ligados a estrutura e aos valores que acompanham a construção das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, no que tange as representações, a carga de trabalho, sua inserção igual ou desigual na família, as barreiras e os conflitos vividos como o sentido de risco, a sobrecarga, o rol de habilidades necessárias, o discurso e a enunciação de si, os projetos com seu presente e as expectativas de autonomia. As perguntas postas para este trabalho são caminhos para analisar quais são as principais possibilidades de reposicionamento feminino e de produção de rupturas frente às estruturas

tradicionais e desiguais na relação entre trabalho feminino e masculino, no contexto do empreendimento de negócios criado por mulheres na cidade de Joinville.

O empreendedorismo tem sido apresentado como uma dinâmica nova, e, no seu interior, encontram-se valores, percepções e marcas de processos em mudança e aspectos que se mantêm intocáveis, aspectos imbricados com a divisão sexual do trabalho. Neste sentido, como diria Giddens (1991) faz-se necessário levar em conta o ritmo de mudança, o escopo da mudança, a natureza intrínseca do processo como uma instituição moderna. Estas relações, segundo Giddens constituem-se em processos institutivos da modernidade.

Consideramos que são dinâmicas que também estão inseridas na transformação em mercadoria dos produtos do trabalho assalariado e das pessoas, no ritmo da vida e da apropriação reflexiva do conhecimento. Também conectam com os processos reflexivos das mulheres empresárias. Seja porque tomam decisões em meio a uma variedade de fichas simbólicas como meios de intercâmbios que podem ser “circulados”, seja como elas lidam com conjunturas particulares, mas que sempre podem ser apropriadas por elas. E, neste sentido da informação, da circulação de possibilidades, que entendemos a agência reflexiva destas mulheres empresárias. Empreender é parte de uma nova reflexividade em relação ao espaço da casa e da reprodução, aspectos que tanto demarcaram o passado recente e que se aplica a todos os aspectos da vida humana. Mas, também envolve saberes, apropriação tecnológica no mundo material, a formação, o investimento e a apropriação como construção de novos espaços de trabalho. Faz pensar na tradicional divisão sexual do trabalho e obriga a compreender os elementos que propiciaram ou não, que as mulheres empresárias tenham ou não ultrapassado completamente o “teto de vidro” nesse mercado de trabalho historicamente demarcado como um mercado masculino, mas que nos últimos anos vêm sofrendo intensa participação feminina, principalmente nos empreendimentos de micro e pequenas empresas.

Apresento e início neste capítulo a interconexão entre o material empírico obtido nas entrevistas, com o referencial teórico escolhido para análise, ao refletir sobre a problemática das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho. O faço para pensar e analisar se as novas configurações da divisão sexual do trabalho empreendidas por estas mulheres através da abertura de seus negócios e de sua

iniciativa de empreendedorismo estariam de fato, no olhar delas, promovendo um empoderamento feminino pessoal e social, assim como rupturas e novas configurações como parte de sua autonomia, significando autorreflexividade e autodeterminação para deliberar, julgar, escolher e agir diante de diferentes cursos de ação possíveis. Esta autonomia só pode ser exercida segundo Giddens (1993) se os direitos e as obrigações estiverem desvinculados da tradição e das prerrogativas estabelecidas pela propriedade. Os fatores étnicos podem jogar contra esta autonomia, assim como os valores da tradicional divisão sexual do trabalho. Para que haja condição à existência da autonomia é necessário igualdade na indução dos resultados na tomada de decisão e proporcionar as condições efetivas para que as vozes sejam ouvidas. Nesse sentido, faz-se importante analisar as implicações provocadas pelas relações que são relatadas pelas entrevistadas, na ocupação dos espaços do público e do privado, no sentido de si, em especial no espaço da casa e no espaço de trabalho enquanto mulher empreendedora.

Escolhi os pressupostos ancorados na análise de gênero que se define como um modo de referir-se à organização social das relações entre os sexos. Numa rejeição total ao determinismo biológico, que busca explicações para a sujeição da mulher em sua capacidade procriativa ou na força física masculina, as relações de gênero enfatizam as qualidades fundamentalmente sociais das distinções baseadas no sexo. Trata-se de uma perspectiva relacional, que define homens e mulheres uns em relação aos outros. (BRUSCHINI, 1992).

Dessa forma, o enfoque na divisão sexual do trabalho aqui proposto permite uma ancoragem material da experiência, talvez em conflito com os valores da tradição e dentro de um escopo de possíveis mudanças, sobretudo, quando tange aos aspectos da divisão sexual do trabalho, pois, a relação entre os sexos não se esgota na relação conjugal, mas é ativa no lugar de trabalho, enquanto que a relação entre classes não se esgota no lugar de trabalho, mas é ativa, por exemplo, na relação com o corpo ou na relação com as crianças. (KERGOAT, 1996). Da mesma forma, os comportamentos humanos, coletivos ou individuais, só podem adquirir sentido se referidos a um conjunto de relações sociais, pois é este conjunto, sua configuração e sua esfera que constituem a trama da sociedade. Chega-se, assim, a um outro ponto essencial da problemática da divisão sexual do trabalho: a vontade de não pensar isoladamente, de não imperializar uma relação social, mas,

ao contrário, esforçar-se para pensar conjuntamente em termos de complexidade e de co-extensividade as relações sociais fundamentais: trabalho, família e gênero, na articulação entre a produção e reprodução.

### 3.1 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO

Um dos grandes temas que fundamentaram as críticas das teóricas feministas relativas às condições do trabalho feminino, passou pela desconstrução da relação posta pelas teorias tradicionais, sobre o lugar produtivo do trabalho masculino e improdutivo do trabalho feminino. Esta desconstrução das primeiras teorias que trabalham com esta divisão, discorre sobre este tema do status secundário da mulher, demonstrando que o homem nas sociedades estudadas é considerado adulto, produtor e possui um status de independente e responsável. Ao contrário, a mulher faz um trabalho que se destina ao consumo imediato da coletividade, cuidando das crianças, do doméstico, da comida cotidiana; e uma vez que ela está posta sob esta perspectiva, seu trabalho não é reconhecido como da ordem dos bens, na cultura é considerada tutelada porque é tomada como consumidora. Segundo Karen Sacks (1979) a separação das esferas da “produção” e da “reprodução social”, não é meramente conceitual, é uma questão política. Isso por que a ênfase no “trabalho” como atividade essencial do homem ganhou status de questão sociológica maior em algumas correntes sociológicas, e de modo destacado, no interior do marxismo, o que impôs as atividades tidas como de reprodução um papel de coadjuvantes sociais. Estas classificações socioculturais excluíram a mulher do lugar de poder e também não lhe deram status de reconhecimento positivo no interior da teoria clássica, porque dela foi esquecido a dinâmica da vida reprodutiva. Toda a argumentação foi construída a partir da propriedade privada e a mulher foi relegada a ordem da natureza. Estas dinâmicas farão o aprisionamento da mulher no espaço dos consumidores, da minoridade e da casa.

André Gorz (1987) ao se reportar ao trabalho doméstico chama esta construção de “aprisionamento” das mulheres nas tarefas domésticas e no status inferior desse tipo de trabalho realizado:

A ideia de que é conveniente 'livrar' o trabalhador assalariado das tarefas domésticas e de que estas são tarefas vis, ao passo que o trabalho assalariado seria nobre, é própria da ideologia capitalista, que a leva até o limite do absurdo: leva em consideração não o objeto, o sentido e a natureza de uma atividade, mas apenas sua remuneração assalariada. Leva a que se considere como vil a atividade da mulher 'do lar' e como nobre essa mesma atividade quando realizada para terceiros e em troca de salário em uma creche, num avião ou numa boite. (GORZ, 1987, p.14 -15).

Os estudos marxistas também aprisionaram as teorias pelo caminho da produção e do consumo, e, sobretudo, da propriedade privada. Contudo, alguns estudos como os de Sacks (1979), sobre sociedades sem classes na África<sup>4</sup> indicam que a resposta parece ser outra, trata-se do status de pessoa pública do homem e do não-status com relação às mulheres, "confinadas" à não-maioridade social. Por meio desta explicação a autora acaba por negar a tese de Engels acerca da igualdade entre homens e mulheres nas sociedades desprovidas de propriedade privada. Igualmente o faz Paola Tabet (2005), na compilação de estudos antropológicos que continham implicitamente a questão da divisão sexual do trabalho. Exemplifica-se a partir de pesquisas em diversas sociedades clônicas que é a mulher a responsável por trazer a comida do cotidiano, fazer os trabalhos domésticos, e cuidar das crianças. Tais atividades ficam subjetivamente invisibilizadas diante da grandiosidade da caça trazida pelo homem. Muito além de complementaridade de trabalhos, a posse de condições materiais para o trabalho valorizado, e a própria valorização subjetiva do trabalho que é realizado pelo homem, demonstram que a subordinação de um sexo pelo outro vem de um passado remoto, e que está embasado na separação entre produção e reprodução, como constitutivos de relações tradicionais no ocidente também.

De acordo com Paola Tabet (2005) a posse e o controle sobre instrumentos de trabalho, por exemplo, explicitou como o histórico subequipamento feminino dificultou o trabalho das mulheres comprometendo o uso do tempo e todas as suas consequências. Ter ferramentas e tecnologias adequadas segundo a antropóloga Tabet é uma relação orientada e assimétrica, fundada no domínio de gênero e de classe. Ter menos instrumentos e menos técnica significa maior tempo de trabalho para a realização das tarefas, o que estabelece um menor tempo de lazer ou mesmo de descanso, tempo indispensável para qualquer progresso. Esta expropriação de seu tempo constituiria um aspecto fundamental da exploração das mulheres. Desta

---

4 Trata-se das seguintes sociedades: Mbuti, do Zaire; Lovedu, da África do Sul; Pondo, da África do Sul; Ganda, de Uganda.

forma, Tabet afirma que se faz necessário analisar a divisão sexual do trabalho como uma relação política entre os sexos. Os impactos do subequipamento das mulheres em relação à posse dos instrumentos repercutiram em outras esferas: enquanto a um sexo foi destinado o mundo, o poder sobre as coisas, a outro, às mulheres, coube apenas o parco controle sobre o próprio corpo.

Neste quadro de questões forjam-se também as classificações de inferior/superior que só encontram sentido dentro de uma estrutura de valores. Sherry Ortner (1979) argumenta que o status secundário da mulher se dá por realizar um trabalho que está mais próximo da ideia de natureza, sendo esta subjugada pela cultura (homem). A mulher é definida por sua capacidade de reprodução, por seu útero, em sua função de dar filhos ao grupo. A leitura da materialidade do corpo dá origem a discursos e práticas, aprisionando a mulher neste corpo que se vê como formado para reproduzir. A maternidade, portanto, não é corpo, é construção social.

É neste sentido que se denuncia a existência de uma lógica subjacente do pensamento cultural que assume a inferioridade da mulher. Esta lógica persuasiva é a que coloca a mulher mais próxima da ideia de natureza, sendo identificada como um símbolo do que cada cultura desvaloriza. A sua contraposição – a cultura – simbolizada pelo homem, é o que possui valor, pois transcende as questões naturais e as transforma de acordo com seus propósitos. Ou seja, a ideia de produção se liga à da cultura, originando seu status mais elevado. A natureza fica assim submetida à ação da cultura, fazendo parecer “natural” subordinar e oprimir também as mulheres. (ORTNER, 1979). Segundo Ortner (1979), o corpo da mulher e suas funções na reprodução são bastante visíveis, ao contrário do que acontece com o corpo do homem, cuja participação não é óbvia. Já a obviedade na reprodução pelo corpo da mulher se relaciona à ideia compartilhada de um determinismo biológico que a coloca mais próxima da natureza. Os seios e a lactação, a menstruação, a gestação e o parto dão esta ideia de animalidade manifesta, oposta à liberdade masculina de criação, invenção e tecnologia.

Scott (1994) também analisa a participação da mulher na situação de trabalhadora. Desde muito antes da Revolução Industrial, as mulheres exerciam seu trabalho como costureiras, fiandeiras, ourives, cervejeiras, amas, criadas de lavoura, criadas domésticas, entre outras ocupações assalariadas, mas segundo sua análise



a visão de complementaridade e temporalidade do trabalho feminino, com prioridade dada para as atribuições domésticas, contribuiu para a manutenção da impossibilidade de permanência e ascensão profissional para mulheres, enquanto os homens continuavam a ser valorizados como provedores da família.

O “problema” da mulher trabalhadora reforçou o desenvolvimento da história da separação entre o lar e o local de trabalho, e, em consequência, aumentou as desigualdades entre homens e mulheres. A moralidade forjada nesta equação esconde o fato de que o homem já não era o provedor único da família, e tenta reforçar a feminilidade e o papel da mulher enquanto esposa e mãe. A diferença biológica encontra neste modo, espaço para se expandir e fixar, em termos de necessidade de organização social. (SCOTT, 1994).

A interpretação biológica e funcional para a atribuição da mulher às atividades domésticas influenciou e foi influenciada pela medicina, ciência, política e moral. O discurso que opunha lar e trabalho também se relacionou com a expansão da força de trabalho feminina como mão de obra barata e adequada a apenas certos tipos de trabalhos. Scott (1994) nos demonstra que o problema anunciado era a separação da mulher do seu lar, pois o cuidado dos filhos deveria ser realizado pelas próprias mães. O trabalho não poderia dificultar o cumprimento do ideal de sua função: reproduzir e cuidar da prole. Então, confinada ao lar em uma infinidade de ocupações, a atividade doméstica da mulher não é considerada como trabalho produtivo.

O igual valor do trabalho masculino e feminino anterior ao capitalismo, nas sociedades clânicas e tribais, conforme pretendido por Engels, é uma ilusão. O desenvolvimento de recursos produtivos e a domesticação de animais, mesmo nestes contextos, transformaram a relação dentro dos grupos clânicos, nos quais, a mulher passa a trabalhar para o marido e para o coletivo. Embora seja necessário, este tipo de função não é visível enquanto valor de troca; seu tempo de trabalho não origina um produto. O trabalho do homem tem um valor por que há um equivalente econômico de troca, é público. (SCOTT, 1994; SACKS, 1979).

Na divisão sexual do trabalho, portanto, há valorização de um tipo de trabalho e desvalorização de outro, não é por acaso, que Kergoat, considera o cuidado como um valioso instrumento para a observação da dinâmica das relações sociais. Ela considera que nas atividades do cuidado, ocorre “uma radicalização e

extensão qualitativa e quantitativa das relações de classe”. (KERGOAT, 2010, p.102), e de arcaicas formas de se reconhecer e valorar o trabalho de mulheres e homens.

A divisão sexual do trabalho apoia-se em práticas de segregação sexual que as tornam naturalizadas, de acordo com a cultura que coloca os corpos em funções sociais diferentes. Nesse caminho, a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino. Nesse ínterim, a divisão sexual do trabalho não cria em si a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria uma subordinação que existe também nas outras esferas do social.

Interessante contrapor com essa invisibilização do trabalho da mulher, o que expôs Maria, a primeira entrevistada nessa pesquisa, logo no início da entrevista, ao falar da relação entre sua mãe, a casa, a esfera doméstica, e o trabalho. Ao ser perguntada por mim durante a entrevista, sobre a relação de trabalho estabelecida em sua família e sobre seu histórico familiar, ela comenta em dado ponto da entrevista:

A mãe nunca trabalhou fora, assim em empresa [...] Ela sempre trabalhou em casa, de pequena ela ajudava na roça, mas depois que ela se casou com o pai ela ficou em casa porque a casa é grande... E depois logo a minha irmã nasceu também.

Perceba-se que nesta fala de Maria, ao ser enfática ao referir-se a mãe e dizer “ela sempre trabalhou em casa” em detrimento do trabalho público, externo, realizado pelos homens em empresas demonstrou-me uma preocupação, um tipo de reflexividade em seu discurso que procura romper com uma tradicional divisão sexual do trabalho, colocando de maneira valorativa em sua fala o trabalho realizado por sua mãe no ambiente doméstico. Este aspecto, pode contudo, também ser pensado como parte da tradição, mulher fica em casa e se tem filhos, encontra neste fato mais um dos fundamentos para que tenha que ficar em casa. De outro lado, esta valoração dá-se no contexto de outra geração, a da mãe dela, no qual a valoração do trabalho masculino no público era a regra. Ao mesmo tempo, nesta

narrativa constrói-se um espaço mínimo para a construção de uma percepção sobre circunstâncias de um vivido que pode ser outro no presente porque as circunstâncias são outras. Esta posição não é de ambiguidade, é de quem se assume nos processos de mudanças da estrutura social, ao mesmo tempo tem que conviver com valores que faziam o habitus na estruturação social do passado.

O trabalho das mulheres em muitas esferas hoje, mas principalmente no passado não era pensado a partir da separação da mulher de seu lar, mas sim em relação ao custo de mão de obra. (SCOTT, 1994). No campo do doméstico este aspecto jogava para favorecer a decisão naturalizada de que a mulher deveria ficar em casa. No campo do espaço do trabalho fora de casa as mulheres eram consideradas menos produtivas, por isso, dizia-se que lhes bastava um salário complementar (e não de um salário de provedor da família, como o do homem), os salários das mulheres eram assim mais baixos, aumentando o lucro do empregador. Essa divisão era por sexo, ele era o divisor de tarefas, o que está na base do 'problema' da mulher trabalhadora. Ela era adequada a algumas atividades, mas não a outras, e na hierarquia sempre ocupava os locais mais baixos, com menores salários – assistentes, subordinadas, sem qualificação. Nesse contexto, muitas mulheres por imposição ou por "escolha", para não "ganhar pouco", escolheram por séculos a não saída para o mercado de trabalho, ficando relegadas e invisibilizadas no espaço doméstico, da casa, do lar e da família. A contrapartida, desta prática era que as mulheres foram consideradas naturalmente dependentes, menos produtivas e mais hábeis ao trabalho doméstico, e a divisão sexual do trabalho se mantinha. A visão que articula a complementaridade e temporalidade do trabalho feminino, com prioridade dada para as atribuições domésticas, contribuiu para a manutenção da impossibilidade de permanência e ascensão profissional para mulheres. O problema da mulher trabalhadora contribuiu para o desenvolvimento da história da separação entre o lar e o local de trabalho, e, em consequência, aumentou as diferenças entre homens e mulheres. Este discurso que opunha lar e trabalho também se relacionou com a expansão da força de trabalho feminina como mão de obra barata e adequada a apenas certos tipos de trabalhos. Scott cita que o problema da mulher trabalhadora era a separação da mulher do seu lar, o que na realidade já acontecia – se os filhos eram um empecilho ao emprego, eram entregues às amas de leite. (SCOTT, 1994)

Confinada ao lar em uma infinidade de ocupações, a atividade doméstica da mulher não é considerada como trabalho produtivo. O desenvolvimento de recursos produtivos e a domesticação de animais transformaram a relação dentro das famílias, em que a mulher passa a trabalhar para o marido e para a família. (SACKS, 1979). Embora seja necessário, este tipo de função não é visível enquanto valor de troca; seu tempo de trabalho não origina um produto. O trabalho do homem tem um valor por que há um equivalente econômico de troca, é público. O trabalho do homem volta-se para a produção, enquanto a mulher fica relegada a reprodução.

A falta de conexão entre as esferas pública e privada gera danos, uma vez que o trabalho privado, como a reprodução, exige tempo, dinheiro e trabalho. O homem enquanto provedor, detém os recursos produtivos, e seu trabalho gera um equivalente para a troca; sendo que nesta relação sobra à mulher, cujo trabalho não é valorizado, o status de tutelada. A partir do momento em que se faz esta divisão – de trabalhos domésticos versus produção social para troca – a organização da política sexual será dividida e regrada. Neste sentido, Karen Sacks argumenta que para se chegar à igualdade social o trabalho de homens e mulheres deve ser da mesma espécie; as esferas de família e sociedade não podem permanecer separadas: “A produção, o consumo, a criação de filhos e as tomadas de decisões econômicas são todas necessárias para existir uma única esfera social”. (SACKS, 1979, p. 203). É necessário articular produção e reprodução, bem como refletir em termos de relações sociais entre os sexos, que determinam as práticas sociais.

Enquanto no período pré-industrial se considerava que as mulheres tinham combinado com êxito atividade produtiva e criação dos filhos, trabalho e domesticidade, dizia-se que a mudança presumida do local de trabalho tornara esta combinação difícil, se não impossível. (SCOTT, 1994, p.444). A ideia de complementaridade dos trabalhos masculinos e femininos mantém o modelo tradicional dos “papeis sexuais”.

Nesta pesquisa, percebi que o modelo de conciliação entre vida profissional e vida familiar não acrescenta muito à emancipação das mulheres e à ruptura total das clássicas divisões, pois recai sobre elas a necessidade de conciliação de jornadas e atividades entre o público e o privado, entre o trabalho de empreender e o cuidado com a casa, resultando na dupla ou tripla jornada como será exposto pelos relatos das entrevistas no decorrer desse capítulo.

### 3.2 O TRABALHO FEMININO

Em um artigo da socióloga Angela Maria Carneiro Araújo, intitulado “Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth de Souza Lobo)”, a autora diz que na segunda metade dos anos 70, sob o impulso do surgimento dos primeiros grupos e jornais feministas, é que o trabalho feminino passa a ser tema de um intenso debate político, apesar de haver ainda uma presença muito marginal deste na sociologia e na história do trabalho brasileiras. Segundo a autora “os estudos do trabalho nestes dois campos estavam fortemente centrados, até então, no tema do sindicalismo”. (ARAÚJO, 2005, p. 85).

Afirma a autora, que nem a intensificação dos estudos sobre a história operária e sobre o ressurgimento do movimento operário na cena política a partir de 1978 e seu papel na luta pela democracia, fez com que houvesse algum interesse dos estudiosos e estudiosas sobre o caráter sexuado da classe trabalhadora. Ainda segundo a autora, as abordagens predominantes nestes estudos baseavam-se em uma noção de classe que remetia a uma posição estrutural e pretendia constituir um nível explicativo com pretensões universalizantes. Nesse sentido, ao retomar uma ideia presente no livro “A classe operária tem dois sexos”, cita a autora:

A classe enquanto “ser social” deixava na sombra as diferenças que, quando consideradas, eram tomadas como um segundo nível de explicitação. No entanto, como bem mostrou Elizabeth Lobo, os estudos sobre as práticas e a consciência operária tornava evidente que o conceito se fundava numa generalização das práticas masculinas. (ARAÚJO, 2005, p. 85).

Esta invisibilidade das trabalhadoras persistia, sobretudo porque a maioria dos estudos dos anos 60 e 70 se orientavam pelas teorias até então dominantes na sociologia brasileira deste período, tais como as teorias do desenvolvimento e da modernização. Nestes estudos, a subordinação feminina, num sentido econômico e social, era vista como uma característica das sociedades tradicionais e poderia ser superada pelo desenvolvimento e modernização do Brasil. (ARAÚJO, 2005). Parte destes estudos localizavam a mão de obra feminina como constituinte do exército industrial de reserva, dadas as características de sua inserção na indústria marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos salários baixos:

De acordo com uma das teses prevalentes no período, defendida por Saffioti, essa situação das mulheres não seria solucionada pelo desenvolvimento capitalista que, ao contrário, reforçaria sua subordinação a altas taxas de exploração e sua exclusão do trabalho industrial. (ARAUJO, 2005, p. 86).

Por outro lado, outro mote das pesquisas relativas ao trabalho feminino, mesmo que ainda subsidiário em parte das teorias da modernização, foi fundamental para um novo olhar e uma nova abordagem acerca do trabalho, pois se apoiavam na preocupação com migrações, degradação salarial e reprodução das desigualdades, tecendo estudos sobretudo acerca do papel do trabalho das mulheres no processo de organização das famílias de base operária, focalizando neste sentido suas estratégias de sobrevivência e organização da vida social.

Os trabalhos que se apoiavam nessa temática operária e feminina, foram fundamentais para a visibilização do trabalho feminino, e, assim, a partir dos anos 80 passou a ocorrer a problematização da divisão sexual do trabalho e da categoria gênero nas pesquisas que abordavam as relações de trabalho. Esta nova mudança de olhar sociológico na pesquisa, que favoreceu uma mudança de abordagem e novos aportes teóricos decorrentes da inclusão da categoria gênero nos estudos do trabalho e nas relações nele imbricadas deve-se a vários fatores e fenômenos, entre eles: à difusão das ideias do movimento feminista e ao crescimento do movimento das mulheres; ao envolvimento das mulheres das classes populares, das trabalhadoras, das sindicalistas e das pesquisadoras vinculadas à universidade.

No começo dos anos 80, os estudos que abarcavam as relações de gênero enquanto categoria analítica e relacionada ao campo da sociologia do trabalho aplicavam-se em noções e teorias que falavam sobre o mercado de trabalho, sobre processo de trabalho e organização do trabalho. (ARAUJO, 2005). Neste sentido, é que localiza-se as discussões acerca da Divisão Sexual do Trabalho relacionada à dinâmica do mercado de trabalho, sobretudo através de estudos das pesquisadoras Elizabeth Souza Lobo, Helena Hirata e Cristina Bruschini, entre outras pesquisadoras, que questionavam em suas pesquisas e textos as teorias da mão de obra excedente e da segmentação do mercado de trabalho ao tratar as qualificações masculinas e femininas, as trajetórias profissionais, os setores e ocupações previamente destinados e orientados supostamente como mais naturais e adequados a homens e mulheres, como uma construção histórica, social e cultural. (SOUZA-LOBO, 1992).

Interessante ao pensarmos em relações dicotômicas, é o aporte teórico e conceitual presente na obra "A Classe operária tem dois sexos". No livro, Elizabeth Souza Lobo revela a questão de gênero no setor industrial brasileiro na relação entre operárias e operários, nas décadas de 70 e 80 no Brasil, no ABC Paulista, ao identificar e trazer ao campo sociológico brasileiro o tema de uma divisão sexual do trabalho. Ao narrar o cotidiano nas fábricas, assim como a participação das mulheres nas lutas sindicais, Elizabeth Souza Lobo mostra que a classe operária tem dois sexos, que operário não é igual a operária. A autora pensa as vias complexas do feminismo enquanto estratégia de luta para a emancipação e para a igualdade de gênero. Segundo Souza-Lobo a interrogação inicial sobre a origem da opressão conduzia muitas vezes a uma desistoriazação das questões, reduzidas à pergunta originária da causa da opressão, o que fazia das formas da subordinação feminina meras aparências, portadoras de uma causa essencial. (SOUZA-LOBO, 1989).

Os impasses dessas análises tiveram como fruto o deslocamento do eixo de reflexão nas pesquisas feministas, que passam a concentrar-se nos significados das representações do feminino e do masculino, nas construções culturais e históricas das relações de gênero. As mulheres de classe média e média alta começam a questionar o mercado de trabalho no Brasil na década de 70, 80, tendo a ver com o feminismo brasileiro, que teve o seu início no final da década de 70 e que foi propiciado por mulheres brancas, pertencentes as classes médias.

### 3.3 TRABALHO DOMÉSTICO E DELEGAÇÃO: RUPTURA?

A Divisão Sexual do Trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação e o princípio hierárquico. No princípio da separação existem trabalhos que são tidos como mais adequados para homens e outros que são relatados como mais apropriados às mulheres. E no princípio da hierarquia há a máxima que o trabalho de um homem vale mais que o trabalho de uma mulher. Desta forma, temos assim um problema político, em que o gênero é rebaixado ao biológico, e as práticas sociais são enquadradas em meros papéis sociais estáticos e delimitadores. Nas palavras de Helena Hirata e Danièle Kergoat:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicadas mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Estas concepções acerca do trabalho da mulher a mantiveram em um local não privilegiado no mundo do trabalho, em que há a valorização do trabalho que é realizado pelo homem, em detrimento ao que é realizado pela mulher:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.). (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.598).

Assim temos um problema político, em que o gênero é rebaixado ao biológico, e as práticas sociais são enquadradas em meros papéis sociais estáticos e delimitadores. Os trabalhos de Helena Hirata acerca do trabalho feminino, por exemplo, revelam-nos que quando essas dicotomias conseguem ser vencidas, principalmente quando as mulheres conseguem romper e, por exemplo, trabalham fora (e muito), o trabalho doméstico em vez de ser dividido, é externalizado: são contratadas outras mulheres (normalmente em situação de pobreza) para fazer esse trabalho do dever, do cuidado, do lar, da casa, essencialmente feminino e reservado somente a elas.

Thays Monticelli, em sua dissertação de mestrado (2013) afirma com base na PNAD<sup>5</sup> 2011 que o trabalho doméstico remunerado é uma das categorias profissionais que mais agrega mão de obra feminina no país. Segundo a autora, estudos nessa linha do trabalho doméstico remunerado se mostram importantes pelos desafios que trazem no âmbito das discussões de igualdade, mas vão além, e falam dos espaços compartilhados entre as famílias, ao denunciarem a sustentação das desigualdades no âmbito doméstico, quando não há o compartilhamento das responsabilidades e tarefas. Assim, ao questionar essas opressões, as teóricas feministas buscam a desnaturalização dessas desigualdades envolvidas na divisão

---

5 PNAD: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



sexual do trabalho, que está estritamente agregada ao âmbito residencial. Outro aspecto importante, segundo a autora, diz respeito à naturalização desse espaço marcado como feminino, e que instituiu historicamente a ligação do espaço doméstico e da mulher a dinâmica do cuidado, de modo despolitizado em termos de valores econômicos e sociais. (MONTICELLI, 2013).

Interessante nesse cenário de externalização do trabalho doméstico, citar a pesquisa empreendida por Rafaela Cyrino com mulheres executivas - "Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero". A autora, ao pesquisar as mulheres executivas, verifica que também nesse estrato social composto por altas executivas, com altos cargos e salários, existe o estereótipo da conciliação, o qual associa apenas às mulheres a responsabilidade entre trabalho remunerado e tarefas domésticas. (CYRINO, 2012). Mas, a autora argumenta que as mulheres executivas estabelecem outra relação com o trabalho doméstico, através do modelo de delegação. O modelo de delegação, segundo Hirata e Kergoat (2007) surgiu na sociedade com o aumento da presença das mulheres nos extratos ocupacionais superiores, entre as quais se incluem as mulheres executivas. Mas, esse modelo não representa um avanço nas desiguais estruturas da divisão sexual do trabalho doméstico, pois, o modelo de delegação não coloca em questão as relações de gênero entre homens e mulheres, pois o modelo supõe que as executivas transferem as tarefas para outras mulheres, as domésticas. (HIRATA; KERGOAT apud CYRINO, 2012). E, mais do que isso: importante perceber, que o conteúdo da divisão sexual, presente na ideia de conciliação, não desapareceu, pois o peso, a carga, ou seja, a responsabilidade por delegar continua sendo das mulheres. Hirata e Kergoat inclusive afirmam que a responsabilidade pelo doméstico continua reservado à figura feminina da casa, em que o tradicionalismo das relações é mantido, visto que a gestão do conjunto do trabalho delegado continua sendo uma responsabilidade daquela que delega, sendo a responsável por contratar uma doméstica, por exemplo. Até mesmo a responsabilidade de dizer às empregadas domésticas o que fazer, como fazer, quando fazer, continua sendo responsabilidade reservada à "mulher da casa".

Sobre este fato da delegação do trabalho da casa, essencializado e direcionado somente às mulheres, retomo uma anotação realizada em meu Diário

de Campo, quando em situação de entrevista e observação participante, presenciei a conversa entre as mulheres empresárias:

Estávamos todas no bar-restaurant no happy hour, éramos em 7 mulheres. Era sete e vinte da noite, fazia um dia meio frio e o restaurante estava barulhento. Quando percebi um papo começou sobre diaristas na nossa mesa. Do nada, sem ter a ver com nenhum outro assunto que tínhamos falado, Mara perguntou se alguém teria uma boa diarista para indicar. Maria indicou a diarista que trabalhava em sua casa, mas alertou que ela tinha a agenda bem cheia pois era muito boa, limpava muito bem, era caprichosa, nas palavras dela. Imediatamente todas as mulheres começaram a copiar o telefone celular da diarista, e o papo que se seguiu era em como era difícil encontrar uma boa diarista em Joinville. Também falou-se sobre confiança. Falavam coisas como “não dá para colocar qualquer uma dentro de casa”. E, por esses motivos, algumas das presentes relataram que elas mesmas estavam fazendo o serviço da casa, limpando os apartamentos e casas depois que chegavam em casa ou nos fins de semana. Algumas usavam expressões como “afff” e “bufavam” e gravei na memória uma frase dita por uma delas - mas não me lembro quem - “afff, ninguém merece limpar banheiro oito horas da noite”. (Diário de Campo da pesquisadora Morgana - 23 de setembro de 2014)

Neste cenário composto por mulheres empresárias, a maioria de classe média, e algumas delas de classe média alta, notei a delegação do trabalho doméstico, externalizado a outra mulher. E, ainda, não poderia ser qualquer outra mulher, teria que ser uma mulher de confiança, segundo a fala das entrevistadas. Na incerteza desses termos, as mulheres empresárias pesquisadas para este trabalho que não têm diarista, realizam o trabalho doméstico em suas casas e apartamentos elas mesmas. E, em nenhum momento há a citação dos homens, dos maridos ou companheiros nessa relação doméstica, o trabalho doméstico em nenhum momento do encontro das mulheres empresárias foi cogitado ser dividido entre as duas pessoas que habitam o mesmo lar nessas relações pesquisadas: homem e mulher.

Assim, é reafirmada a condição de que a divisão sexual do trabalho assume formas conjunturais e históricas, sendo construída como prática social cotidiana nos lares dessas mulheres. Ou seja, a socialização primária e secundária da mulher foi determinada pelo princípio de participação desta nas esferas pública e privada, na produção e na reprodução social, na qual a divisão sexual dessas atividades é o principal elemento da dinâmica social que sustenta a noção de que é “natural” limpar a casa ou outorgar a outra mulher essa tarefa. Assim como cita Souza Lobo, a Divisão Sexual do Trabalho, ora conserva tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, ora cria modalidades da divisão sexual das tarefas familiares e extrafamiliares. A subordinação de gênero, a assimetria nas relações de

trabalho masculinas e femininas manifestam-se não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho. A divisão sexual do trabalho não é tão somente uma consequência da distribuição do trabalho por ramos ou setores de atividade, senão também o princípio organizador da desigualdade no trabalho. (SOUZA-LOBO, 1991).

No grupo de mulheres empresárias pesquisadas, a percepção sobre a divisão sexual do trabalho reflete a contradição inerente às relações de mérito e reconhecimento social versus a invisibilidade advinda desta atividade. Ao mesmo tempo, as mulheres veem a necessidade de ter a casa em ordem, limpa e arrumada, mas, por outro lado, veem o trabalho doméstico como um fardo somente delas, e como uma tarefa que se não puder ser delegada, é algo que deva ser feito sozinha, somente por elas.

Nas entrevistas que realizei, houve momentos em que perguntei sobre o trabalho doméstico na casa, sobre a organização do lar e, quando se fala dos homens nessa relação, não existe o questionamento, o embate. Segundo as entrevistas que realizei com essas mulheres empresárias, as tarefas mais pesadas de uma casa (limpar, varrer, esfregar) cabiam naturalmente a elas. Elas não queriam que os homens fizessem isso nem questionavam a divisão igualitária das tarefas, mas se ajudassem um pouco, em tarefas mais simples, já era satisfatório. Afinal, “ajudar”, segundo elas, era melhor que nada. Ao mesmo tempo, elas entendem que, no geral, a sociedade não reconhece este esforço e que é raro ter um companheiro que ajude nas tarefas domésticas, e se ajuda, é somente em alguns tipos de tarefas, longe de “limpar um banheiro”, por exemplo:

Eu trabalho na empresa de segunda a sexta, tenho o horário livre e tal, mas fico no escritório, porque é importante né [...] Daí alguns dias eu dou aula a noite, então só sobra sábado e domingo, pra arrumar e limpar alguma coisa. [...] Ele só corta a grama, esse é o serviço dele e já acha que faz demais! (Maria fala essa última frase e ri - Relato de Maria, em situação de entrevista individual)

Não, ele me ajuda, guarda as compras, é organizado [...] Mas eu que limpo a casa. Ah, também quando dá. Mantendo organizado dá pra limpar mais rápido né. (Relato de Ana)

Uma das coisas que mais me irritava no casamento era isso, ele não levantava pra nada, nada. Nunca ajudou com nada. Eu nem queria que ele fizesse nada de grande, era só tipo secar um prato já tava bom. (Relato de Regina)

Então, o meu marido é um paizão como eu te disse. Ele faz tudo, busca no colégio, dá comida, faz as tarefas [...] Como eu tô sempre viajando ele é ponta firme pra caramba nisso, não me preocupo com nada [...] Não, limpar a casa ele não limpa porque tem a empregada né. Mas assim, final de semana se precisar lavar uma louça ele lava, ele é bem agilizado. Eu que normalmente não faço nada, sou folgada, deixo tudo pra quando a empregada chega na segunda, até o closet deixo uma bagunça. (Relato de Milena)

Uma ampla pesquisa sobre participação de homens e mulheres nas tarefas domésticas foi empreendida por Clara Araújo e Celi Scalón. O resultado da grande pesquisa realizada indica que mulheres de diferentes níveis educacionais, áreas de residência, gerações, trabalhando fora ou não, com distintas percepções e valores morais sentem compartilhar uma experiência comum: a assimetria das tarefas domésticas. (ARAÚJO; SCALÓN, 2005). Inclusive, em um trabalho mais detalhado sobre os resultados desta pesquisa, as autoras identificam que os homens acreditam que contribuem nas tarefas domésticas, mas cabe a eles tarefas tais como tirar o lixo ou cozinhar de vez em quando. Ou, como ocorre na observação que realizei em minha pesquisa: cabe ao “homem da casa” cortar a grama uma vez ou outra, afinal, grama não necessita de corte todo dia nem toda semana.

Um outro elemento que me chamou a atenção nas entrevistas, foi a escolha por morar em casa ou apartamento realizado pelas entrevistadas. Através das entrevistas, constatei que apenas duas das seis empresárias moram em casas planas. E quatro moram em apartamentos. Este fato chamou-me a atenção, sendo Joinville ainda uma cidade muito plana, que não se apresenta ainda em vertiginoso processo de verticalização. Com esses dados, resolvi analisar em campo que elementos estariam imbricados nessa escolha por morar em apartamento, que tipo de relações com a cidade seriam facilitadas para as empresárias por morarem em um imóvel do tipo apartamento. Mais adiante, exponho a resposta das entrevistadas.

Outro elemento que chamou-me a atenção nas entrevistas, é que as duas mulheres que moram em casa, têm empregadas domésticas (uma contrata diarista, outra tem uma empregada doméstica registrada). Michele mora em apartamento, mas possui diarista também, em dois dias da semana. As demais entrevistadas (Ana, Elisa e Regina) moram em apartamento e não possuem diarista regularmente, elas mesmas limpam suas casas. Para melhor visualização desse cenário, exponho o quadro resumo abaixo:

QUADRO 2 - Estado civil, moradia e utilização de trabalho doméstico das entrevistadas

|         | <b>Estado civil</b> | <b>Casa ou Apartamento?</b> | <b>Possui trabalhadora doméstica?</b> |
|---------|---------------------|-----------------------------|---------------------------------------|
| Maria   | Casada              | Casa                        | Diarista                              |
| Ana     | Casada              | Apartamento                 | Não                                   |
| Michele | Casada              | Apartamento                 | Diarista                              |
| Elisa   | Casada              | Apartamento                 | Não                                   |
| Milena  | Casada              | Casa                        | Mensalista                            |
| Regina  | Divorciada          | Apartamento                 | Não                                   |

FONTE: Entrevistas realizadas pela autora em 2014

O fato de morar em apartamento, segundo relato das quatro entrevistadas que moram em moradias do tipo apartamento, deve-se a um processo de escolha que leva em conta três fatores que apareceram nas entrevistas: a sensação de segurança proporcionada pelo aparato físico e de segurança presente em uma construção do tipo prédio (morar em um andar alto, ter cerca de segurança, muros, portaria); o valor do imóvel (mais barato para comprar em relação a uma casa no mesmo bairro ou região); e o fato de ser de mais fácil manutenção. A manutenção, refere-se diretamente ao exposto por Regina em sua entrevista:

Deus me livre morar numa casa. Quer dizer, pro [filho] seria bom, ter espaço, correr. Mas também não sei se faria tanta coisa assim porque hoje em dia ele, as crianças, só querem iPad, joguinho. Se juntam pra ficar cada um no seu iPad não é?! Tu já viu? [...] Ele também fica o dia todo no colégio [...] Mas imagina, não dá, não dá. Casa tem piso pra lavar, calçada, mato, é parede, é jardim. Eu não ia dar conta de limpar, de fazer as coisas em casa e trabalhar e cuidar do [...]. E pagar hoje em dia não dá né, pagar tudo. Eu não teria dinheiro pra pagar tudo, tudo, assim, pra fazer na casa. Apartamento é bom por causa disso, fechou a porta, tá seguro, tá limpo, é fácil manter.

Assim, até mesmo a escolha das mulheres por morar em um espaço menor, um apartamento, reforça a associação “natural” entre as mulheres e o espaço doméstico, em que aspectos até mesmo simbólicos contribuem para a manutenção de situações de desigualdade entre os sexos. Além disso, as mulheres empresárias, não questionaram em momento algum a presença dos estereótipos de gênero em que a mulher assume a maior parte das tarefas domésticas da casa: em seus comentários, apesar de reconhecerem ser um fardo, ou uma “chatice” cuidar da casa, elas não questionam a divisão dessas tarefas entre homens e mulheres. Como se “ajudar” um pouco, por parte dos homens, já fosse bom o suficiente para a igualdade dessas relações domésticas.

Portanto, em relação a minha pesquisa, percebi que através de rearticulações na vida dessas mulheres, inclusive do local de moradia (escolher morar em um imóvel que facilita a limpeza, por exemplo) não ocorrem avanços nem rupturas no espaço doméstico frente às estruturas tradicionais e desiguais de trabalho na casa, seja ela um apartamento pequeno ou uma casa grande. Na situação que envolve o cuidado com a casa, o que ocorre é um reforço de estereótipos, mesmo que a fala das entrevistadas e seus pensamentos não as façam enxergar a realidade dessa forma e nem sejam reflexivas acerca de sua condição desigual, percebo sim que as essencializações sobre um “trabalho de mulher” ainda ocorrem, além da clássica divisão sexual do trabalho que permanece, sobretudo quando também orientada a mudança da ocupação para “ser empresária” a fim de ter mais tempo para si, para cuidar da casa, ou para cuidar de filhos (situação que estará exposta mais pra frente nas entrevistas). Essa mudança na divisão do trabalho doméstico tem um caráter restrito e tópico e não atinge o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam a ser atribuídas exclusivamente às mulheres. Mesmo estando as mulheres em outras situações e esferas da vida, seguem sendo demandadas, a executar as tarefas tradicionalmente delas, ou a delegar a outras mulheres essas tarefas.

De fato, embora certas mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino ainda deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho. Atualmente tais práticas sociais em muitos contextos ainda estão embasadas nesta visão essencialista da mulher, em que o cuidado é visto como sua tarefa natural, e, portanto, mesmo trabalhando fora de casa como é o caso das mulheres empresárias desta pesquisa, a mulher se mantém no papel de responsável pela casa e pelos filhos não promovendo rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais na relação entre o trabalho feminino e masculino na cidade de Joinville. É um cenário de longa data da manutenção de papéis que permanece nas relações e práticas entre homens e mulheres.

### 3.4 EMPREENDER, PARA? SER MULHER!

Segundo Cristina Bruschini se a atividade feminina continua concentrada em setores como o de serviços pessoais, de serviços de saúde ou de educação, a tendência à diversificação das funções ocupadas aponta para uma situação de bipolarização: um dos pólos é constituído de profissionais altamente qualificadas e bem remuneradas (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras universitárias, gerentes, advogadas, juízas, etc) e outro, de trabalhadoras ditas não qualificadas, ocupando empregos mal remunerados e não valorizados socialmente (BRUSCHINI, 2000). No caso das mulheres deste campo de pesquisa elas são de classe média e classe média alta, possuem um capital financeiro diferenciado em vista de outras situações de fragilidade feminina que existem. Elas se inserem em padrões de escolaridade privilegiada (apenas uma não tem nível superior, mas por escolha, por considerar-se autodidata), aspecto que no campo do empreendedorismo é bastante valorizado como fator de permanência nele. Desta maneira elas acompanham a correlação entre o aumento da escolaridade feminina e a incursão das mulheres nas profissões ditas superiores, já ressaltada por todos os estudos que se referem à formação dos novos contextos de inserção do feminino. (HIRATA, 2002).

Neste sentido, é que avento que é um contrassenso para uma noção de ruptura e empoderamento através do trabalho feminino a reiteração do discurso da feminilidade presente nos enunciados de si das entrevistadas, o que aparece, naquela antiga fuga que diz que “eu sou profissional, fecho contratos, pago carro, casa, mas não deixei de ser feminina, gostosa e usar salto alto”, pois, eu continuo sendo uma mulher. Quando indago a empresária Maria se ela achava que havia alguma diferença entre o empreendedorismo masculino e o feminino, ela responde “Com certeza, mulher é muito mais organizada, mulher faz tudo ao mesmo tempo.”. Nesta frase, Maria tece sua versão sobre qual a representação social de uma empresária, e relata sobre o que significa ser mulher no mundo dos negócios: significa ser organizada e fazer tudo ao mesmo tempo, incluindo o trabalho de casa e com os filhos, e isso é uma característica das mulheres, segundo Maria. Outra parte interessante da entrevistada, é que ao articular essa independência e “força” das mulheres “empresárias modernas”, ela diz acerca de mulheres mães:

Ah, essas mulheres se viram nos 30. Trabalham na empresa, fazem a unha, vão no salão, buscam filho na escola, fazem tudo. Cuidar de empresa, casa, filho e beleza não é mole não. Diz, se não é coisa de mulher super poderosa? Nós somos!

Da mesma forma Elisa, ao ser questionada na pesquisa se ela diferenciaria um trabalhador feminino de um masculino, em relação ao empreendedorismo que ela realiza, ela responde que:

Acho que meu namorado [chamou de namorado, mas mora junto e é noivo] não ia conseguir trabalhar como eu trabalho. Pois tem a cobrança né. Sempre “onde tu trabalha”. Isso eu digo em relação a loja virtual. Se fosse loja, loja, com porta e tal, daí acho que o respeito é outra. Mas acho que essa coisa de trabalhar em casa. Quer dizer, de casa, é mais fácil pra mulher [...] Mesmo que olha... Eu ganho mais que ele.

Nesta parte da entrevista, Elisa me diz que ganha em termos financeiros claramente mais que o noivo, mas que por seu trabalho ser “em casa”, não é tão respeitado quanto o dele, que trabalha em uma empresa, como funcionário. Segundo ela, essa relação de “trabalhar em casa, de casa” continua sendo algo mais relacionado às mulheres. Na entrevista, Elisa também diz que:

É legal uma mulher abrir um negócio que atenda a outras mulheres, tem mais jeito pra lidar, sabe o que vender, o que atender, como fazer. Isso eu acho legal. [...] É legal também quando tem filho, pode curtir mais, trabalhar de casa, não ter horário fixo, daí dá pra aproveitar bem o filho [...] Eu penso nisso quando eu tiver filho, que ter a loja é bom pra poder ter disponibilidade.

Elisa então vê seu empreendedorismo, sua inserção no mundo dos negócios em um empreendimento que pode ser realizado de casa, através do seu computador, como uma vitória pessoal que possibilita autonomia financeira e horários livres. E esse empreendimento realizado por casa, sem chefe, sem patrão, faz ela visualizar que terá mais disponibilidade no futuro ao desejar ter um filho, mesmo que em sua fala ela não perceba que trabalha de 10 a 12 horas por dia em frente ao computador. Então, nesse caso, é uma disponibilidade relativa, pois para Elisa ela está disponível pelo simples fato de estar em casa, no seu lar, mas ela não percebe que trabalha bem mais nessa relação em que o trabalho não se desvincula de sua casa, em que as fronteiras entre trabalho e emprego não são mais fixas a partir do momento em que se têm um e-commerce 24 horas aberto no ar, na internet.

Em relação ao empreendedorismo feminino, a empresária Regina ao responder perguntas sobre o que significa ser uma “mulher empreendedora” faz o seguinte comentário:

Eu acredito no poder da mulher, sabe, nessa coisa mesmo de fazer... De fazer acontecer, vai, faz, volta, arruma, faz, faz. De fazer né, mil coisas ao



mesmo tempo. Né. Olha a gente aqui, todo mundo linda, arrumada, bem vestida. E ainda tem tempo de ficar gostosa. [risadas]

Regina na entrevista fala muito de “mulheres fazerem mil coisas ao mesmo tempo”. Essa percepção de minha entrevistada é sempre completada com adjetivos como bonita, bela, tanto em relação as vestimentas quanto ao cuidado com o corpo, pele e maquiagens.

Segundo Regina, ela acredita na “força da mulher”, por uma mulher conseguir fazer várias coisas ao mesmo tempo, segundo ela, coisas relacionadas ao seu ambiente doméstico, ao cuidado com a aparência, e ainda ser uma profissional de sucesso. Minha entrevistada credita essa “força” da mulher a uma essência feminina, em que, segundo ela “a gente já nasce assim, e a sociedade cobra que façamos tudo ao mesmo tempo”.

Esta afirmação é seguramente a reiteração de uma norma sobre o feminino que se produz como um elemento moral. (RUBIN, 1998) do sistema sexo-gênero e que também é histórico e é um enunciado de si, marcador de uma fronteira muito clara entre ser mulher de negócio, mas que não passou para a representação cultural coletiva, totalmente para este “mundo dos homens”. Se ela se cuida, e ela faz grande esforço para seguir se demarcando como mulher feminina é porque o processo emancipatório que se instituiu em sua reflexividade, como mulher empresária, não é compartilhado positivamente por todos. O processo que ela desenvolveu com muitas novas habilidades e competências para estar onde está, pode ser confundido com o mundo dos homens para quando crivado pelo olhar dos outros. Mas, não é só e redutivamente isto, trata-se também de que os processos emancipatórios para mulheres ainda não chegaram a ser dinâmicas acomodadas e naturalizadas na cultura. Estas mulheres continuam lutando com a representação de estar dentro e fora das antigas representações da velha e clássica divisão do mundo privado para o feminino e público para o masculino. Para citar De Lauretis (1994) esta experiência é uma narrativa que é compreendida como um complexo de efeitos, hábitos, disposições, associações, percepções significantes que resultam da interação semiótica do eu com o mundo exterior e que é refeita por estas mulheres no seu cotidiano. Neste caso, com a ressalva de que este esforço é múltiplo diário e nem sempre é emancipatório no afetivo, sexual, emocional, relacional, no sentido de que os homens participem do mesmo esforço, sobretudo em se tratando da casa,

dos filhos, do gerenciamento das atividades que elas fazem, sobretudo quando são consideradas do feminino.

Este aspecto denota um conflito importante na posição de si como mulheres de negócio e ao mesmo tempo vem mostrando que as representações coletivas seguem sendo sexistas e presas a um ideal que é masculino. Esta posição de sua reflexividade sobre suas tarefas só pode ser compreendida dentro de mundos sexistas e de masculinidades também demarcadas por representações de mando, de poder e consideradas do espaço público de homens.

Situação bem peculiar de relações desiguais não resolvidas porque ao reproduzir estas práticas e ações as mulheres que entrevistei não conseguem mudar de fato a situação das mulheres no mercado de trabalho, e algumas delas nem em casa porque elas não integram as demandas domésticas para reformular as práticas trabalhistas e não possibilitam outras formas de pensar o sujeito “mulher trabalhadora”. Então, elas podem até romper com o teto de vidro financeiro, mas a agência individual não muda a estrutura de todas as relações onde estão inseridas. Elas tampouco parecem reivindicar esta igualdade em suas relações, parecem mais estarem forjando um caminho para si mesmas.

A partir do reconhecimento desse fato como diria De Lauretis (1994) temos um insight obtido através de práticas pessoais e da micropolítica da vida cotidiana das mulheres, no qual o sujeito é dado de maneira menos dicotômica em relação a história passada de sua ausência das habilidades empreendedoras, mas isto não é ausência de lutas diárias como resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas.

A partir da evolução do trabalho e da mão de obra da mulher hoje, dotada de níveis cada vez maiores de escolaridade, ocupando postos de trabalho mais qualificados e de maior responsabilidade - mesmo que em índices percentuais ainda relativamente reduzidos -, alguns pesquisadores perguntam se haveria “simples mudanças nas modalidades ou um real debilitamento da divisão sexual do trabalho”, “novas formas de inferioridade feminina no mercado do trabalho ou um verdadeiro declínio da divisão sexual do trabalho”. (HIRATA, 2002, p. 351).

Ao mesmo tempo que o relato das entrevistadas demonstra uma reflexividade que o novo momento social e de escolha está construindo, há uma

positivação em suas falas do que seja o trabalho feminino. Neste sentido, o que o relato das entrevistadas demonstrou foi também uma reapropriação de um discurso de uma suposta feminilidade, para falar que o trabalho delas é bom, é diferente, é melhor, que são mais organizadas, sabem cuidar das coisas de casa, das frutas, são mais delicadas, sabem ouvir os clientes do turismo, entre outros discursos. O que remonta, nesta pesquisa, que esses atributos ligados ao mercado de trabalho produzem e reproduzem a chamada “feminilização do trabalho”: que une as diferenças de classe às representações do feminino como parte de uma suposta “natureza da mulher”, sendo por isso desvalorizado em termos sociais, culturais e econômicos.

A empresária Regina relata que ao ter um filho, suas prioridades em relação ao mundo do emprego remunerado também mudaram. Segundo ela, com um bebê em casa, não havia mais o tempo para horas extras ou “ficar depois do expediente”, procedimentos que segundo ela “as empresas cobram de qualquer pessoa”. Perguntei então se ela sentia alguma diferença por ser mulher, alguma cobrança diferente em relação à dedicação e horários maiores de jornada, e então ela respondeu:

Não, eu não acho que tenha cobrança diferente. Aqui em Joinville é assim né... Todo mundo trabalha um pouquinho a mais pra mostrar serviço. Pra mostrar que é bom, né. É difícil quem faz o 8 às 18h [referindo-se a jornada de trabalho das 8h às 18h]

[...]

Mas é aquela coisa né. Eu tive filho, daí me separei, então sempre cuidei dele sozinha. Tem a escolinha né, mas tem que buscar até às sete [19 horas] no máximo. Daí tem o trânsito, não dá né. Tem que sair às seis [18h] pra poder chegar em tempo de buscar. E isso na empresa complica. Quem sai correndo não é bem visto. E eu não gostava disso. Eu gosto de trabalhar, de contribuir, daí às vezes num meio de um negócio tinha que parar pra buscar [o filho].

Segundo Regina, a incapacidade de trabalhar mais horas por dia (além do horário normal de expediente), surgida depois que ela foi mãe, que impossibilitou a continuidade na empresa. Mas essa continuidade não foi interrompida por uma demissão ou controle por parte dos colegas, mas sim por uma cobrança que ela mesma se impunha, de ser mais profissional, de trabalhar a mais, como era antes da gravidez. Foi então, que ela decidiu empreender, criar seu próprio negócio:

Eu sabia que trabalhando no meu negócio, trabalhando em algo que era meu, eu ia trabalhar até mais do que numa empresa.

Morgana: Mais horas de trabalho do que numa empresa?

Regina: Sim. Mas é aquela coisa né: no negócio próprio se faz o próprio horário, se põe as metas, trabalha com o que quer, faz do jeito que quer. Na empresa é diferente, todo mundo quer mostrar serviço, todo mundo depende de todo mundo, a pressão é maior. Na minha empresa é eu comigo mesma, eu pra mim.

Ao falar sobre competição no mundo do trabalho corporativo, Regina não fala de competição entre homens e mulheres, ou entre mulheres e mulheres. Regina durante toda a entrevista sempre fala de uma competição internalizada, em que uma mulher compete com ela mesma. Interessante nesta fala de Regina, é notarmos esse processo de reflexividade individual que se coloca. Hoje, segundo Giddens (1991) encontramos maior e mais amplo processo de individualização e reflexividade - maiores e mais amplas mudanças nas relações familiares e de gênero, em que as mulheres são (finalmente) individualizadas. Antes as mulheres estavam colocadas na tradicional família, no cuidado com os homens e com as famílias, sendo que hoje, como presente na fala de Regina e de outras entrevistadas, tornaram-se indivíduos que trabalham e participam na individualização pública. O projeto reflexivo de si mesmo consiste na manutenção da coerência nas narrações bibliográficas, apesar de sua contínua revisão, tem lugar no contexto de múltiplas possibilidades filtradas através de sistemas abstratos.

A reflexividade da modernidade se estende ao núcleo do eu, em que o eu se torna um projeto reflexivo. Transições nas vidas dos indivíduos sempre demandaram a reorganização psíquica, algo que era frequentemente ritualizado nas culturas tradicionais na forma de ritos de passagem. Mas em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada - como quando um indivíduo saía da adolescência para a vida adulta. No projeto reflexivo destas mulheres pesquisadas sua posicionalidade do momento é de sujeitos complexos em processos complexos. As mulheres empresárias pesquisadas, ao estarem no mundo público, e com suas condições materiais e psíquicas que possibilitaram novas configurações e espaços de trabalho, empreendem seus próprios negócios pensando em si, mas também em um futuro projeto de família e cuidado desta.

Em condições de modernidade, segundo Giddens (2002), o futuro está sempre aberto, não apenas em termos da contingência comum das coisas, mas em

termos da reflexividade do conhecimento em relação ao qual as práticas sociais são organizadas. Este caráter contra fatural, orientado para o futuro, da modernidade é amplamente estruturado pela confiança conferida aos sistemas abstratos - que pela sua própria natureza é filtrada pela confiabilidade da perícia estabelecida. É uma questão de cálculo de vantagem e risco em circunstâncias onde o conhecimento perito simplesmente não proporciona esse cálculo mas na verdade cria (ou reproduz) o universo de eventos, como resultado da contínua implementação reflexiva desse próprio conhecimento. (GIDDENS, 1991, p. 77). Estas mulheres estão dispostas a correr este risco, em que, por exemplo, segundo a fala de Regina, a maior possibilidade de liberdade que sua condição de mulher empresária e empreendedora possibilitou foi a condição de criar seu ambiente de trabalho, de trabalhar de casa, em casa:

Essa coisa de home office é uma maravilha né. Isso é qualidade de vida. Isso que me fez decidir abrir meu negócio. Assim eu posso ficar com o [filho]

[...]

À noite eu fico no computador, trabalho, respondo os e-mails, mas tô ali, tô ali com ele. Isso é o melhor de ter o próprio negócio.

Morgana: Mas a sua empresa é na sua casa?

Regina: Não, hoje não, mas fico muito em casa. Home office mesmo. A empresa começou em casa, era panela, vidrinho, tudo pra todo lado. Eu mesma fazia tudo né, desde sempre. A casa era toda virada em caixa, em essência. Daí agora eu aluguei uma sala comercial, a produção daí acontece lá. Eu passo o dia lá, enquanto o [filho] fica na escola, lá é minha empresa. Mas seis horas (18h) eu fecho e vou pegar ele no colégio. Daí é aquela rotina de brincar, banho. Mas agora com ele maiorzinho dá pra deixar brincando com as coisinhas dele no tapete da sala e eu posso resolver algo no note, ali, sentada, do ladinho [note - referindo-se ao computador]

Regina em toda a entrevista reafirma seu dinamismo, sua garra, e sua paixão por trabalhar. E conta em detalhes a rotina diária de produção dos sabonetes e aromatizadores, e todo o processo comercial envolvido: vendas, entregas, contatos com lojas e fornecedores, entre outros. Mas, em todo o decorrer da conversa também dá muita ênfase ao seu empreendedorismo e a criação da empresa na pós-maternidade como uma questão de liberdade, para poder “cuidar melhor” do filho. Assim como o fato de trabalhar “em casa” facilita as tarefas diárias,

ainda mais pelo fato dela cuidar sozinha da criança. Mesmo que isso represente trabalhar mais, à noite, de casa, enquanto o filho brinca pertinho dela.

Esta fala de Regina vai de encontro aos objetivos de minha pesquisa, que seja, compreender que reflexividade estas mulheres empresárias estão produzindo e se elas se pensam a si mesmas de maneira a romper com valores conservadores. Neste sentido, ao pensar e tentar compreender os conteúdos das relações de gênero presentes na narrativa de Regina, e como são vividos por ela enquanto empresária, percebo uma nova experiência frente aos temas clássicos da divisão sexual do trabalho e de sua composição enquanto relação social longamente marcada por percepções e relações binárias e desiguais. Para Regina, há uma rearticulação dessas posições, entre ser mãe e profissional, e sua condição de empresária como uma condição positiva desta nova realidade contextual.

É um processo que envolve escolha, no caso das empresárias que entrevistei, por estarem em uma condição social e econômica privilegiada, e que empreendem por escolha, e não por necessidade (enquanto mulheres de baixa renda muitas vezes empreendem pequenos negócios tais como - vender doces, cosméticos, lingerie - como uma necessidade de renda). Estas possibilidades de agir são parte integrante da formação de sujeitos situados diferentemente em um mesmo contexto local e estes aspectos se conectam ao mundo empresarial e aos conceitos de empreendedorismo e de oportunidades de mercado.

A modernidade, enquanto ordem pós-tradicional, tão mais veloz, ampla e profunda em sua ação, "afasta a vida social da influência de práticas e preceitos preestabelecidos". (GIDDENS, 2002, p. 25), que é onde encontramos a reflexividade, uma referência à "suscetibilidade da maioria dos aspectos da atividade social e das relações materiais, à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação". (GIDDENS, 2002, p. 25), sendo uma característica entranhada - ou seja, não é fortuita - na modernidade. O que o sociólogo britânico possibilita é a sugestão de que somos todos revisados e revisores em todas as esferas de nossas vidas, assim como ocorre com as mulheres empresárias e sua resignificação da divisão sexual do trabalho e suas posições de vida.

### 3.5 EMPREENDER PARA MATERNAR E CUIDAR

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2012, os dados levantados por ela demonstram que as mulheres gastam 27,7 horas com trabalhos domésticos, e os homens gastam 11,2 horas. Este fato, demonstra que em todas as camadas sociais, níveis de escolaridade e faixas etárias, a mulher passa mais horas exercendo atividades consideradas reprodutivas em comparação ao homem, ainda que ela acumule esta atividade com um trabalho remunerado. (BRUSCHINI, 2006).

É neste princípio que hierarquiza o trabalho de homens e mulheres, que pesquisa do Sebrae (2014) realizada com as mulheres empreendedoras também demonstra a questão da dupla, muitas vezes tripla jornada direcionada às mulheres. Em média, as Donas de Negócio, segundo o Sebrae, trabalham 35 horas semanais no seu negócio, enquanto os Donos de Negócio trabalham 43 horas semanais. Sendo que a jornada de trabalho semanal das mulheres, no negócio, é 19% menor que a dos homens. Mas, apesar da menor carga de trabalho semanal, em média, no negócio, ainda assim, cerca de 26% das mulheres com negócio trabalha 45 horas ou mais por semana. No grupo dos homens com negócio, 41% trabalha no negócio 45 horas ou mais. No grupo das mulheres com negócio, 18% trabalham 49 horas ou mais por semana, 8% trabalham entre 45 e 48 horas semanais, 23% entre 40 e 44 horas, 37% entre 15 e 39 horas e 14% até 14 horas semanais. No grupo dos homens com negócio, 26% trabalham 49 horas ou mais por semana, 15% trabalham entre 45 e 48 horas semanais, 36% entre 40 e 44 horas, 20% entre 15 e 39 horas e 4% até 14 horas semanais. Uma proporção maior de Donas de Negócio (51%) trabalha menos de 40 horas, se comparada à dos Donos de Negócio, onde apenas 24% trabalham menos de 40 horas. (SEBRAE, 2014).

A menor carga de trabalho semanal das mulheres à frente do negócio, em grande parte, está associada à dupla jornada, relacionada ao cuidado doméstico com a casa, ou ao cuidado com os filhos. Uma das vantagens citadas nas pesquisas sobre ter um negócio próprio é a independência para escolher local e hora de trabalho<sup>6</sup>, o que, para as Donas de Negócio, permite uma maior compatibilização das atividades do negócio com as atividades do lar, mas também trabalho até alta madrugada. Esta mesma compatibilização é reiterada pelas mulheres entrevistadas

---

<sup>6</sup> ENDEAVOR. Empreendedores Brasileiros: perfis e percepções. São Paulo, 2013.

para esta minha Dissertação de Mestrado, quando elas falam de liberdade, ou a satisfação no trabalho em Home Office.

Ao falar do tema do Home Office, e da busca por liberdade maior de horários e autonomia, presente em muitas das falas das minhas entrevistadas, tomo de exemplo os estudos dirigidos pela professora Marília Gomes de Carvalho no que concerne ao campos dos estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero; estudos estes produzidos por Carvalho ou orientados por ela, acerca de variados temas que remetem à presença das mulheres na área da tecnologia, sendo produtoras de conhecimentos e tecnologias, ou como consumidoras dessas tecnologias. Interessante o questionamento que Carvalho faz à produção de tecnologias que vão atender as necessidades das mulheres. Segundo a autora, “pelo fato delas estarem excluídas do universo tecnológico, os homens planejam, concebem e produzem artefatos, produtos e técnicas que irão suprir as necessidades femininas”. (CARVALHO, 2011, p. 412). Neste contexto desta afirmação, relembro algumas experiências relatadas nas entrevistas que realizei, em que as mulheres falam de sua condição de Home Office, em que trabalham mesmo em períodos noturnos, de casa, do sofá, “enquanto meu filho brinca no chão” - fala de Regina. Assim, estão sempre elas conectadas ao seu trabalho, seja por meio do computador pessoal, do tablet, ou do celular, frutos estes da Tecnologia da Informação, área historicamente dominada e protagonizada pelos homens. As mulheres aderem ao empreendedorismo como uma fuga de um mercado desigual em empresas e indústrias, mas não percebem que dentro de seus próprios lares, e, auxiliadas pela tecnologia, chegam a trabalhar bem mais, e estejam sempre “vigiantes”: seja no cuidado com os filhos, no controle da empregada doméstica, ou numa ligação para a avó que está cuidando de seu filho enquanto a mãe empresária está num happy hour de mulheres empresárias - a mulher liga para saber se o filho dormiu e se comeu as frutas e verduras no jantar (situação de pesquisa presenciada e anotada em diário de campo). Segundo Carvalho (2011), as tecnologias permitem que elas possam fazer o trabalho em casa, por meio do computador, da internet, e que elas possam se comunicar mais rapidamente, caso saiam de casa, com a sua família através da telefonia celular, a todo momento. Isso vem oferecendo às mulheres uma certa autonomia financeira, o que resulta em uma autonomia de modo geral, que elas nunca tiveram antes.



Como salientado por Bila Sorj (2007), apesar de nas últimas décadas podermos observar em nível global uma ampla transformação na composição sexual do mercado de trabalho e nas práticas de conciliação entre trabalho e responsabilidades familiares, em que o modelo “tradicional” do homem provedor e da mulher dedicada aos cuidados da família foi sendo substituído por um modelo no qual mulheres e homens se inserem no mercado de trabalho, os cuidados com a família permanecem, em grande medida, uma tarefa realizada apenas pelas mulheres. Neste sentido é muito interessante a discussão e provocação que Bila Sorj faz, quando esta pretende discutir como o baixo desenvolvimento de serviços coletivos que permitem socializar os custos dos cuidados com a família penaliza a quantidade e qualidade da inserção feminina, sobretudo das mães, no mercado de trabalho. Segundo Bila Sorj:

A insuficiência de políticas públicas que facilitem a gestão das demandas conflitivas entre trabalho e cuidados da família, aliada à baixa participação masculina na divisão do trabalho não remunerado, repercute nas oportunidades laborais das mulheres, notadamente das mães com filhos dependentes, e reforça as desigualdades de gênero no mercado de trabalho. (SORJ, 2007, p. 577).

As mulheres empresárias que entrevistei não dependem de políticas públicas, tais como creches ou escolas públicas para o cuidado de seus filhos enquanto trabalham, pois possuem renda e capital social elevado para tal fim. Mas, relataram em situação de entrevista que decidiram empreender para ter seus próprios negócios, para ser suas próprias chefes, com seus próprios horários e demandas, porque não se encaixavam completamente numa situação de trabalho corporativo como funcionárias, em que a empresa traz a tona cobranças de horas extras, de “trabalhar como seus amigos homens”. Pois, os homens não precisam sair no horário de trabalho para buscar o filho no colégio, ir em reunião de pais, ou cuidar de um filho que está com febre, por exemplo. Pois estas tarefas tradicionalmente continuam relevadas às mulheres, mesmo as empresárias.

Estas questões se agravam quando se trata de trabalhos de cuidado (MOLINIER, LAUGIER, PAPERMAN, 2005) porque ainda se não existam consensos sobre o conceito de cuidado, a maior parte destas atividades, é entendida como de amor; dentro do qual uma atividade privada ou íntima é realizada dentro de um estado emocional particular. Assim, o trabalho é uma combinação de sentimentos de afeição e de responsabilidade, acompanhada de ações que surgem das

necessidades ou do bem estar do indivíduo dentro de uma interação face a face e isto dificulta pensar estas tarefas como cuidado democrático e no contexto da formulação de uma democracia do cuidado.

Carol Gilligan, no livro "Uma voz diferente" reflete sobre as diferenças percebidas no imaginário e nas práticas entre as éticas femininas e masculinas. A autora explicita com base em suas pesquisas empíricas que a ética feminina está sempre atrelada a uma "ética do cuidar", enquanto a ética masculina está conectada à uma "ética da justiça". Mas, os estudos de Gilligan devem ser lidos como um marco do estado das artes, porém, devem ser tomados com cuidado e ressalva pois o risco de cair em essencialização e mais dicotomias generalizantes e deterministas é claro e perigoso para um processo de afirmação política e de avanços que necessitamos. Críticas importantes a este pensamento foram construídas por Tronto (1997), quando coloca o cuidado no centro da vida humanas como atividade política, no centro da discussão que envolve os conceitos de público e político, também foram discutidas por Tamanini (2012), Tamanini e Monticelli (2014).

Assim, através de uma análise que se concentra nas representações e significados do masculino e feminino que abarque as construções culturais e históricas das relações de gênero, reitero que as mulheres que entrevistei possuem seu empoderamento financeiro, mas questiono assim em que condições sociais esse empoderamento ocorre.

Minha crítica é que algumas das mulheres que entram para o mercado do empreendedorismo, e do mercado de trabalho de uma maneira geral, não mudam a sua lógica, principalmente no que concerne ao cuidado, ao trabalho maternal e doméstico. Elas que entram na lógica de um mercado dicotomizado entre o "profissionalismo" e as relações "boas, mansas, que não tem um pulso forte", passando então a falar de um determinado jeito com as funcionárias, e até tentando, conforme a fala das entrevistadas, ter uma postura corporal e de fala "racionalizado" e "integrado" nesse sistema. Esta postura é movida por enunciados de verdade e por estratégias de um poder que continua instituindo a desigualdade e instituindo subjetividades. Assim vemos que a subjetividade não é puramente uma questão individual. Na sociologia da experiência social é preciso saber de antemão que o ator não é totalmente cego nem totalmente clarividente, muito embora tende a se explicar e se justificar, sejam suas condutas automáticas ou tradicionais. No entanto,

deve se considerar o sentimento de liberdade manifestado pelo indivíduo, neste caso as mulheres empreendedoras, como expressão da sua experiência é resultado da necessidade de gerir várias lógicas diferentes ao mesmo tempo. Este sentimento de liberdade pode se fazer presente pela angústia e pela incapacidade de escolha, assim como a mãe que sofre na tentativa de seguir o padrão imposto pela cultura e que tenta gerir suas experiências e conciliar este novo vivido. Nas palavras de François Dubet: “De modo geral, os atores vivem mais naturalmente a sua atividade na dor que na felicidade, e o desejo de ser autor da sua própria vida é mais um projeto ético que uma realização”. (DUBET, 1994, p. 101).

A experiência é uma evidência que pode ser trazida à visibilidade. Porém, tornar visível a experiência de um grupo não expõe necessariamente a lógica de funcionamento de mecanismos repressores. É preciso dar conta da constituição relacional dos processos históricos e dos discursos que posicionam sujeitos e produzem experiência. (SCOTT, 1999). É neste sentido que a relação da mulher como empreendedora é tão ambígua. Ela se institui e segue constituindo subjetividades dentro das condições da antiga divisão sexual do trabalho e poucas são as fissuras neste estruturado cultural e social que permitam mudanças de fato compartilhadas. É a lógica da sexualidade heteronormativa que ainda organiza as famílias da sociedade brasileira, e conseqüentemente organiza as práticas do cuidado produzidas pelas entrevistadas. Cuidado com os filhos, e cuidado com a casa, pois, por exemplo, somente duas das seis entrevistadas relata uma ajuda do marido com o cuidado com o filho.

De fato, embora certas mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino ainda deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino sobre o feminino, hierarquia sobre a qual se assenta a divisão sexual do trabalho, sobretudo, quando as entrevistadas dizem que empreenderam para ter mais tempo para filhos (até mesmo para futuros filhos, pensando numa maternidade tardia que ainda nem ocorreu).

A entrevistada Milena, por exemplo, afirma que o fato de ser dona da empresa possibilita que ela possa ter horários mais livres, como no caso de poder “sair a hora que eu desejar para ir a uma festinha na escola do meu filho, por exemplo, ou para ir ao cabeleireiro, para fazer luzes”. Mas, afirmou com muita

seriedade na fala que “eu evito sair em dias de muito movimento, ou em horários de pico”. Pois, segundo ela, como dona do negócio e empresária, ela tem que ter uma ação diferente, um modo de agir que sirva de espelho para as outras funcionárias mulheres, nas palavras dela diz que “preciso dar o exemplo. Não posso ser folgada na frente das outras, as funcionárias têm que ver como que se trabalha”.

Michele também cita em determinado ponto da entrevista que “ser mulher não atrapalha em nada a minha vida aqui na empresa. Mas eu sei que é porque eu sou dura, não deixo ninguém tirar farinha”. Ela argumenta também que não demonstrar uma fragilidade, nem ser “boazinha demais” é característica fundamental para “poder mandar e ser respeitada”. Estas características enunciadas por Michele, remontam a um “mundo dos homens”. Sobre este aspecto, Giddens explica a necessidade de viver cada momento reflexivamente, e construir uma trajetória de vida de acordo com os desejos íntimos, em que o eu é um projeto reflexivo pelo qual o indivíduo é responsável. Deste modo, viver é uma sucessão de escolhas, onde o indivíduo se depara com sua complexa variedade e pouca ajuda sobre as opções possíveis, lembrando que nem todas as opções estão abertas a todos, e nem todos têm conhecimento de todas as opções ao tomar uma decisão.

### 3.6 EMPREENDEDORISMO: TRABALHAR EM DOBRO

O empreendedorismo suscita atualmente a dedicação de diversas áreas do conhecimento, entre elas a Economia, a Administração, as Ciências Sociais, a Psicologia, e até mesmo a Educação. O interesse pelo tema deve-se, sobretudo, à capacidade do fenômeno de gerar riquezas, empregos, e mudanças importantes em cenários econômicos e sociais. Segundo Dornelas (2001), o termo empreendedorismo é tomado por diversas definições, de diversos autores, mas, segundo o autor, talvez a mais antiga e que seja também a mais adequada para definir o que é ser um empreendedor, é a apreendida por Joseph Schumpeter, em que este diz:

O Empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos materiais. (SCHUMPETER apud DORNELAS, 2001, p.37)

Uma outra definição relevante do termo é cunhada pelo estudioso de empreendedorismo, Robert Hirsch, em seu livro *Empreendedorismo*. Segundo ele, o empreendedorismo define-se como:

(...) o processo de criar algo diferente com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação independência econômica e pessoal. (PETERS; HISRICH, 2004, p.27).

Segundo Dornelas, a palavra empreendedor (entrepreneur) tem origem francesa e quer dizer “aquele que assume risco e começa algo novo” (DORNELAS, 2001). O mesmo autor cita que até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor era dotado de uma característica quase como inata e essencializada. Mas, com as mudanças estabelecidas no cenário mundial de globalização e acesso à informação, essas características consideradas inatas no processo de empreender adquirem outros status:

Até alguns anos atrás, acreditava-se que o empreendedor era inato, que nascia com um diferencial e era predestinado ao sucesso nos negócios. Pessoas sem essas características eram desencorajadas a empreender. Hoje em dia, esse discurso mudou e, cada vez mais, acredita-se que o processo empreendedor por ser ensinado e entendido por qualquer pessoa e que o sucesso é decorrente de uma gama de fatores internos e externos ao negócio, do perfil do empreendedor e de como ele administra as adversidades que encontra no dia a dia de seu empreendimento. Os empreendedores inatos continuam existindo, e continuam sendo referências de sucesso, mas muitos outros podem ser capacitados para criação de empresas duradouras. (DORNELAS, 2001, p.38).

Segundo autores de empreendedorismo, a criação e o sucesso de empresas depende de fatores internos e externos, em que o interesse pessoal da pessoa empreendedora represente a satisfação no que faz, aliado ao conhecimento sobre o ramo do negócio. Para os teóricos do empreendedorismo, essa junção de características positivas na qualificação do empresariado, pode denotar grandes chances de se tornar competitivo e permanecer no mercado. Atualmente, no contexto do empreendedorismo discute-se muito o papel da mulher, tendo em vista que o número de mulheres empreendedoras vem crescendo.

De acordo com o Global Entrepreneurship Monitor (GEM) o empreendedorismo feminino tem crescido em todo o mundo nas últimas décadas. Esse fenômeno está intimamente ligado ao aumento do número de mulheres que avançam na formação educacional de nível técnico e superior (GEM, 2010). Mas, acredito que uma análise que seja satisfatória e contemple realmente todas as

características e nuances do empreendedorismo feminino, deva ser apoiada nos fatores objetivos e subjetivos que limitam e restringem, ou incentivam a participação feminina nesse cenário, sobretudo no que concerne à Divisão Sexual do Trabalho e à análise que contemple o gênero enquanto conceito histórico e político. Como destacado por Sara Sorrentino e Olívia Rangel:

O advento do capitalismo possibilita o desenvolvimento de uma consciência coletiva da situação de inferioridade social das mulheres. A conquista do poder pela burguesia põe abaixo a hegemonia do cristianismo e a dominação da igreja católica. O trabalho produtivo desloca-se do interior das casas para o espaço público, desagregando a unidade de produção familiar. As mulheres são lançadas no mercado de trabalho e passam a ter vivência coletiva. A era das revoluções (os 60 anos históricos entre 1789 e 1848), que põe abaixo o ancien régime, causa a maior transformação social que o mundo conheceu desde a Antiguidade. A dupla revolução – a política francesa e a industrial inglesa – abre caminho para uma renascença nas ciências, na filosofia, na religião e nas artes. E cria as condições para que se redesenhe a participação ou a história da participação feminina na sociedade. Temos, pois, num mesmo contexto histórico, a luta pela consolidação do capitalismo e o aparecimento de lutas e organizações pelos direitos da mulher na França, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. (SORRENTINO; RANGEL, 1994, p.47).

Segundo pesquisa divulgada em 2014 e promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) com base em dados do IBGE de 2012, o Brasil possui cerca de 23,1 milhões de pessoas que trabalham no comando do seu próprio negócio. Este índice, segundo a pesquisa, demonstra que o Brasil está na terceira posição do ranking mundial, entre 54 países, atrás apenas de China e Estados Unidos no número de empreendedores (SEBRAE, 2014). Esta pesquisa do Sebrae utiliza como fonte de informação os dados disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2012.

O que mais interessou-me nesta pesquisa do Sebrae, e que se conecta com os rumos epistemológicos dessa Dissertação de Mestrado, é que o estudo demonstrou que do total de 23,1 milhões de empresários no Brasil, cerca de 7,2 milhões (31%) eram mulheres, e cerca de 15,9 milhões (69%) eram homens. Segundo o Sebrae, a proporção de mulheres na criação de um negócio no País é maior que a média mundial. No Brasil, a cada 100 empreendedores iniciais, 49 são mulheres, sendo que a média mundial é de 37 empreendedoras a cada 100 negócios. As pesquisas também demonstram, segundo o Sebrae, que as mulheres preferem empreender negócios como estética e tratamento de beleza, comércio de vestuário, fornecimento de comida preparada e confecções. Já os homens

empreendem mais em atividades ligadas a manutenção e reparação de veículos automotores, minimercados, lanchonetes e similares, e transporte de passageiros. Este modo de fazer também tem concepções compatíveis com feminização do trabalho discutida por Sorj Bila (2013) e por Sassen (2010).

Ao percebermos nessa pesquisa as esferas em que cada um, homens e mulheres, atuam e desempenham suas atividades laborativas no ato de empreender, chama-me imensamente a atenção as atividades que são consideradas “atividades de homem” e a “atividades de mulheres”. Da mesma forma, nas entrevistas que realizei com as mulheres empreendedoras, suas narrativas demonstram que elas não se sentem estigmatizadas negativamente por sua posição e sua condição de ser mulher. Mas, todos os ramos comerciais, industriais e de prestação de serviço em que seus negócios estão localizados, passam, inevitavelmente, por essa divisão de locais e campos de atuação bem específicos no ato de empreender. Até mesmo em relação às mulheres funcionárias. Quando encontrei a entrevistada Ana em seu próprio local de trabalho, fui apresentada a sua equipe de trabalho: 3 mulheres. Seu ramo de negócio é relacionado a entrega de alimentação empresas, e quando perguntei logo no início por qual motivo só havia mulheres na equipe de trabalho de sua empresa ela me respondeu que “porque mulheres são mais cuidadosas”.

Esta divisão que ocorre e é demonstrada na pesquisa elaborada pelo Sebrae, sobre os negócios que as mulheres costumam abrir, em detrimento aos negócios que os homens costumam empreender, leva-me a constatação que há uma Divisão Sexual do Trabalho no campo do empreendedorismo em sua estrutura e que independe da posição e da experiência das mulheres. E, na fala das entrevistadas, como foi o caso de Ana ao dizer que as mulheres são mais cuidadosas, volta-se à questão da essencialização e posituação dessa característica dita como “inata”, do feminino.

Quanto ao ato de empreender, ao perguntar a entrevistada Maria sobre seu negócio, ela fala sobre empreendedorismo:

Empreender eu digo que é um bichinho que pica a gente, tudo é negócio, tudo vira oportunidade. Mas também é questão de perfil. Eu tenho perfil. Eu gosto de correria, eu gosto de gente, eu gosto de me meter em tudo. Eu não sou uma mulher que vejo a vida passar, eu gosto de fazer acontecer e dizer: fui eu que fiz aquilo. Eu que ganhei aquele dinheiro.

Interessante notar nesta fala de Maria, a presença de características compatíveis com as características exigidas para empreendedores, presentes em manuais e cursos que tratam do empreendedorismo, e que, em muitos casos, remetem-se ao masculino, numa dicotomia que valoriza valores como se quase inatos fossem, tais como: iniciativa, coragem, cálculo, previsão. Diz-se que “Enquanto a maior parte das pessoas tendem a enxergar apenas dificuldades e insucessos, o empreendedor deve ser otimista e buscar o sucesso, a despeito das dificuldades”<sup>7</sup>. Fala-se de qualidades que distinguem o empreender como líder. Dentre elas a disposição para assumir riscos, ter iniciativa, ser independente, tomar decisões ousadas, buscar sua realização e independência. Saber persuadir, estabelecer redes de contatos, agir com autoconfiança, autonomia, manter-se organizado e manter a organização dos funcionários, comunicar-se dentro e fora da empresa, possuir conhecimento do ramo. Estar em contato com sindicatos, bancos, associações. Todas estas qualidades sempre estiveram vinculadas ao masculino e na trajetória histórica elas tem se constituído em importantes barreiras para o feminino, tanto nas consideradas habilidades do raciocínio e dos saberes, quanto da ocupação dos espaços públicos e das negociações que envolvem dinheiro, bancos, empréstimos, legislação, legalidade das práticas. Identificar oportunidades, aproveitar as oportunidades, pesquisar todo o tempo, ser curioso e atento são descritas como qualidades empresariais para bem conduzir. Persistência, eficácia, planejar, uso de recursos, conhecer o que vai produzir, para quem vai produzir, para quem vai vender. Todas estas virtudes, talvez com exceção da curiosidade e da organização são virtudes atribuídas ao mundo dos homens. Estas características assim descritas e que formulam enunciados de verdade sobre a quem elas pertencem naturalmente, neste caso são ideias classificatórias sobre o masculino podem representar barreiras importantes ao empreendimento de mulheres no mundo do empresariado.

Na primeira entrevista realizada para esta pesquisa, com Maria, ela me falou sobre um grupo de mulheres empresárias, um grupo que segundo ela “se reúne na cidade para falar de negócios e beber”. Pergunto então se o grupo a que se refere é o grupo de mulheres empresárias da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), visto que nesta Associação há um grupo com 16 anos de existência,

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/outubro/dia-do-empresario-brasileiro.php>>. Acesso em out.2014.



intitulado “Mulheres Empresárias”, e que eu já havia lido e pesquisado há respeito. Ela me responde que não, que este grupo a que ela se refere na verdade havia sido criado informalmente por ela há mais ou menos 2 anos, e que era oriundo de um grupo de “Jovens Empresários”, homens e mulheres, associados, coincidentemente, à ACIJ. Mas que ela havia criado, via rede social Facebook, um grupo fechado, em que ela convidava apenas mulheres empresárias de Joinville, dos mais diferentes ramos. Segundo ela, por ser um movimento espontâneo de amizades e indicações, naturalmente a faixa etária era de mulheres mais jovens, com negócios próprios, dos mais diversos ramos: imobiliárias, clínicas de estética, lojas, e-commerces, empresas prestadoras de serviços, entre outras. O grupo atualmente contava com 80 membros mulheres, e ela disse que procuravam fazer um encontro mensal, para conversar, comer e beber. Mas, que o objetivo também era a troca de conhecimentos e informações, por isso em todo o encontro havia uma convidada ou mais de uma para falar de negócios. E que na página do grupo no Facebook, sempre eram postadas reportagens de revistas relacionadas a negócios e reportagens motivacionais.

Maria estava me falando exclusivamente sobre o grupo de mulheres. Tudo para ela girava em torno do tema “mulheres”, sua fala era concentrada nos negócios das mulheres, nos encontros das mulheres, e me dava exemplos e nomes de várias mulheres empresárias da cidade. Inclusive, ela convidou-me a entrar neste grupo virtual para conhecer e ter acesso às informações, e também disse “quando eu marcar o próximo happy [referindo-se ao happy hour entre mulheres empresárias], daí tu vai”. Então, fui convidada oficialmente por Maria a participar desse grupo como pesquisadora.

Ao perguntar a ela qual era o nome do grupo, para que eu pudesse me cadastrar e estar atenta aos convites de eventos e reuniões, ela fala: Lulus. O nome do grupo de mulheres empresárias era “Lulus”, e seus encontros eram denominados tais como “Happy Hour das Lulus”, “Café das Lulus”, “Bate Papo das Lulus”. Pergunto a ela então qual o motivo para este nome, e ela me responde que “queria um nome afrescalhado, que fosse bem frufu, bem feminino”. Assim, analiso e questiono nesta reflexão dissertativa, que sentido de empoderamento pessoal e empresarial feminino ocorre neste mercado, em suas conexões com os valores do empresariado, ao constituírem-se num grupo feminino com um nome tão ligado ao

feminino, até mesmo pensado muitas vezes como um lugar pejorativo e de futilidades indagando assim se de fato neste meio elas têm a possibilidade e instituem um novo lugar de si. Afirmando que em relação aos valores do empreendedorismo, estas mulheres pesquisadas estão seguindo os mesmos passos dos “homens empreendedores de sucesso”, pois estão agindo “de acordo com a cartilha do empreendedorismo”, se qualificando e alcançando o sucesso na área por terem escolhido esse caminho por opção e dizerem gostar do que fazem. O espaço do happy hour das Lulus empresárias, torna-se assim, um espaço feminino onde podem ser mulheres, mas também onde podem ser empresárias, rearticulando espaços.

Ao mesmo tempo, é muito interessante nesta entrevista perceber que este espaço de sociabilidade promovido por Maria, também se transforma num espaço de troca de conhecimentos profissionais, e troca de indicações profissionais, onde, segundo ela “aparecer era necessário para ser lembrada”. Neste sentido, quando comento com Maria que ela era uma mulher envolvida com várias funções e atividades, ela me diz:

Tem que cacarejar. Tem que cacarejar. Tem que aparecer. Sabe aquele outdoor que eu apareço? Tu acha quantos desses eu tenho na cidade? Um, apenas um. Mas as pessoas vêm me falar que me viram... Como se eu tivesse vários pela cidade. É como eu digo. Quem não aparece, ninguém vê. Eu falo isso direto pras meninas, tudo é contato. Contato, contato, contato.

Em outro momento da entrevista, Maria fala que “trabalhar é vida, não consigo ficar parada. Eu queria que me dia tivesse mais horas”. Maria argumenta que só uma mulher consegue fazer tantas atividades num dia, “trabalhar, estudar, estar bonita”. E diz que acredita que por isso tantos negócios comandados por mulheres estão surgindo.

As mulheres empresárias entrevistadas, apesar de estarem em uma posição facilitada de empoderamento feminino - têm dinheiro, boa formação e conhecimento, possibilidades de escolha de caminhos - não refletem sobre as condições desiguais de trabalho em que estão inseridas, mesmo sendo donas de seus próprios negócios.<sup>8</sup> Houve a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e no

---

<sup>8</sup> Segundo a publicação Retrato da Desigualdade de Gênero e Raça (IPEA, 2011) em 2009 os dados apontavam que 69,4% da população com mais de 10 anos e 70,8% da população com mais de 16 anos cuidavam dos afazeres domésticos. Praticamente não há diferença entre as populações branca e negra nesses dados, mas ela é bastante significativa em relação aos sexos: 49,1% dos

mundo do empreendedorismo, mas estas mulheres não questionam, nem pensam que a sua “falta de tempo” para realizar as múltiplas atividades do dia - trabalho, casa, beleza, filhos - significa também que o ato de empreender, apesar do sonho inicial, não tenha representado uma mudança qualitativa e revolucionária na vida dessas no que tange a qualidade de vida. Os relatos registrados neste estudo mostram que elas ainda continuam responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família.

Nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, o termo “empreendedorismo” surge com muita presença e força na fala das entrevistadas, como uma estratégia de desenvolvimento pessoal, de independência, num movimento de fala que sempre invoca o ser “independente e ganhar dinheiro”. Empreender para estas mulheres também significa vislumbrar um futuro que não dependa da estrutura organizacional de uma empresa, sobretudo a partir do momento em que insere-se uma futura lógica de família ou maternidade. Quando pergunto, por exemplo, para Ana, sobre a intenção de ter filhos num futuro, e pergunto sobre a relação desta nova configuração parental e seu trabalho, ela me fala:

Tenho certeza que vai ser muito bom quando eu tiver filhos, por ter a empresa. Assim ele pode vir junto, pode ficar aqui, dá pra conciliar essas coisas né, que se eu trabalhasse numa empresa por aí não daria.

Nesta fala de Ana, fica clara a relação de cuidado materno facilitado por seu tipo de trabalho que se estabeleceria em uma futura maternidade. Em nenhum momento ela pensou no marido ou companheiro compartilhando este trabalho. Na relação que ela estabeleceu em sua fala e seu pensamento, o seu local de trabalho propiciaria a condição da relação do cuidado exercido pela mãe, pelo sujeito feminino da relação. Reforçando assim as divisões e tensões que ocorrem entre o cuidado com a empresa, os filhos, e o cotidiano do ser mulher.

---

homens com mais de 10 anos declararam cuidar destes afazeres, em face de 88,2% das mulheres, resultado bastante semelhante ao da população com mais de 16 anos. Na divisão do trabalho doméstico entre os sexos, percebe-se que, desde os cinco anos de idade, são as meninas e mulheres que recebem a atribuição da realização destes afazeres, situação intensificada a partir dos 10 anos de idade. No Brasil, em 2009, na população com idade entre 5 e 9 anos, 14,6% dos meninos cuidavam do trabalho doméstico, enquanto 24,3% das meninas tinham esta atribuição. Os meninos dedicavam em média 5,2 horas por semana a esta atividade, enquanto as meninas, 6,1. Na população entre 10 e 15 anos, no mesmo ano, os meninos dedicavam em média 10,2 horas por semana a este trabalho, enquanto as meninas, 25,1 horas. Portanto, o que este estudo indica é que a atribuição permanente do trabalho doméstico às mulheres, além de reservar a elas o reino da casa, representa uma sobrecarga de trabalho que elas terão de considerar se escolherem, ou necessitarem, trabalhar fora de suas casas. Trata-se, assim, de uma atribuição determinante no destino da vida social de homens e mulheres.

Essas divisões no cotidiano do ser mulher, e, em especial, as consequências da maternidade acabam influenciando a forma como a mulher se coloca no mercado de trabalho, influenciando tanto nas oportunidades de acesso ao emprego, no tipo de trabalho, como nas condições em que se desenvolve o trabalho. Bruschini (2002) lembra que esta definição social dos papéis masculinos e femininos no âmbito da família têm consequências diferentes sobre um e outro sexo em sua participação no mercado de trabalho. Para a autora, a constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho, e essa disponibilidade não depende apenas da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas decorre de uma complexa combinação de características pessoais e arranjos no âmbito doméstico, em diversos fatores pesam e sempre estão presentes na decisão das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho, embora a necessidade econômica e a existência de emprego tenham papel fundamental. (BRUSCHINI, 2002).

Neste sentido, mesmo no ato de empreender visto nos relatos das entrevistadas, a identidade da mulher como trabalhadora, portanto, sempre esteve associada a seu papel de reprodutora. Por exemplo quando Elisa, que não tem filhos, relata que o fato de ser empresária e ter seu próprio negócio é uma vantagem num futuro, ao desejar exercer a maternidade. Em sua fala, em nenhum momento o homem surge como co-responsável por essa tarefa de cuidado. E seu trabalho “em casa”, trabalhando em sua loja virtual, aparece como um facilitador nesse exercício da maternidade e do trabalho de cuidado feminino. Contrariando as expectativas que promovem mudanças na divisão sexual do trabalho doméstico, a fala de Elisa, como também a fala de Ana, já prevendo uma maternidade futura expõem sua condição de empreendedora e dona de negócio como uma condição facilitadora da manutenção da carga exclusivamente feminina de ter uma criança e de todos os afazeres que ela dispõe. Não há uma ruptura nesse caso, com o trabalho do cuidar, não há uma revisão de papéis e discursos: à medida em que as mulheres saíram em busca da igualdade, tanto homens quanto mulheres precisaram rever seus papéis uns diante dos outros. (GIDDENS, 1993, p.69). As mulheres empreendedoras resolveram abrir seus próprios negócios para ter mais tempo para sim, para as famílias, para os filhos. Para ter flexibilidade de horários e tarefas. Mas, elas mesmas em situação de entrevista relatam que hoje trabalham mais do que quando

estavam em uma empresa, por exemplo, o que demonstra uma sobrecarga de trabalho, em que a fronteira do trabalho como empreendedora, com a função de mulher, esposa, dona e de casa e mãe está borrada. Elas não tiram férias, estão sempre conectadas, não desligam nunca de seus diversos afazeres, sendo empresárias e mulheres.

#### **4 MARCADOR ÉTNICO: IMIGRAÇÃO ALEMÃ E O VALOR DO TRABALHO**

Neste trabalho, propus-me a analisar os conteúdos gendricados que marcam a divisão sexual do trabalho, e, deste modo, pude perceber no relato das experiências das entrevistadas que as características desta divisão permanecem vinculadas a demandas de perspectiva tradicional. Assim, ao analisar os elementos da relação de inserção no mercado empresarial de mulheres, na condição de empresárias, e, em suas conexões com os valores do empresariado pude questionar se as mulheres empresárias instituíram um novo lugar de si, o que, segundo as hipóteses de pesquisa, demonstrou que elas continuam sem se deslocar da tradicional função e atribuições relevadas aos espaços de ser mãe e esposa, mas em sua vida profissional recriam aspectos, procurando conciliações.

Para as mulheres empresárias pesquisadas, o ato de empreender envolveu um processo de escolha orientado a uma nova vida que tem qualidade de tempo e tempo dedicado a elas e ao que importa para elas (filhos, marido, carreira, estudos, saúde ou beleza). Interessante perceber que para estas mulheres não interessa abdicar destes conteúdos da vida.

As mulheres empresárias pesquisadas transitam entre o público e o privado, entre o tradicional e o contemporâneo da escolha de uma profissão e de uma trajetória de vida. Elas desenvolvem habilidades, fala pública, mas trabalham diferente e em muitos casos tentam articular a maternidade. Mas, a maior parte das mulheres empresárias pesquisadas, embora trabalhe mais do que os homens - em casa e na empresa - não veem como injustiça uma divisão sexual do trabalho desigual para as mulheres no que concerne às atividades domésticas e cuidados com a maternidade. Digo isso por não ter visualizado em suas falas indignação no fato de seus maridos não a ajudarem, ou propostas de divisão das tarefas.

Minha outra hipótese de pesquisa aventava que existia uma relação entre as decisões pessoais das mulheres empreendedoras joinvilenses, seus discursos e suas práticas relativas à sua inserção no mercado como empresárias, com um forte apelo à identidade alemã, presente na cidade de Joinville. Assim, através da análise dos discursos de entrevistadas, em que além do apelo a uma dita “feminilidade necessária aos negócios”, há a presença de elementos que apelem a uma viés analítico que se apoia numa ótica que dirige-se ao contexto histórico e cultural da

cidade de Joinville, sobretudo sob a ótica dos símbolos de pertencimento e da identidade étnica, e, que a decisão de empreender é facilitada pelo cenário local da cidade de Joinville.

Pois, segundo o relato de minhas entrevistadas, existe uma relação entre as decisões pessoais dos empreendedoras joinvilenses, seus discursos e suas práticas relativas à sua inserção no mercado como empresárias, com um forte apelo à cidade de Joinville e seu passado da imigração alemã, com seus símbolos identitários, sobretudo sobre a lógica dos aspectos valorativos atrelados a uma suposta “vocação para o trabalho” empreendido no cenário local. Portanto, realizarei neste capítulo a contextualização das questões que conectam imigração alemã e processos de empreendedorismo, em conexão com valores étnicos que fazem também a divisão sexual do trabalho, gendrificando os processos.

#### 4.1 A IMIGRAÇÃO EUROPEIA E A INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL

Com base nos dados historiográficos que versam sobre o Brasil Colônia, sabe-se que no início da colonização brasileira, a economia estruturava-se numa base agrária, latifundiária e escravista. Nessa sociedade, portanto, a posse de terras, de escravos, de honrarias e de símbolos de prestígio, era o substrato dos fundamentos básicos de poder.

Os estudos e dados historiográficos acerca da industrialização no Brasil demonstram que o processo pode ser dividido em quatro períodos principais: o primeiro período, de 1500 a 1808, chamado de "Proibição"; o segundo período, de 1808 a 1930, chamado de "Implantação"; o terceiro período, de 1930 a 1956, conhecido como fase da Revolução Industrial Brasileira, e o quarto período, após 1956, chamado de fase da Internacionalização da economia brasileira.

No período de Proibição, por mais de três séculos a Economia Brasileira ficou subjugada à coroa Portuguesa e ao mercado Europeu. Portanto, nesta época, fazia-se restrição total ao desenvolvimento de atividades industriais no Brasil. Apenas uma pequena indústria de fiação, calçados e vasilhames para consumo interno imediato era permitida, somente devido às distâncias entre a metrópole e a colônia.

Após 1808, com a chegada ao Brasil da família real portuguesa, D. João VI revogou a Proibição e abriu os portos ao comércio exterior e fixou uma taxa de 24% para o consumo e importação dos produtos vindos do exterior, estimulando assim o início da industrialização brasileira.

Em 1850, com a assinatura da Lei Eusébio de Queirós que proibiu o tráfico intercontinental de escravos (embora o tráfico interprovincial continuasse), o Brasil pode contar com uma alavanca para o desenvolvimento industrial, na medida em que os capitais que anteriormente eram aplicados na compra de escravos passaram a ficar disponíveis: assim parte deles foram aplicados no setor industrial. Um ponto importante que revela uma intersecção entre a questão dos imigrantes e a industrialização, ou seja, o empreendimento de novos negócios realizados pelos imigrantes.

A cafeicultura brasileira, sobretudo no Vale do Paraíba, em SP, estava em pleno desenvolvimento, e, com a proibição do tráfico de escravos, necessitava de mão de obra. Esta condição estimulou a entrada de um grande número de imigrantes ao Brasil, que trouxeram em sua bagagem novas técnicas de produção de manufaturados, tornando-se assim a primeira mão de obra assalariada no Brasil. Desta forma, além de tornarem-se força de trabalho especializada, constituíram também um mercado consumidor indispensável ao desenvolvimento industrial.

A historiografia brasileira demonstra que na década de 1880 ocorreu o primeiro surto industrial brasileiro, quando a quantidade de estabelecimentos industriais passou de 200 estabelecimentos em 1881, para 600 estabelecimentos em 1889. Esse primeiro momento de crescimento industrial inaugurou o processo de substituição de importações, sendo o setor que obteve o maior crescimento o têxtil. É nesta mesma época que podemos contabilizar o surgimento de uma grandiosa indústria têxtil em Santa Catarina: as indústrias Hering. Uma indústria de bens de consumo têxtil que já abastecia uma parte importante do mercado interno e catarinense<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A Cia. Hering, cujo primeiro nome foi Trikotwaren Fabrik Gerbruder Hering, foi fundada em 1880 pelos irmãos e imigrantes alemães Bruno e Hermann Hering. A primeira instalação ficava na Wurststrasse, hoje Rua XV de Novembro, em Blumenau. Em 1897, a fábrica de roupas foi transferida para o Bairro Bom Retiro. Entre 1976 e 1983, entram em operação novas unidades da Hering no Estado de Santa Catarina: nas cidades de Ibirama, Rodeio, e Itororó no Nordeste. Hoje, a empresa emprega 8,5 mil pessoas e tem um valor de mercado de R\$ 7 bilhões.



Em 1907 foi realizado o 1º censo industrial do Brasil, indicando a existência de pouco mais de 3.000 empresas. O 2º censo, realizado em 1920, já mostrava a existência de mais de 13.000 empresas, caracterizando um novo grande crescimento industrial nesse período. Este fato, deve-se principalmente à 1ª Guerra Mundial quando surgiram quase 6.000 empresas para abastecer o mercado nacional. Após a 2ª Guerra Mundial, tem-se outro estopim para a industrialização brasileira, favorecendo o desenvolvimento industrial, livre de concorrência estrangeira, e aliado ainda ao aumento das exportações devido à esta 2ª Guerra Mundial.

Assim, com a expansão da lavoura cafeeira nos anos de 1840 e a proibição do tráfico de escravos em 1850, o governo brasileiro sentiu a necessidade de aumentar a quantidade de trabalhadores livres. Para suprir a falta de mão-de-obra, medidas foram tomadas para atrair mão-de-obra européia, e o direito de trazer imigrantes, antes sob o controle do governo imperial, foi aumentado, assim cada província poderia ter sua própria política de imigração e promover como quisesse maneiras de realizá-la.

É neste momento que surgiram as companhias de colonização, criadas para promover a colonização no Brasil, sobretudo nas terras do Sul do Brasil. Estas companhias, compravam terras baratas e as revendiam em lotes aos colonos. É nesta situação que insere-se a Companhia Colonizadora de Hamburgo, responsável pela colonização de Joinville: a Companhia Colonizadora comprou lotes de terras brasileiras de um príncipe francês, o Príncipe de Joinville.

#### 4.2 MÃE PÁTRIA: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM SANTA CATARINA

A imigração europeia então foi incentivada pelo governo imperial brasileiro fortemente a partir de 1840. Apesar disso, o Brasil atraiu apenas 4,5 milhões de imigrantes europeus, de um contingente de 50 milhões que deixaram o Velho Continente do século XIX até a Segunda Guerra (1939-1945). Os demais foram para os Estados Unidos, a Austrália, a Argentina, o Uruguai ou outros destinos (KLEIN, 2000).

A imigração alemã no Brasil foi um movimento migratório ocorrido nos séculos XIX e XX de alemães para várias regiões do Brasil, concentrando-se de

maneira mais abundante nos estados do Sul do Brasil. Um primeiro grupo pequeno de imigrantes fixou-se no sul do estado da Bahia em 1818, e em 1824 chegaram os que formariam a primeira colônia alemã no Rio Grande do Sul, onde hoje temos a cidade de São Leopoldo. Em 1827, desembarcavam os primeiros alemães no porto de Santos, levados em seguida para a cidade de Santo Amaro. Os grupos seguintes fixaram-se em Itapecerica, São Roque e Embu, ou foram levados para Rio Claro e para as plantações de café no interior de São Paulo. Em 1829, começava a colonização alemã em Santa Catarina, com início na cidade de São Pedro de Alcântara e Mafra e, a seguir, em Rio Negro, no Paraná. Em Curitiba, os imigrantes começam a chegar em maior número em 1833.

Ao contrário do que ocorreu em outros estados, como o Rio Grande do Sul, em Santa Catarina a colonização alemã não foi promovida através do governo imperial, mas por iniciativas privadas, as Sociedades Colonizadoras. A Primeira Colônia alemã no Estado de Santa Catarina, como citado acima, foi a de São Pedro de Alcântara, fundada já em 1o de março de 1829. As colônias alemãs mais importantes foram criadas a partir de grupos particulares como Hermann Blumenau e Ferdinand Hackradt (em 1850 foi fundada a Colônia Blumenau) e pela Sociedade Hamburguesa (como já citado, em 1851, foi fundada a Colônia Dona Francisca, atual cidade Joinville), ao norte do litoral do estado. Seguiu-se Blumenau, em 1854 e Brusque, em 1860.

O estado do Rio Grande do Sul e o estado de Santa Catarina foram os que receberam a maior parte dos imigrantes alemães. As leituras que fiz demonstram que atualmente 20% da população destes estados mantém alguma relação de ascendência germânica. No Paraná, em São Paulo e no Espírito Santo a porcentagem foi menor, mas igualmente significativa. Minas Gerais e o Rio de Janeiro receberam contingentes quantitativamente menores, embora a presença alemã em cidades como Juiz de Fora e Petrópolis tenha sido marcante.

Enquanto o objetivo da colonização na Região Sul era sedimentar a posse e a manutenção do território através do povoamento, em São Paulo o fundamental era suprir a carência de mão-de-obra nas lavouras de café.

Tem-se que os alemães representaram aproximadamente 5% dos imigrantes que buscaram uma nova pátria no Brasil. Ao longo de mais de cem anos de fluxo imigratório, chegaram ao Brasil aproximadamente 250 mil alemães.

Atualmente, calcula-se que cinco milhões de brasileiros sejam descendentes de alemães.

Neste sentido de fluxos migratórios em diversas épocas, é que temos os estudos do historiador e antropólogo catarinense Toni Jochen, em que há o relato que os imigrantes alemães chegados à Santa Catarina foram oriundos da Confederação dos Estados Alemães (1815-1866), da Liga Setentrional Alemã (1866-1871), dos Estados Meridionais Alemães (1866-1871), do Império Austro-Húngaro (1867-1918), do Império Alemão (1871-1918). Este fato deriva segundo o autor, do emaranhado geo-político, e por isso, os alemães imigrantes são considerados pertencentes à nação alemã, unida pela língua, cultura e pela história comum em detrimento do Estado político-administrativo de sua procedência<sup>10</sup>.

A identidade alemã é dada pelo conceito de "Kultur", com todos os seus significados correlatos, que se calca em fatos intelectuais, artísticos e religiosos (ELIAS, 1994), refletindo a consciência da nação. Daí porque considera-se alemães os imigrantes que faziam uso da língua alemã através dos conceitos decorrentes do jus sanguinis: direito pelo sangue, direito pela herança. Por esse conceito classifica-se como "alemão" todo aquele que faz uso das especificidades decorrentes do jus sanguinis, independente do País/Estado onde tenha nascido.

Assim, a imigração alemã em Santa Catarina relata a presença de imigrantes que provinham dos Estados do Reich Alemão, incluindo a Alsácia-Lorena (hoje França), Luxemburgo, Suíça, Áustria, Hungria, República Tcheca (antiga Boêmia, Morávia e parte da Silésia), Romênia, Polônia, Bielorrússia, Ucrânia, Lituânia, Letônia, Estônia além do Tirol (hoje norte da Itália) e imediações. Dessa forma, temos que a nacionalidade configura uma condição humana desvinculada da condição de cidadania. Se a nacionalidade - ou etnicidade - é um atributo cultural decorrente do povo, a cidadania decorre das prerrogativas do Estado enquanto unidade autônoma e soberana.

Sobre esta questão, a antropóloga Giralda Seyferth relata que a "nação alemã" não é um conceito político, mas baseia-se nas representações abstratas de

---

10 A composição da Confederação dos Estados Alemães foi estabelecida em 1815 pelo Congresso de Viena, entre os soberanos dos Estados Alemães, o imperador da Áustria e os reis da Dinamarca e dos Países Baixos; vigorando até 1866. O Império Alemão foi instituído em 1870-1871 ao fim da guerra franco-prussiana. Fonte: Nova Enciclopédia Barsa - Micropédia e Índice. São Paulo: Enciclopédia Britânica do Brasil Publicações, vol. I, 1998, p. 30.

um “espírito do povo”, que estaria manifesto nas tradições e costumes preservados, tornando possível assim pensarmos em uma nação germânica fora da Alemanha:

Deutschum engloba a língua, a cultura, o Geist (espírito) alemão, a lealdade à Alemanha, enfim, tudo o que está relacionado a ela, mas como nação e não como Estado (...) Nesse sentido, nacionalidade e cidadania não se misturam e não se complementam. A nação é considerada fenômeno étnico-cultural e, por sua razão, não depende de fronteiras; a nacionalidade significa a vinculação a um povo ou raça, e não a um Estado. A cidadania, sim, liga o indivíduo a um Estado e, portanto, expressa sua identidade política. Mas uma cidadania não alemã em nada impede que um descendente de alemães seja fiel à nacionalidade dos seus antepassados, que herdou. (SEYFERTH, 1982, p.46).

Das 60 milhões de pessoas que emigraram da Europa no século XIX, 5 milhões faziam uso da língua alemã. A maioria dos alemães embarcou nos portos de Hamburgo e Bremen se dirigiu para os Estados Unidos da América, Brasil, Canadá, Argentina e Austrália. O Brasil recebeu, no período de 1819 a 1969, segundo estatísticas, 250 mil imigrantes alemães. Assim, percebemos a ocorrência de dois ciclos de imigração alemã no Brasil: o primeiro decorrente da política de colonização, sobretudo nos estados do sul do Brasil e incentivado pelo governo brasileiro, e um outro ciclo posterior, sem incentivo oficial do governo brasileiro.

Pode-se dizer que a formação do Estado nacional Alemão é inteiramente ligada à noção de identidade alemã. Esta identidade nacional, pode ser aventada nos termos do conceito de Kultur Alemão, mencionado pelo sociólogo Norbert Elias na já citada obra “O processo civilizador”. O conceito de Kultur expresso por Elias baseava-se na noção de império, cultura alemã e língua alemã, no sentido da expressão da individualidade de um povo, da delimitação de suas diferenças e da identidade de uma nação. Isto, conforma-se totalmente com a cidade de Joinville, e às constatações de pertencimento comunitário e étnico, expressos nas práticas cotidianas e à tradição cultural comum articulada ao processo migratório.

A Alemanha durante muitos séculos era composta por vários principados, cada um com um soberano, compondo o Sacro Império Alemão e o Reino da Prússia. Estes principados possuíam um desenvolvimento econômico atrasado, pois diferentemente de outras nações europeias unificadas por uma soberania exclusiva centralizada e estatal, o Sacro Império Alemão ainda fazia parte do sistema feudal medieval, e por muitos anos a Alemanha ainda esteve dominada pela Prússia, pela nobreza e pelos junkers (proprietários de terras). Assim, temos que a ascensão da monarquia absolutista do reino prussiano, da aristocracia centralizada e da

administração autônoma das cidades alemãs, dificultou sobremaneira o estabelecimento de uma identidade nacional, conforme observa Norbert Elias em outra obra de sua autoria, intitulada “Os Alemães”. Nesta obra de publicação até que recente, 1989, estão reunidos ensaios e conferências de Norbert Elias que compõem uma espécie de biografia da Alemanha para pensar o desenvolvimento de uma nação e do habitus nacional alemão, que, apesar da aparente descontinuidade e independência dos textos que se voltam mais para a discussão do Nacional Socialismo, apresenta uma exposição do desenvolvimento social alemão, e que traz uma interessante passagem nesta discussão da formação do Estado Alemão:

Entretanto, foi a fase medieval do processo de formação do Estado alemão, em particular, que contribuiu significativamente para o fato de que na Alemanha esse processo não acompanhou o ritmo dos processos de formação do Estado em outras sociedades europeias. No caso de países como a França, Inglaterra, Suécia e até a Rússia, a sociedade medieval de Estados feudais passou por um contínuo processo de transformação em Estado do tipo mais compactante integrado de monarquia absoluta, que era usualmente mais forte nas lutas de poder. Na Alemanha, o equilíbrio de forças afastou-se gradualmente do nível de integração representado pelo imperador e inclinou-se a favor do de príncipes regionais. Em contraste com crescente centralização do poder em outros países europeus, o império germânico (ou Sacro Império Romano) sofreu a decadência do poder central. (ELIAS, 1997, p.36).

A falta do poder centralizado, a divisão em diversos principados, a economia dominada pelos junkers e as constantes guerras, impossibilitavam a plena unificação Alemã, e com ela também, a noção de identidade alemã. Estas questões também podem ser percebidas na obra de Norbert Elias chamada “Mozart: Sociologia de um Gênio”, em que, ao narrar a trajetória do artista, Elias demonstra as dificuldades de expansão e autonomia da obra do artista devido a esta questão dos principados autônomos e do domínio da aristocracia, como também do declínio da sociedade, da ausência do Estado, ocasionando assim o enfraquecimento e a impossibilidade do desenvolvimento da identidade da nação alemã.

Assim, como o poder no império Alemão estava descentralizado, havia a inexistência de uma esfera pública capaz de trazer um sentimento de nacionalidade, identidade e unidade entre os indivíduos. Segundo Norbert Elias, estabelecer a identidade nacional de um povo, é compreender a ideia de Kultur, na medida em que remete-se às formas de ser e pensar de um povo. O conceito de Kultur, é expressado através dos seus habitus, que para Elias, na Alemanha, precisava ser

constituído e fixado (como uma segunda natureza, ou como um saber social incorporado):

O habitus nacional de um povo não é biologicamente fixado de uma vez por todas; antes, está intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado a que foi submetido [...]. À semelhança das tribos e dos Estados, um habitus nacional desenvolve-se e muda ao longo do tempo. Também existem, sem dúvida, diferenças biológicas, herdadas entre os povos da Terra. (ELIAS, 1997, p. 16).

Desta maneira, estabelece-se que em Elias o conceito de Kultur é carregado de aspectos intelectuais, artísticos e religiosos, e que estão conectados ao comportamento das pessoas. Pois é uma questão de ter consciência de sua existência e de conhecer essas manifestações, na medida em que são expressões do impulso criador e da razão.

Visto isso, temos que o processo de unificação da Alemanha como nação única e centralizada, teve início no ano de 1848, através das ideias revolucionárias que vinham se instaurando na Europa pré e pós Revolução Francesa, assim como teve impulso através dos constantes problemas econômicos, territoriais e sociais (principalmente em relação aos judeus e à aristocracia, assim como guerras que se seguiram por anos) que vinham ocorrendo no império Alemão. Segundo Perry Anderson, no ano de 1866 o primeiro-ministro da Prússia, Otto Von Bismark, lançou uma ofensiva contra a Áustria, o que resultou na Guerra Alemã de 1866 e na derrota do império austríaco, o que fez com que se acabasse com a divisão de classes na Alemanha entre os junkers e os camponeses. Assim, em 1871, a Guerra Franco-Prussiana completou com esplendor a obra de unidade nacional. O Reino da Prússia fundiu-se num Império Alemão. (ANDERSON, 1985).

A formação de um estado oficial como berço de uma identidade alemã, ocorreu oficialmente a partir de 1871. Todavia, já vinha dando sinais de sua consolidação há alguns anos. Neste contexto de crises econômicas e sociais, é que se inserem as migrações de alemães, principalmente para os EUA e a América do Sul, incluindo-se o Brasil. O panorama socioeconômico da Europa em meados do século XIX era de crise e o fator econômico foi, certamente, determinante para a intensificação do fluxo migratório em direção à América.

Segundo a pesquisadora da área da história e das ciências sociais, Ilanil Coelho, algumas possibilidades teriam impulsionado o fluxo migratório da Alemanha

na época, e que mesmo tendo servido a interesses das elites europeias da época, a emigração alemã não foi um projeto político oficial do governo:

Vários estados alemães passaram a estimular tal atividade, através da abolição de antigas restrições e do financiamento de viagens para os interessados. Porém, coube à iniciativa particular – a partir da segunda metade do século XIX – a maior parte da organização da emigração, a qual consistia no recrutamento de interessados em emigrar, negociação e obtenção de terras para fixação destes além de custeio de viagens, estadias e sobrevivência nos primeiros tempos. (COELHO, 1993, p.17).

Das seis mulheres entrevistadas para esta pesquisa, apenas uma relatou que não tinha em seu histórico familiar a descendência alemã. Cinco mulheres entrevistadas são netas ou bisnetas de alemães, e na situação de pesquisa faziam conexão entre as noções de trabalho e imigração alemã em Joinville. Maria, por exemplo, ao referir-se a sua família, diz que “os alemães são diferentes”, e que por isso Joinville é diferente. Nesse sentido, quando pergunto a ela “Você se considera alemã?” ela responde “Ah sim, o pai e a mãe tem vô da Alemanha, então a gente se considera alemão né, os costumes, os ensinamentos, a cultura”. Na entrevista, ao seguirmos por esse caminho de pesquisa e perguntas, que articula Joinville, trabalho e etnia alemã, Maria diz que “Eu sou assim, de querer fazer as coisas, trabalhar, guardar dinheiro, porque aprendi em casa. Alemão é fogo, não desperdiça, não perde tempo”. Neste momento da entrevista, Maria rememora questões acerca do cuidado com o dinheiro, sobre economia pessoal, e atribui estas práticas a algo que é “de casa”, aprendido em casa, no ambiente familiar. Ambiente este que conforma à cidade de Joinville, e à sua conformação étnica e histórica.

Milena também me conta que por trabalhar com clientes em sua maioria com mais de 50 anos, e por trabalhar muito com indicação (uma pessoa viaja, gosta, e indica a agência para amigas), sua clientela é formada essencialmente por pessoas com origem alemã. Milena argumenta que ela mesma também tem origem alemã, por parte de mãe e um pedaço da família do pai, e isso é fundamental, segundo ela, quando diz “sabe como é alemão né, tudo desconfiado e quer tudo certinho”. Neste sentido, Milena faz referência que uma parte da sua relação com os clientes é baseada também nessa relação de cumplicidade entre os “de origem”.

### 4.3 A IMIGRAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E VOCAÇÃO PARA O TRABALHO

A cidade de Joinville frequentemente é citada na mídia como “a cidade com vocação para o trabalho”, como exposto nessa parte de uma entrevista:

Eu em sala de aula sempre falo pros meus alunos, Joinville é oportunidade, vocês têm que aproveitar, tem que trabalhar. A cidade respira trabalho, quem não se dedica, não se cria. [...] Eu acho que mesmo quem vem de fora, acaba respirando esse ar e acaba ficando mais focado, curtindo esse esquema da organização e eficiência alemã.

Acredito e compartilho da linha de estudo<sup>11</sup> que avalia que esta pretensa vocação para o trabalho seja reflexo do contexto histórico em que se insere a imigração alemã para Santa Catarina, baseada na agricultura de base familiar que organizou o sistema de produção nas regiões de colonização.

Além disso, a imigração alemã catarinense, e o processo de industrialização e "vocação" para o trabalho da cidade de Joinville, insere-se numa lógica coerente com os discursos científicos que permitiram “biologizar” as políticas de imigração e no discurso religioso do Protestantismo Luterano que se insere numa valorização da vida regrada e sem despesas “mundanas”. Em um de seus trabalhos, a historiadora, antropóloga e estudiosa de gênero Giralda Seyferth cita que as políticas de imigração brasileiras nos séculos XIX e XX “afirmavam o interesse do país por imigrantes agricultores que fossem assentados em colônias, tendo como base fundiária e econômica a pequena propriedade e o trabalho familiar”, e a autora afirma com base em suas pesquisas na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina, que havia uma preferência pelos imigrantes alemães, pelas suas qualificações “naturais” como agricultores e bons trabalhadores. (SEYFERTH, 1994).

Considero que em relação a cidade de Joinville, podemos estabelecer uma relação muito próxima entre a prática e o ethos do imigrante no processo de industrialização e expansão de negócios da cidade. Além disso, o investimento do imigrante naquilo "que se sabia fazer na Alemanha", a valorização do trabalho e a inclusão de mulheres também nas atividades laborativas e comerciais, contribuíram para que o Estado de Santa Catarina seja reconhecido hoje como o quarto do país em indústria de transformação.

---

11 Parte deste tema está discutido em: SEYFERTH, Giralda. A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.



As significações culturais da cidade de Joinville relativas a essa "gente alemã", sempre apresenta nos relatos orais e historiográficos as mulheres e homens de forma valorativa como muito trabalhadores. O adjetivo de "trabalhadeira" ou "trabalhador" agregam-se à identidade ligado à origem étnica.

Interessante conectar esse momento de pesquisa passada e histórica, com uma parte da entrevista realizada na pesquisa com Michele. A entrevistada Michele foi a que mais apelou em sua fala sobre a questão da imigração alemã, a sua origem alemã, oriunda dos descendentes do pai e da mãe. Sem eu nem ter tocado ainda sobre a questão da etnia alemã na conformação de certos aspectos étnicos na cidade de Joinville moldando a cultura e percepção das pessoas, Michele falou em determinado ponto da conversa sobre os descendentes de alemães:

A gente é diferente, não tem medo do trabalho. Vê se o pai e a mãe precisavam trabalhar, aonde eles estão hoje. Mas a mãe tá todo dia na produção, olhando as massas. Os bolos. E agora com as viagens, traz ideias de novas receitas. O pai daquele jeito né. Sempre cuidando. Mas ele tá certo. É assim que tem que ser [...] As funcionárias mais novas não entendem ele. Dá briga. As mais velhas já entendem, sabem que é assim que funciona [...] Ele diz sempre que a economia acontece, começa, no gasto do palito de fósforo para ligar o fogão. Né. Ele sempre repete isso. Ali tá o valor da pessoa. Isso é coisa de alemão né. Por isso dá certo. Por isso a gente dá certo. Chamam a gente de pão duro. Mas não sabem economizar. E economizar é no pequeno, nesse pedaço de fita, aqui. No pequeno. Não é no grande.

Michele trabalha todos os dias mais de 12 horas por dia no seu negócio, estando presente no dia a dia da atividade. Apesar de haver um amplo escritório no andar superior do empreendimento, reservado apenas às rotinas administrativas, ela disse que pouco ficava lá "pois se eu não fico aqui embaixo, a coisa desanda". Portanto, segundo ela, era fundamental a presença da "dona do negócio" sempre de olho, e sempre no comando dos negócios. Sempre presente, no dia a dia da empresa, em cada processo. Ao falar sobre essa carga de trabalho intensa, que em certos dias chegava há 16 horas de trabalho sem ir para casa, Michele cita ainda que: "tá no sangue trabalhar duro. Eu gosto de trabalhar. Mas também se não gostasse tinha que trabalhar de qualquer jeito".

A valorização dos descendentes de alemães como um povo "trabalhador" e empreendedor é uma constante no imaginário social das cidades herdeiras desse tipo de imigração, sendo inclusive coincidentemente citada para a reiteração da proposta deste trabalho num dos maiores jornais de circulação em Santa Catarina, em 27/06/2013. No título da matéria jornalística que trata de indústrias tradicionais e

novos negócios, a manchete diz “Para os descendentes de alemães, seguir a tradição de empreendedorismo é mirar no futuro” e ainda “Aquela brincadeira de que alemão gosta de poupar é coisa séria. Tanto é que a poupança dos imigrantes alemães recém-chegados a Santa Catarina, a partir de 1829, resultou em empresas centenárias que, apesar da fama de tradicionais, só continuam no mercado pela inovação de seus processos”<sup>12</sup>.

Neste mesmo artigo de jornal citado acima, há a Comemoração em 2013 do Ano da Alemanha no Brasil. A tese de que "devemos" aos imigrantes alemães e seus descendentes o processo de industrialização empreendido em Santa Catarina é reiterado no artigo. Para a diretora do Patrimônio Histórico e Museológico de Blumenau, Sueli Petry, ao citar o processo de inovação experimentado atualmente nas indústrias catarinenses há a citação:

(...) ainda que evoque o que há de mais atual, também faz parte dos costumes dos imigrantes alemães desde que colocaram os pés em Santa Catarina. Sempre buscaram a inovação e a melhoria da qualidade do maquinário. Eles foram os introdutores de novas técnicas e tecnologias na região, porque acompanharam o que acontecia na Europa. Esta é uma das razões do seu sucesso.<sup>13</sup>

O mesmo artigo cita a têxtil Döhler, de Joinville, reiterando o argumento que esta indústria reinventou-se de diversas formas nos últimos 132 anos, desde que foi fundada pelo imigrante alemão Carl Göttlieb Döhler em 1881. Hoje, o modelo de gestão é descaracterizado e o comprometimento com um trabalho de qualidade, uma das características da cultura germânica, continua presente e cada vez mais forte.

Ao longo de todos estes anos, percebemos inseridas no nosso DNA a inovação e a vocação em não aceitar o conformismo. Todos os dias acordamos pensando em um desafio diferente —, conta Carlos Alexandre Döhler, diretor comercial da companhia.<sup>14</sup>

A historiadora Maria Luiza Renaux, autora do livro *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí*, defende ainda atualmente em seus trabalhos que, apesar da abertura de capital das empresas alemãs da região a partir de 1990, inclusive com a

---

12 PEREIRA, Daniela. Para os descendentes de alemães, seguir a tradição de empreendedorismo é mirar no futuro. *Jornal de Santa Catarina*, 27 Jun. 2013. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/06/para-os-descendentes-de-alemaes-seguir-a-tradicao-de-empreendedorismo-e-mirar-no-futuro-4182820.html>>. Acesso em: 27 jun. 2013

13 Idem 12.

14 Idem 12.

gestão passando para profissionais distantes de membros da família, a identidade regional é mantida e faz com que elas preservem algumas características, entre elas a vocação para o trabalho ordeiro, diário, sério e racional. (RENAUX, 1995).

#### 4.4 EMPREENDEDORISMO FEMININO E A VOCAÇÃO ALEMÃ PARA O TRABALHO

Interessante notar que a conexão com as entrevistas que realizei com as mulheres empresárias, em que o tema da cidade de Joinville como uma cidade trabalhadora, com vocação para o trabalho e favorecimento e incentivo à atividade empreendedora era sempre retomado nas falas das entrevistadas. Na fala das entrevistadas, estes aspectos da cultura são cultivados e rememorados.

Em um momento da pesquisa realizada com Ana, em que, ao falar da cidade de Joinville e das percepções que ela (Ana) tem acerca das mudanças que a cidade experimenta nos tempos atuais, tais como voltar-se para o comércio e serviços com um padrão diferente do tradicional, para atender a demanda crescente por novidades e qualidade na alimentação, Ana faz uma conexão e fala de sua visão do que era Joinville antes:

Ah, tu sabe né. Qual que era o que a gente sabia que tinha que fazer em Joinville? O que a alemoada sabia fazer? Trabalho, casa, casa, trabalho. O que a gente fazia, o que a alemoada fazia de lazer? Nada. Ninguém gastava com isso. Comida a mesma coisa. Comer fora era luxo. Tem muita gente em Joinville, os antigos, que eu acho que pensam assim. Né, que comer fora é desperdício. [...] Sim, né, a mudança. Mudança da cidade. O trabalho continua, continua sendo a cidade do trabalhador. Mas agora o povo curte, viaja, come né. Só ver shopping final de semana. A praça de alimentação cheia. O consumo chegou aqui. Chegou. Não é só trabalho.

Neste ponto da conversa, Ana cita “a alemoada” e dá sua opinião sobre a mudança do padrão de consumo. Se antes a vida e a rotina das famílias era baseada em trabalho e não diversão com consumo, segundo Ana, hoje as famílias consomem. E Ana em certo ponto da entrevista também fala que “hoje meu negócio dá certo, antes não daria”, fazendo referência que no passado o padrão de consumo e gastos na cidade com alimentação, seria outro. Nesta fala, Ana explicita que Joinville é a “cidade do trabalhador”, sendo a segunda entrevistada que na situação de pesquisa retoma esta opinião de senso comum como sendo a cidade de Joinville como uma cidade com vocação para o trabalho.

Em determinado ponto da conversa, pergunto a Ana sobre sua relação com o empreendedorismo:

Morgana: Como foi abrir um negócio? O que você pensou, como aconteceu?

Ana: Ah, eu sempre fui daquelas que gosta de vender sabe, de ganhar dinheiro, independência, crescer. Sempre quis abrir alguma coisa pra mim, um negócio. Gosto dessa independência, de não responder pra ninguém que não seja eu mesma. No começo tu abre achando que é melhor do que trabalhar em empresa, em concurso. Porque não tem que bater ponto. Mas a gente se engana né. Vê que trabalha bem mais, mais eu gosto. Porque faço pra mim sabe? É meu, deu certo.

Morgana: E sua família teve alguma participação nisso, nesse processo?

Ana: Meus pais também têm empresa. Meus tios também. Acho que tá na cultura.

Morgana: [interrompo a frase dela, e pergunto] Cultura da sua família?

Ana: Não, não. Também. Cultura que eu digo da cidade. Das cidades aqui de perto né. Tem tanta empresa. Esse negócio de querer a oportunidade [...] de querer ganhar dinheiro, de construir.

Esta foi a parte da entrevista em que Ana atribui sua vontade de empreender, de abrir um negócio, não só a uma vontade particular, mas também por estar inserida num meio, em uma cidade que de certa forma incentiva isso, pelo que ela chama de “cultura”. Isso também foi retomado por Ana em outra ocasião, quando encontrei-a num Happy Hour entre mulheres empresárias, ocasião em que Ana foi convidada a falar sobre seu negócio. Nesta segunda entrevista, ocorrida de maneira informal, Ana falou que “Joinville tinha que criar cursos. Tem muita mulher querendo empreender. A cidade propicia isso. Tem vocação”.

Maria Luiza Renaux, trabalha em sua pesquisa e em seu livro<sup>15</sup> com a pressuposição de uma “cultura alemã trazida na bagagem dos imigrantes”, e descreve em seu livro a instituição do casamento e a dinâmica das relações familiares e de trabalho dentro de alguns grupos de imigrantes e descendentes de imigrantes alemães. A autora cita que a casa global rural era dirigida tanto pelo “pai da casa” (*Hausvater*) quanto pela “mãe da casa” (*Hausmutter*), que eram, ambos, responsáveis pela produção. Quando a propriedade rural gerava o suficiente para garantir o sustento da família, o campo de atuação da mulher incluía o cuidado com a casa, a educação dos filhos, o cuidado com jardim, horta e animais domésticos

<sup>15</sup> RENAUX, Maria Luisa. O outro lado da história: o papel da mulher no Vale de Itajaí, 1850-1950. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

(principalmente as vacas leiteiras), a plantação do linho e a sala de fiação, o beneficiamento do leite, a comercialização dos produtos e o arrendamento das terras, bem como a supervisão de eventuais empregados que estivessem envolvidos com estas atividades.

A autora discorre sobre os valores, costumes e práticas que os imigrantes, homens e mulheres, trouxeram, e que povoaram a colônia no século XIX, e o imaginário de boa parte destes imigrantes:

Ela detinha um papel econômico ativo e uma responsabilidade moral decisiva, dentro de um quadro juridicamente emoldurado pela autoridade masculina. Na casa global unidade econômica de base e residência da família num mundo ainda articulado pelas concepções feudais, o papel de esposa, mãe, dona-de-casa, não se separava do papel de mulher que produz, envolvendo isso uma solidez de princípios capaz de assegurar a educação dos filhos e dependentes, mais igualmente, a reputação de todo o negócio que garantia a sobrevivência da família. (RENAUX, 1995, p.217).

Quando pergunto à entrevistada Elisa a que ela atribui essa sua visão para os negócios, ela diz que não é de família, pois seus parentes sempre foram funcionários de outras empresas e pessoas, e que o padrão da família sempre foi de classe média. Mas, em determinado ponto da conversa Elisa diz que:

Acho que o mundo em que vivemos contribui pra isso, informação, internet, os blogs, o mercado, TV.

Morgana: E Joinville, você acha que a cidade contribui pra isso?

Elisa: Eu acho que Joinville tu tem que trabalhar numa empresa pra ser considerado sério. Eu não sou considerada séria. Mas eu trabalho, e muito. Acho que é nisso que Joinville contribui.

Morgana: No que?

Elisa: Pra trabalhar, não ser acomodado. Só se for filhinha de papai, mas eu acho que pela cidade ter essa coisa de alemão, certinho, tal. A gente já fica com isso, que tem que trabalhar bem, ser certa. E eu sou certa.

Essa suposta honestidade na relação com o trabalho, e nos negócios, é atribuída por Elisa a uma característica de “cidade alemã”, que remonta aos tempos da imigração e colonização da cidade.

Para a pesquisadora catarinense Giralda Seyferth, essa forma de destacar a atuação feminina no contexto colonial aponta, principalmente, à fragilidade feminina na situação “pioneira”, mas também destaca a penosa jornada de trabalho da colona, obrigada a assumir encargos masculinos, e cujo efeito simbólico mais evidente repercute no ethos do trabalho imigrante. (SEYFERTH, 2006). Para a

autora, a presunção da maior vulnerabilidade feminina, porém, não obscureceu a representação do ethos de trabalho vinculado ao “pioneirismo”; e o fato das mulheres terem participado da “luta” do desbravamento teve repercussão, mais tarde, no discurso étnico teuto-brasileiro. (SEYFERTH, 2008).

É neste sentido que a entrevistada Michele faz comentários duros e fortes, muitas vezes carregados de preconceito, atribuindo inclusive aos altos índices de violência que a cidade vem sofrendo nos últimos anos, e a mudança nas características da cidade, aos “esse povo que não é de Joinville. Vieram pra cá e virou bagunça né. Ninguém quer nada com nada, ninguém quer trabalhar”. Sobre este fato ela diz que está muito difícil para ela conseguir funcionários e funcionárias para o trabalho, e sem receio nenhum de ser mal interpretada ela conta que seus pais sempre preferiram contratar “alemão pra trabalhar na cozinha, em casa, no pátio”. Numa alusão de que sua família só contratava pessoas com descendência alemã para trabalhar tanto nos negócios quanto em sua casa, segundo ela “por não terem medo do trabalho”, opinião esta que ela reforça em vários pontos da entrevista, com um olhar carregado de estereótipos e preconceitos.

A antropóloga Giralda Seyferth ainda estabelece no seu trabalho uma interessante relação entre o comércio e indústria: o desenvolvimento das indústrias foi ocasionado pelo acúmulo de capital proveniente do comércio, fonte primeira de trabalho dos imigrantes alemães. Assim, para esta autora, os “vendeiros” eram as únicas pessoas que tinham possibilidade de acumular capitais em maior escala dentro do sistema colonial. (SEYFERTH, 2005).

#### 4.5 MASCULINIDADES, FEMINILIDADES, NEGÓCIOS: DAS MULHERES PARA MULHERES

Esta pesquisa realizada com as mulheres empresárias de Joinville mostra que a partir do cotidiano e do dia a dia de suas existências e construções cotidianas, as mulheres empresárias constroem estratégias de resistência e enfrentamento das masculinidades e pré-noções dominantes, tecendo possibilidades de um eu que faz, que produz, se reinventa e luta pela igualdade e oportunidades. Promovem seu empoderamento e reposicionamento ao instituírem um novo lugar profissional, mas

em suas casas e ambientes domésticos continuam atreladas a uma relação de complementaridade, binaridade e dualidade de posições.

Por isso também acredito que se não houver uma discussão de gênero nos estudos que versem sobre as Mulheres Empresárias em Joinville, essa pesquisa corre o risco de não se tornar relacional. Afirmando isto por compartilhar da corrente que diz que gênero torna-se uma categoria útil de análise histórica quando é estudado na relação, e não na observação de um elemento tomado isoladamente. (SCOTT, 1990). Joan Scott explicita assim que reivindicar a importância das mulheres na história oficial é também questionar a validade dessa história, e refinar as reflexões feitas anteriormente, muitas vezes incompletas e imparciais.

Nesta pesquisa que aborda em partes como se constituem as relações de gênero nas estratégias de sociabilização na cidade de Joinville frente ao empreendedorismo, e suas relações com o trabalho e conciliação de jornadas, faz-se extremamente necessário pensar acerca das questões conceituais que abordem e contemplem a masculinidade. Compartilho da abordagem que argumenta que não há um padrão fixo de masculinidade em todas as instituições, sociedades, momentos e lugares. Assim, diferentes padrões de masculinidade, diferentes modos reconhecíveis de tornar-se homem ou expressar-se homem coexistem em nossa sociedade. (CONNELL, 1995), sem excluir, é claro, diferentes questões de poder e dominação amplamente presentes:

A masculinidade é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar em 'masculinidades'. Existe o perigo, nesse uso, de que possamos pensar no gênero como um pout-pourri de identidades e estilos de vida relacionados ao consumo. Por isso, é importante sempre lembrar as relações de poder que estão aí envolvidas. (CONNELL, 1995, p. 188, tradução livre).

Em relação a esta questão das Masculinidades concatenadas à questão da imigração alemã e noções valorativas de etnia em Joinville, proponho uma breve relação com os conceitos presentes em "A dominação masculina", de Pierre Bourdieu, onde o autor discorre acerca do viés cultural que possibilita e mantém através do processo de socialização as instituições (Estado, família, escola, igreja) e que configuram-se deste modo num processo de reprodução das relações de dominação, opressão, violência e desigualdade entre os sexos. A família, assim, para o autor, destaca-se no papel fundamental de estruturação do espaço social e

das relações sociais, pois reproduz o capital social e simbólico. Por isso, ao entender que há um processo social que possibilita uma dominação masculina e desigual, Bourdieu aponta que é preciso questionar e revisar qual o conjunto de condições históricas que estabelecem as relações entre os sexos. (BOURDIEU, 2007).

Outra abordagem para pensar as Masculinidades em relação aos empresários e imigrantes em Joinville, é a abordagem do pesquisador e psicólogo do Comportamento Masculino Sócrates Nolasco, em que este discorre que um homem terá várias experiências que possibilitarão internalizar o significado do ser masculino durante sua vida. Assim, para o autor, este processo baseado na internalização do significado do que é masculino, destaca-se a categoria e instituição “trabalho”, quando diz: “(...) o trabalho tem sido utilizado pelos homens para reduzir a visão crítica sobre eles mesmos, reproduzir os valores patriarcais, alimenta as disputas e os jogos de poder”. (NOLASCO, 1993, p.56). É na instituição trabalho, segundo o autor, que haverá a consolidação e reconhecimento do “ser homem”: mais um espaço marcado pelo imaginário masculino que evoca sempre a força, o poder e dominação, tanto do outro quanto de si.

Neste íterim, há também falas da entrevistada Michele, que em determinado ponto da entrevista diz que “ser mulher não atrapalha em nada a minha vida aqui na empresa. Mas eu sei que é porque eu sou dura, não deixo ninguém tirar farinha”. Ela argumenta também que não demonstrar uma fragilidade, nem ser “boazinha demais” é característica fundamental para “poder mandar e ser respeitada”. Estas características enunciadas por Michele, remontam a um “mundo dos homens”.

Também afirma que o fato de ser dona da empresa possibilita que ela possa ter horários mais livres, como no caso de poder “sair a hora que eu desejar para ir a uma festinha na escola do meu filho, por exemplo, ou para ir ao cabeleireiro, para fazer luzes”. Mas, afirmou com muita seriedade na fala que “eu evito sair em dias de muito movimento, ou em horários de pico”. Pois, segundo ela, como dona do negócio e empresária, ela tem que ter uma ação diferente, um modo de agir que sirva de espelho para as outras funcionárias mulheres, nas palavras dela diz que “preciso dar o exemplo. Não posso ser folgada na frente das outras, as funcionárias têm que ver como que se trabalha”.



Em meio a relações de poder e posse, encontramos mais ou menos até a década de 70 do século passado, a imagem feminina na historiografia brasileira marcada pela submissão ao pátrio poder e ao espaço doméstico e privado. Encontra-se em nosso imaginário uma clara e definitiva separação de tarefas: o cuidado com a casa e os afazeres domésticos cabia às mulheres, em seu espaço de submissão e silêncio; e aos homens cabia o sustento da família e a supervisão dos negócios.

Entretanto, através das memórias de vivências históricas das práticas cotidianas que encontrei em alguns trabalhos relativos a imigração alemã no estado de Santa Catarina, descobri que essa rígida divisão de espaços nem sempre foi possível na prática de nossos antepassados; pois muitas mulheres, forçadas por situações de pobreza, viuvez ou orfandade, tiveram que adentrar em espaços públicos, para que dessem conta de suprir necessidades básicas de sobrevivência. A recente descoberta de pesquisas históricas que tratam da questão da atuação das mulheres na sociedade colonial patriarcalista, trabalhando fora (seja no campo ajudando sua família, nas fábricas ou em serviços domésticos em casas de terceiros) desafiam mitos e estereótipos construídos com base na “cultura da opressão”, em que a família era a unidade básica de controle, desde os tempos coloniais. (SAMARA, 1997).

No livro “A História das Mulheres no Brasil”, há uma passagem interessante que demonstra uma participação ativa das mulheres alemãs, e sobretudo demonstra uma relação “igual” entre homens e mulheres desta etnia, onde há uma passagem bem humorada que relata um texto extraído do jornal Diário da Tarde com data de 1906, em que este dizia:

(...) os moços teuto-brasileiros são uns rapagões desempenados, morigerados, bonitos (alguns), enfim excelentes cortes de maridos. Porque esse povo dá maridos exemplares; dividem com a esposa os trabalhos e as alegrias. É sabido: o alemão casado quando se diverte, leva consigo o rancho todo e quando acaso vai só não esquece a mulher: traz-lhe do que comeu ou bebeu, cerveja ou uma rodinha de salsicha. (DEL PRIORE, 1997, p.294).

A destruição de um estereótipo de apatia e sujeição feminina começou a ser discutido na historiografia internacional ainda na década de 1970. Estudos como os de Joan Scott e Louise Tilly (1974) inovam ao definir a categoria trabalho, pois

passaram a considerar o doméstico como “atividade produtiva diária para o uso da casa ou para a troca”, entendendo seus significados ao longo do tempo por regiões.

Com essa preocupação de análise científica do problema que surge a categoria gênero nas análises históricas, levando a inúmeras discussões sobre conceitos próprios, dicotômicos e polarizados, atribuídos a homens e mulheres em diferentes sociedades ao longo do tempo. Assim, esse termo, em um sentido mais literal, aparece como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos, indicando uma rejeição ao determinismo biológico e ao uso da palavra sexo e diferença sexual. Desse modo, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado. Esse é um marco importante e passa a definir os estudos de gênero como campo específico de pesquisa científica e de reflexão, entendendo gênero aqui como relações de poder que se estabelecem social e culturalmente a partir das diferenças percebidas entre os sexos.

Autoras como Joan Scott irão apontar que as diferenças biológicas como função definidora das diferenças sociais não existem, pois elas são construídas social e historicamente. Segundo ela, a categoria analítica “gênero” possibilita a busca dos significados das representações tanto do feminino quanto do masculino, inserindo-se nos seus contextos culturais e históricos muito específicos. (SCOTT, 1990)

Nesse mesmo sentido, Michelle Perrot, ao analisar a família como uma instância de regulamentação fundamental para a sociedade, escreve ser esta instituição:

A família, átomo da sociedade civil, é a responsável pelo gerenciamento dos ‘interesses privados’, cujo andamento é fundamental para o vigor dos Estados e o progresso da humanidade. Cabe-lhe um sem-número de funções. Elemento essencial da produção, ela assegura o funcionamento econômico e a transmissão dos patrimônios. Como célula reprodutora, ela produz as crianças e proporciona-lhes uma primeira forma de socialização. Garantia da espécie, ela zela por sua pureza e saúde. Cadinho da consciência nacional, ela transmite os valores simbólicos e a memória fundadora. É a criadora da cidadania e da civilidade. (PERROT, 2009, p. 91).

Michelle Perrot, ao apresentar as concepções e funções da família europeia, destaca a importância outorgada às mesmas. Sendo percebida por todas as doutrinas e discursos do período como “a célula da ordem viva”. (PERROT, 2009, p.

78), a família, gradativamente, passa a ser valorizada como espaço, dentre outros, de transmissão de valores e formação da cidadania e civilidade.

Em relação a cidade de Joinville e à imigração de forma geral, percebe-se, entretanto, que nem sempre foi possível perpetuar os valores idealizados no ideário da colonização e da sociedade patriarcal, onde se diz que havia a clara e rígida dicotomia mulher (âmbito privado, somente), e homem (âmbito público). Não que isso não tivesse validade parcial, mas muitos estudos mostram que no Brasil, especialmente no meio urbano, o exercício de atividades informais improvisadas serve para desmistificar a rígida divisão de tarefas e incumbências concebidas no modelo patriarcal.

Assim, na análise da categoria “trabalho”, penso também que é muito difícil pensar o trabalho feminino, sem desvinculá-lo das dicotomias que criticamos: público/privado, feminismo da igualdade/da diferença. Desta maneira, acredito também que a minha pesquisa insere-se em situações específicas da articulação entre gênero e trabalho. Pois o gênero e a etnia a que pertencem estas mulheres que estudarei em Joinville, particularizam as relações sociais e atividades destas, uma vez que a história e as narrativas são construções ressignificadas de mulheres inseridas em um contexto social e histórico específico: a Joinville dos imigrantes alemães, com suas próprias significações culturais.

Outro tipo de abordagem é apresentada no livro da Antropóloga Adriana Piscitelli, em que a autora analisa as relações entre gênero e parentesco presentes em histórias de famílias ligadas a grupos empresariais brasileiros. Trata-se de relatos sobre grupos de capital nacional, controlados por famílias, onde há (ou houve) uma preocupação constante com a sucessão empresarial da empresa familiar. (PISCITELLI, 2006).

Analisando redes de parentesco e histórias familiares, assim como projeções na mídia, de quatro grandes grupos empresariais brasileiros - os Matarazzo, os Lundgren (Lojas Pernambucanas), o grupo Sadia e o Grupo Pão de Açúcar - Adriana Piscitelli explicita as conexões estabelecidas entre relações de parentesco, gênero e personalidade empresarial. O interessante nesta pesquisa apresentada em sua tese é que em vez de utilizar-se das metáforas simples que geram analogias entre família e feminilidade versus negócios e masculinidade, a autora mostra como a noção de gênero funciona à maneira de uma linguagem que

entrelaça esses quatro termos de forma muito mais imbrincada. As noções de masculino e feminino vão assim se corporificando nos personagens analisados, ora produzindo identificações a partir de relações de parentesco, ora produzindo diferenças a partir das definições de gênero, e vice-versa.

Assim, com base na pesquisa antropológica explicitada no livro *Jóias de Família*, a antropóloga conclui e ressalta a importância de gênero na transmissão da herança (moral e material) que qualificará para as posições de liderança certos descendentes em detrimento de outros:

Gênero diferencia, assim, o grupo de herdeiros/as ligados por laços de parentesco. Separa homens de mulheres, recortando os laços criados pela identidade de sangue [...]. Mas, marca, também, distinções entre os herdeiros (homens). Os sucessores que, concentram poder econômico e decisório, são associados aos estilos de masculinidade mais valorizados nos relatos. (PISCITELLI, 2006, p. 139).

Tem-se desta forma, no contexto de um grupo de herdeiros (descendentes diretos dos proprietários do capital ou agregados - filhos, genros, sobrinhos), o destaque de que os sucessores (que concentrarão o poder decisório do grupo empresarial) - são escolhidos através de um processo muito particular de socialização que valoriza certos atributos associados a gênero. Refletindo sobre a noção de herança neste contexto, Adriana Piscitelli observa que essa “apresenta diversas dimensões: refere-se à transmissão de patrimônio espiritual, moral e material entre gerações”. (PISCITELLI, 2006, p. 107). Neste mesmo sentido, a autora atenta para uma dimensão particular da herança, onde o ponto crucial diz respeito à transmissão das qualidades que fluem através das gerações, particularmente da circulação daquelas que, singularizando o fundador do grupo empresarial, possibilitaram a criação da sua obra. Em parte importante das histórias narradas no livro, a herança dessas qualidades, apresentada como critério fundamental para a seleção de sucessores, converte seus privilégios numa consequência da herança espiritual e moral neles corporificada.

Como gênero e parentesco interferem nas sucessões de grupos empresariais ligados a famílias? Adriana Piscitelli responde à pergunta com o exame de questões centrais nas formulações antropológicas e feministas, demonstrando a relevância do trabalho com parentesco em grupos sociais contemporâneos. Destrinchando narrativas sobre grupos brasileiros afetados por conflitos sucessórios, analisa como gênero aparece marcando noções sobre pessoa, sucesso empresarial,

hereditariedade e tensões entre indivíduo, família e parentesco. Para compreender os processos sucessórios, considera as conexões entre gênero e parentesco na imbricação entre mundos (da família e dos negócios) que conforma esses grupos sociais. Gênero "recorta" relações de parentesco, distinguindo homens de mulheres e estabelecendo, também, hierarquizações entre homens e entre mulheres. Em certos grupos, porém, o parentesco possibilita o acesso de algumas herdeiras a almejadas posições de poder. A autora atenta a diversas características consideradas masculinas e femininas, bem como as diferentes masculinidades e feminilidades. A participação feminina nas sucessões empresariais mantém vinculações com modalidades de relações de parentesco e com estilos de controle acionário, pois, quando os grupos empresariais privilegiam relações patrifiliais e tendem ao controle acionário, a participação da mulher é ampliada; de modo contrário, quando a participação acionária se dilui em sócios/parentes e as sucessões circulam entre consanguíneos e afins, a participação feminina aparece mais limitada. Assim, para a autora, a personalidade empresarial de sucesso é vista como uma composição de características femininas e masculinas; em suas palavras:

Levando em conta os diversos procedimentos de atribuição de gênero presentes nas histórias, é possível concluir que, no conjunto dos relatos, a "composição" da personalidade empresarial revela a presença de atributos masculinos e femininos [...] Em parte das histórias, esses atributos estão englobados na ideia de uma ação empresarial masculinizada. De maneira distinta, nos relatos mais recentes, autobiográficos, características femininas e masculinas convivem, dando lugar a uma ação empresarial que aparece como neutra. (PISCITELLI, 2006, p. 114).

Quando instigo a pesquisada Milena sobre sua relação com o empreendedorismo, Milena diz que "não suporto mulher folgada", e que "mulher tem que trabalhar, tem que ser ativa, não depender de marido, de ninguém". Quando fala de seu próprio negócio, Milena diz que a intenção é crescer cada dia mais, contratar mais funcionários (atualmente são duas funcionárias), divulgar mais, "sempre fazendo mais viagens e mais clientes". Ao falar sobre ter um negócio, Milena diz que "é bom por não ter patrão, você é seu patrão. Mas também trabalho mais eu acho. Bem mais na verdade".

Assim, sobre sua relação com o trabalho, Milena diz que sempre viu "o pai e a mãe trabalhando tanto" e reafirma "tenho pavor de perua que não sabe o que é trabalho, que só sabe ir em shopping e academia", e que para ela o trabalho é "dignificante", é um prazer, uma forma de ser ativa e aproveitar a vida. Quando

pergunto como seu filho encara suas ausências, visto que ela realiza por mês algumas viagens, passando dias fora de casa, ela diz:

O [...] sente falta sim. Tem saudade. Pede presente. Mas o [pai] é muito paizão, então cuida, tá sempre junto dando a maior força. Mas eu também sei que o que importa é a qualidade, não a quantidade. Do que adianta ficar o dia todo em casa e só deixar na frente da TV? Eu quando tô com ele, tô com ele, a gente passeia, brinca. Sempre levo ele pra viajar só comigo, ou só nós três.

Milena argumenta que ter um marido que divide todas as tarefas de casa e como pai, é fundamental para o sucesso de sua carreira e de sua empresa. O marido tem negócios que lhe permitem trabalhar de casa e ter disponibilidade de horário, portanto, ela diz que seu filho sempre está bem amparado. Esta condição familiar de Milena vai de encontro a posição familiar de Michele, em que ambas tem apoio do companheiro para deslancharem em suas carreiras e negócios. No caso de Milena, esta condição é ainda mais significativa, como pude perceber nos outros encontros que tivemos, pois Milena é uma pessoa que quando não está viajando a trabalho para fora do país, está presente em diversos espaços de sociabilidade na cidade de Joinville, de certa forma, sempre trabalhando seu negócio. Esta condição familiar de Milena demonstra uma profunda ruptura nas desiguais relações da tradicional divisão sexual do trabalho, traduzindo-se numa relação familiar de apoio à profissão e aos negócios da esposa.

Ao falar de seus negócios, Milena me conta que seu foco de atuação é essencialmente mulheres ou casais, visto que trabalha muito com grupos de viagens só de mulheres - a maioria viúvas ou divorciadas. Milena argumenta que este é um mercado novo de negócios, em que diz que as mulheres estão mais independentes, viajando mais, e “não pedem mais autorização para ninguém pra gastar o dinheiro”. Esta autonomia, segundo ela, está gerando “uma nova economia”, em que as mulheres são ativas no gasto e no controle financeiro. Em mais uma situação de empreendedorismo de minhas entrevistadas, surge a questão de um trabalho criado por mulheres, e para mulheres como consumidoras.

Interessante refletir também através da entrevista de Elisa e de Ana, pois, estes dois negócios que foram iniciados por mulheres em Joinville, também são voltados a um público consumidor notadamente e majoritariamente feminino.

Elisa relata que já era aficionada e curiosa por internet 10 anos atrás, e sempre procurava em sites internacionais, acessórios femininos tais como meias-

calças exóticas e maquiagens em cores extravagantes, para ela mesma usar. Ao sair em festas e shows do estilo musical que gostava - punk rock e hard core - para se divertir, Elisa sempre era abordada por outras meninas, que desejavam os mesmos acessórios que ela usava. Então, pouco a pouco, segundo ela me relata, decidiu começou a revender estes produtos que importava de sites internacionais (principalmente chineses). Em pouco tempo seu negócio se expandiu, e ela criou um nome para sua “loja” e criou um perfil de vendas na época na rede social Orkut. Segundo ela:

Doido pensar que o Orkut foi o início de tudo né. Mas eu acho que sempre tive jeito pra isso, mas gosto de vender assim, sem muito contato. Pela internet. No Orkut eu fazia propaganda, entrava nas comunidades de bandas e tals. De estilo. E fazia propaganda. Ali, quando as gurias recebiam as coisas deixavam depoimentos, e a propaganda boca a boca ia crescendo [...] Durante muito tempo eu vendi só pelo Orkut. Vendia bastante, pra todo o Brasil [...] Tudo enviado pelo Correio.

Na entrevista Elisa conta que pouco a pouco seu negócio foi crescendo, o dinheiro entrando, e ela via que aquilo era um caminho a ser explorado. Segundo ela, no começo ela vendia só maquiagens importadas, meias calça diferentes e acessórios tais como alargadores (piercings) e brincos. Depois, com o sucesso da loja e pedidos de algumas clientes, passou a vender outros produtos. Foi nesse tempo que ela abriu uma loja virtual, um e-commerce com domínio próprio, no ano de 2012. Afirma que esta empreitada foi realizada “na raça”, fazendo referência ao fato de que era uma pessoa leiga, e passou a pesquisar e entender como poderia fazer e como funcionava um e-commerce. Desde então, Elisa conta que faz praticamente tudo na loja sozinha, desde as fotos dos produtos, campanhas, promoções, cuida da parte visual do site e das redes sociais, responde às clientes, faz as caixas de encomenda e envia os produtos pelos Correios. Elisa fala que atualmente precisaria de uma funcionária para ajudá-la pois o volume de vendas está alto, mas que ela teria que pagar pouco para esta funcionária, e “assim eu não quero, queria pagar bem, mas o custo em carteira quase dobra. Acho chato pagar pouco pra alguém que trabalharia horas do meu lado”.

Seu público é composto na maioria por mulheres que realizam a compra pelo site, e pagam via cartão de crédito, boleto ou depósito bancário. Elisa afirma que o mercado de compras virtuais possibilitou a chegada de produtos diferentes à todos os lugares do Brasil com atendimento dos Correios. Ela cita o exemplo, em

entrevista, de muitas vendas que faz para meninas e mulheres que moram em cidades interioranas e compram “coisas diferentes na loja”, referindo-se a sua loja virtual.

Neste sentido, Elisa propagandeia seu negócio para mim, enquanto entrevistadora, inclusive afirmando que acredita que seu empreendimento promove a quebra de preconceitos. Quando eu indago o que ela quer dizer com isso, ela argumenta:

Com a loja [...] eu vendo uma maquiagem, um cílio postiço verde, pra uma guria lá da [...] a guria gosta, eu dou o acesso e a possibilidade do acesso... acesso a uma coisa diferente, importada. Adolescente gosta disso, gosta de ser diferente, numa cidade pequena ainda...

Sobre seu negócio, Elisa também conta que como o público é essencialmente feminino, e suas vendas durante muito tempo focaram-se muito em maquiagens, ela também já fez ações de vendas que atendiam especificamente esse público. Um exemplo disso era o curso de maquiagem que promovia, com maquiadoras de renome nacional. Para Elisa, mesmo que seu negócio fosse virtual e atendesse mulheres de outras cidades e estados, era importante essa propaganda que acontecia, para divulgar a loja, e também divulgar em Joinville.

Elisa conta que com o acesso de mais pessoas a produtos importados, ela teve que adotar outras estratégias de venda, e para isso, passou a vender diversos outros itens em sua loja, tais como roupas, bolsas e mochilas. Mas a fórmula do sucesso parece que vem dando certo, pois Elisa já conquistou segundo ela “um carro zero, tô pagando meu apartamento, compro minhas coisas, e vou viajar”.

Na entrevista, Elisa fala com muita empolgação de seu negócio. Segundo ela, nunca conseguiria ganhar dinheiro como ganha, “trabalhando para outra pessoa”. Essa independência que ela atribui ao empreendedorismo, segundo ela “não tem preço”. Elisa ainda aponta como vantagens de seu negócio a possibilidade de trabalhar de casa e “de pijama, na boa”. Além disso, diz que tem liberdade para sair, passear, cuidar da alimentação e se exercitar. Quando pergunto à Elisa se ela não teme o futuro, por não ter se preparado para o mercado de trabalho com uma educação formal, ela me responde:

Já pensei nisso várias vezes, por isso eu penso em fazer uma faculdade. Mas também acho que o mercado mudou, as grandes empresas não querem mais um profissional fechado. Eu não sou fechada [...] falo inglês, sou ligada nas novidades, não tô parada [...] Mas eu acho que nunca vou



trabalhar pra ninguém. Vou querer sempre ter as minhas paradas. Se a loja [...] um dia não der mais certo, já falei para o [seu noivo] eu abro uma outra coisa. Mas quem brinca de ser dona de negócio uma vez não quer mais parar [...] Tem imposto que eu sempre tenho que pagar, tem dias que eu viro a noite trabalhando no site, mas é isso que eu gosto [...] E isso é pra mim, é meu.

Este florescimento de mercados que começam muitas vezes no ramo de alimentação ou venda de produtos destinados a mulheres, promove uma forma de consumo diferente e que exige uma emancipação monetária feminina promovida pelas relações de trabalho no mundo público, promovendo assim uma forma de emancipação e empoderamento do feminino. Enquanto público consumidor e também como produtor/empresária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender quais eram os conteúdos das relações de gênero vividos por mulheres empresárias na cidade de Joinville. Neste cenário, ao realizar as entrevistas com seis mulheres empresárias, pude compreender como se dava sua experiência enquanto mulheres que decidiram empreender e ter sua condição de ser empresária, principalmente em relação à escolha de um novo reposicionamento de vida e carreira, num cenário que envolvia decisões pessoais em um contexto mais amplo.

Este trabalho buscou seu norte na compreensão da experiência em contexto que orienta-se pelo fato de que ser homem e ser mulher é uma construção produzida por dinâmicas culturais e sociais diferentes, com consequências diferentes em relação à igualdade. Tomar estes aspectos no sentido amplo é considerar o contexto social, as necessidades estruturais da vida cotidiana, o mercado, os desejos e expectativas, e tudo o que interfere na constituição dos sujeitos como seres sociais. Esta forma de análise foi fecunda para analisar no que consistia os sentidos de reposicionamento feminino empreendido pelas empresárias pesquisadas, ou os sentidos da produção de rupturas frente às estruturas tradicionais e desiguais na relação entre o trabalho feminino e masculino quando se pensava o contexto do empreendimento de negócios criados por estas mulheres na cidade de Joinville.

A análise nesse trabalho, das relações de gênero em contexto e de maneira relacional, permitiu a possibilidade de vislumbrar alternativas inibidoras à fixidez, à clausura, a uma imobilidade das representações de gênero, e que não concorde com a repetida e monótona naturalização pelo sexo. Nesse trabalho, o gênero não representa um indivíduo e sim uma relação, uma relação social, em que as mulheres nesta relação temporal e histórica puderam estabelecer processos de subjetivação para sua elaboração como pessoas dos mecanismos de poder e de sua desconstrução e construção de novas possibilidades como sujeitos e agência de si em condições de igualdade.

Desta forma, apesar de neste trabalho se constatar a reafirmação da condição de uma divisão sexual do trabalho naturalizada nos lares das mulheres empresárias, principalmente no que concerne ao cuidado com os afazeres da casa e

o cuidado com os filhos, pude compreender que nos princípios motivadores refletidos pelas mulheres na decisão de empreender um negócio em Joinville estava perceptível, ao mesmo tempo, também uma nova experiência frente aos temas clássicos da divisão sexual do trabalho e de sua composição enquanto relação social longamente marcada por percepções de relações binárias e desiguais. Neste sentido, a escolha por empreender um negócio refletia uma decisão consciente frente a suas conjunturas particulares, em um processo reflexivo que produzia a agência de si. Empreender para estas mulheres pesquisadas é parte de uma nova reflexividade em relação ao espaço da casa e da reprodução, como prática social cotidiana.

Como pesquisadora, pareceu-me num primeiro momento, que as mulheres empresárias em sua decisão de tornarem-se donas de um negócio, como único meio de experiência profissional denotavam no seu rol de escolhas e de justificativas que estavam seguindo sem romper totalmente com as práticas estabilizadas. Portanto, estavam dentro de um ordenamento cultural mantenedor da experiência do feminino subordinada às hierarquias entre os sexos com leituras de gênero vinculadas aos mitos da superioridade do masculino. Todavia, com a leitura mais cuidadosa das entrevistas e nos entremeios da pesquisa pude perceber que havia um lugar criativo, uma agência, no sentido giddeano a partir da qual se processavam no discurso e nas práticas das empresárias estratégias de inserção, permanências no meio e continuidades de si frente aos projetos que elas engendram como empresárias. Estes aspectos faziam com que suas ações face às relações de gênero como escolhas conscientes e positivas dessem nascimento a um novo lugar de si enquanto mulheres, enquanto profissionais e empresárias, enquanto mães e enquanto esposas, pois, para as mulheres pesquisadas, ao constituírem-se como empresárias também faziam uma rearticulação das posições que marcavam a separação entre trabalho produtivo e reprodutivo, entre ser mãe e profissional. Sua condição de empresária lhes permitia positivação de outras esferas da vida, uma construção positiva desta nova realidade contextual. Neste sentido, é que percebi neste trabalho um processo reflexivo no qual as mulheres individualmente decidiram driblar as desigualdades por meio de lógicas próprias criadas. Assim, num sentido da possibilidade e da escolha, que foi possível o entendimento da agência destas mulheres empresárias. Em que o sentido de empreender tornou-se parte de uma

nova reflexividade em relação ao espaço da casa e da reprodução, que também envolveu aquisição de saberes, apropriação tecnológica no mundo material e investimentos pessoais para a construção de novos espaços de trabalho, entre a rua e a casa.

Ao mesmo tempo, percebi nessa pesquisa que o empoderamento que as mulheres promovem para si frente à iniciativa de empreender um negócio, não é de todo homogêneo e unilinear e faz pensar na tradicional divisão sexual do trabalho, em sua permanência e rearticulação sob outros conteúdos. Neste sentido, a divisão sexual do trabalho percebida nessa pesquisa através da experiência e do relato das mulheres empresárias não cria por si mesma a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas recria um outro lado da subordinação que existe também nas outras esferas do social. Pois, elas podem até romper com o teto de vidro financeiro, mas a agência individual não muda totalmente a estrutura de todas as relações onde estão inseridas, principalmente o que está conectado ao seu âmbito doméstico, e que concerne ao cuidado com a casa e com os filhos. Nesse sentido é que compreendi neste estudo que o modelo de conciliação entre vida profissional e vida familiar não acrescenta muito à emancipação das mulheres e à ruptura total das clássicas divisões entre trabalho produtivo e reprodutivo, pois continua recaindo sobre elas a necessidade de conciliação de jornadas e atividades entre o público e o privado, entre o trabalho de empreender e o cuidado com a casa, resultando na dupla ou tripla jornada a que são submetidas. Mas, elas tampouco parecem reivindicar esta igualdade em suas relações, parecem mais estarem forjando um novo caminho para si mesmas, em que, sendo donas de seus negócios, promovem seu empoderamento financeiro e recriam seu espaço doméstico, e, assim podem escolher se limpam o banheiro ou pagam para alguém - outra mulher - fazê-lo.

Nesta pesquisa ficou muito clara também a indistinção que se estabelece entre o tempo de trabalho e o de não trabalho, principalmente frente às formas atuais de envolvimento subjetivo das mulheres empresárias enquanto empreendedoras e donas de seus negócios e de sua agenda. Mas a motivação de empreender dessas mulheres empresárias, ao quererem articular em suas vidas vida pessoal e profissional, e na experiência delas, sem a noção de desigualdades de gênero, demonstrou que a feminilidade delas está implicada na construção de

novas formas de trabalho. Trabalho este que pode ser realizado de casa, no seu lar, perto de seus filhos. Assim, esta dissertação demonstrou que as mulheres empresárias continuam sem se deslocar da tradicional função e atribuições relevadas aos espaços de ser mãe e esposa, mas em sua vida profissional recriam aspectos, procurando assim conciliações.

Também pude confirmar nessa pesquisa, ao ouvir o relato das mulheres empresárias, que existe uma relação entre sua decisão de empreender e se colocarem no mundo empresarial, com o contexto cultural do município em que estão inseridas, a cidade de Joinville. As mulheres empresárias, tendo ou não em sua família de sangue a origem alemã, afirmam que existe uma relação entre sua decisão pessoal de empreender, e os discursos e práticas em que estão envolvidas, com um forte apelo à cidade de Joinville e seu passado da imigração alemã, com seus símbolos identitários, sobretudo quando aspectos valorativos estão atrelados a “vocação para o trabalho” empreendido no cenário local. Assim, há a constante retomada na fala das entrevistadas de um cenário da cidade de Joinville que motiva, que inspira, que empurra e incentiva o empreendedorismo, a independência, o ganhar dinheiro, independentemente de sua condição de ser homem ou mulher. Então, para estas mulheres, o incentivo ao empreendedorismo no cenário local é uma situação que não esbarra em desigualdades de incentivo ou participação feminina, mas ressoa como um coro uniforme também direcionado a elas.

Mas mesmo com o incentivo de uma cultura partilhada local, com essa “vocação para o trabalho” ressonante e que foi mais uma vez descortinada em situação de entrevista pela fala das pesquisadas, pude perceber nesse trabalho um entrave ao empreendedorismo das mulheres pesquisadas, e que num cenário mais amplo não muda completamente essa cultura dos homens empresários e de um cenário androcêntrico do empreendedorismo. Afirmando isso pois mesmo as mulheres relatando experiências e se auto percebendo como possuidoras de “habilidades empreendedoras” tais como o “fazer tudo ao mesmo tempo” e ser “cuidadosa, pró ativa, firme mas compreensiva”; estabelecendo relações e redes sociais e empresariais; se instruindo mais e tendo um bom capital social e cultural, percebo que suas reais possibilidades de inserção no mercado esbarram em uma característica fundamental no mundo dos negócios: crescimento. As mulheres pesquisadas promoveram seu empoderamento social, pessoal e financeiro, e se

reposicionaram positivamente no mundo do empreendedorismo joinvilense, pois puderam entrar e se firmar no cenário do empresariado, mas, apenas uma é empreendedora de um negócio de médio porte, que emprega diversas pessoas e gera, possivelmente, lucros mais substanciais. As outras cinco empresárias têm micro empresas, mas, segundo seus relatos de experiência, isso não é um problema, mas sim representa uma escolha: elas não querem ter grandes negócios, elas não pretendem crescer mais ou além da conta, pois, segundo elas, isso implicaria perda de qualidade de vida e tempo familiar. As mulheres empreendedoras pesquisadas decidiram empreender, segundo suas falas, para terem qualidade de vida, segurança financeira, tempo para si, e tempo para os filhos, e, deste modo, impõem-se um cenário em que a escolha é por um equilíbrio entre trabalho e família, e, assim acaba que a maioria das empresas de mulheres são pequenas e apresentam dificuldades de crescimento.

Por fim, o interessante neste trabalho foi perceber o quão ampla pode ser a pesquisa no âmbito do empreendedorismo feminino, e de toda a gama de recortes que esse tema favorece e que não puderam ser completamente contemplados nessa pesquisa atual, mas que podem contribuir em novos recortes de pesquisa futuros. É muito interessante a construção de estudos empíricos que possam preencher as lacunas existentes no campo de estudos do empreendedorismo, voltados normalmente ao estudo de um sujeito universal masculino. Deste modo, é importante sublinhar que o estudo que eu realizei foi situado e diz referência a um recorte específico com sua realidade específica, por isso faz-se interessante futuramente o estudo de outros contextos do empreendedorismo feminino, com perspectivas analíticas diferentes, que quem sabe possam responder e refletir-se a outros códigos. Por isso, seria interessante, por exemplo, aprofundar pesquisas que demonstrem a fragilidade dos mecanismos previdenciários do empreendedorismo para mulheres frente às condições de doença ou de afastamentos mais longos, tais como maternidade ou cuidado de enfermos, tarefa que tradicionalmente ainda cabe em muitos casos às mulheres. Do mesmo modo, seria frutífero um trabalho futuro com um claro recorte de classe, para perceber numa situação de pesquisa as diferenças e relações imbricadas que existem em situações de empreendedorismo que se dividam entre dois pólos: a intenção de empreender por necessidade e por oportunidade - hipoteticamente talvez relacionado a mulheres pobres e mulheres

ricas, respectivamente. Outro recorte de pesquisa que me interessou muito para pesquisas futuras, e que foi revelado através do estudo para este trabalho, mas que não foi aprofundado nesta dissertação, foi o empreendimento dos negócios femininos de mulheres e para mulheres, pois as relações que se estabelecem nesse contexto parecem conectar um interessante modelo de empoderamento feminino que mescla um cenário específico de demanda e consumo femininos.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Casa e modo de produção. In: **Mulheres na força de Trabalho na América Latina: Análises qualitativas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986, p. 94- 120
- AGUIAR, Neuma. Perspectivas Feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. In: AGUIAR, Neuma: **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.
- ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 3a ed. São Paulo: brasiliense, 1985
- ARAUJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAUJO, Clara; SCALON, Celi (org). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARAUJO, Angela M. C. Gênero nos estudos do trabalho (Para lembrar Elizabeth Souza Lobo). In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org). **Gênero nas fronteiras do Sul**. Campinas: Pagu / Núcleo de Estudos de Gênero, Unicamp, 2005.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. In **Revista Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro: PUC, v.17, n2, 2005.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Gênero, Identidade, Diferença. In: **Aletria: Revista de Estudos de Literatura**. Belo Horizonte: UFMG, v.9, n.1, 2002.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 4.ed, 1970.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: BALTAZAR DA ROCHA, M. I. (org). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.



BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 23, n. 2, Dec. 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Marília Gomes de (org.) **Ciência, Tecnologia e Gênero: abordagens iberoamericanas**. Curitiba: Editora UTFPR, 2011.

CASTRO, Cláudio de Moura. A prática da pesquisa. São Paulo: Mc Graw Hill, 1977.  
CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. In: **Educação e Realidade**, v. 20, n.2, julho/dezembro, 1995.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos: UFSCar, 1993.

CONNELL, R.W. **Masculinities**. California: University of California Press, 1995.

CYRINO, Rafaela. **Mulheres executivas: a divisão do trabalho doméstico à luz dos estereótipos de gênero**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. In Cadernos de Pesquisa Fundação Carlos Chagas. Rio de Janeiro: FCC, n.115, 2002.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Instituto Piaget: Lisboa, 1994.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.

\_\_\_\_\_. Os Alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARUVA, Borges de. **Joinville 150 anos**. Joinville: Alfarrábios Comunicação, 2001.

GARRAU, Marie; LE GOFF, Alice. **Care, justice et dépendence**: introduction aux théories du care. Paris: Universitaires de France, 2010. p.39-66.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. 2a edição. São Paulo: UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

HAICAULT, Monique; COMBES, Daniele. Produção e reprodução. Relações sociais de sexo e de classes. In: VVAA. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 23 – 43.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FICKER, Carlos. **História de Joinville**. Subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca. 2ª edição. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965. 447p. Capa dura. Ilustrado.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** - 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

KERGOAT, Daniele. Da divisão sexual do trabalho entre os sexos. In: HIRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social** - Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1989.

\_\_\_\_\_. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_, HIRATA, Helena. Novas Configurações Da Divisão Sexual Do Trabalho. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In FAUSTO, B. (org). **Fazer a América**. São Paulo: EdUSP, 2000, p.13-31.

LAEMMLE, Morgana T. **As "alemoa" ou as brasileiras:** com quem devo me casar?. 1. ed. Blumenau: Legere/Nova Letra, 2014. v. 500. 128 p.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Eloísa Buarque de (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-242, 1994.

LENOIR, Remy. O objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, P; LENOIR, R; MERLLIÉ PINTO, L. **Iniciação à prática sociológica.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. In: **Teoria & Educação.** Porto Alegre: Pannonica, nº 6, pp. 1992, pp. 53-67.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos – As representações do feminino e do masculino no discurso médico (São Paulo 1890 –1930). In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel. **O corpo feminino em debate.** São Paulo: UNESP, 2003. p. 107-127.

MILLS, Wrigth. **A imaginação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 6a edição, 1994.

MINAYO, Maria Cecília Souza de. Hermenêutica: Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza de; DESLANDES, Suely Ferreira (org). **Caminhos do pensamento:** epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 83-107, 2003.

MOLINIER, Pascale; LAUGIER, Sandra; PAPERMAN, Patricia Paperman. **Qu'est ce que le "care"?:** souci des autres, sensibilité, responsabilité. Paris: Edition PAYOT, 2005.

MONTICELLI, Thays A. **Diaristas, afeto e escolhas:** ressignificações no trabalho doméstico remunerado. Curitiba, 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 8, n.2, 2000.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OLESEN, Virginia. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEREIRA, Daniela. Para os descendentes de alemães, seguir a tradição de empreendedorismo é mirar no futuro. **Jornal de Santa Catarina**, 27 Jun. 2013. Disponível em: <<http://jornaldesantacatarina.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/06/para-os-descendentes-de-alemaes-seguir-a-tradicao-de-empreendedorismo-e-mirar-no-futuro-4182820.html>>. Acesso em: 27 jun. 2013

PERROT, Michelle (Org.). **História da vida privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PETERS, Michael. HISRICH, Robert D. **Empreendedorismo**. São Paulo: Bookman, 2004.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PISCITELLI, Adriana. **Jóias de Família: gênero e parentesco em histórias sobre grupos empresariais brasileiros**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006

POPPER, Karl. **A lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

RENAUX, Maria Luisa. **O outro lado da história: o papel da mulher no Vale de Itajaí, 1850-1950**. Blumenau: Editora da FURB, 1995.

RUBIN, Gayle (1975). **O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo**, mimeo. Tradução: SOS-Corpo, Recife, 1993.

SACKS, Karen. Engels revisitado: a mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAFFIOTI, Helleieth I.B. Rearticulando Gênero e Classe. In: A. O. Costa & C. Bruschini (orgs.), **Uma Questão de Gênero**, Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho no Brasil no século XIX. In: SAMARA, E. (Org). **As ideias e os números do gênero: Argentina, Brasil e Chile no século XIX**. São Paulo: Hucitec/Vitae, 1997.

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. In **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 16, n.1, 2008.

SCHWANDT, Thomas. Três posturas epistemológicas: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna (orgs). **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, n.16, v.2, jul./dez, 1990.

\_\_\_\_\_. "**Gênero**: Uma categoria útil para análise histórica." Tradução (para o português) de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993.

\_\_\_\_\_. A mulher trabalhadora. In: **História das Mulheres, Século XIX**, (Org.) Georges Duby e Michelle Perrot, São Paulo: Edições Afrontamento, Ebradil, vol.3, 1994.

\_\_\_\_\_. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: UFSC / Editora Mulheres, p. 1-23, 1999. Disponível em: <[http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan\\_Scote-Experiencia.pdf](http://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scote-Experiencia.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2015

\_\_\_\_\_. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SEBRAE. **Os donos de negócio no Brasil**. Série Estudos e Pesquisas. Brasília, 2014.

SEYFERTH, Giralda. **A Colonização Alemã no Vale do Itajaí-mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

\_\_\_\_\_. **Nacionalismo e Identidade Étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naíra (orgs). **Os alemães no sul do Brasil**: cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994.

\_\_\_\_\_. **A imigração no Brasil**: comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: BIB, n. 57, p. 7-47, 2004.

\_\_\_\_\_. Formação das identidades culturais em contextos migratórios. In: **29º Encontro Anual da ANPOCS**, 2005, Caxambu - MG. Anais do 29º Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2005. v. 6.

\_\_\_\_\_. Imigração e etnicidade: a mulher imigrante e a simbólica da identidade de grupo. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Florianópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. Problemas de classe e gênero em narrativas de imigrantes. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 8**. Corpo, Violência e poder, 2008, Florianópolis. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8. Corpo, Violência e poder. Florianópolis, 2008. v. 1.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, Dec. 2007.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. O care como um regime estratificado: Implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena Sumiko; GUIMARÃES, Nadya Araujo (Orgs). **Cuidado e Cuidadoras**: As várias faces do Trabalho do Care, 2013. p. 103-116.

SORRENTINO, Sara; RANGEL, Olívia. **Gênero**: conceito histórico. São Paulo, Grabois, Edição número 33, mai/jun/jul, 1994.

SOUZA-LOBO, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_. “O Trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

TABET, Paola. Las manos, los instrumentos, las armas. In: CURIEL, Ochy; FALQUET, Jules (orgs). **El patriarcado al desnudo**: tres feministas materialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

TAMANINI, Marlene. Gendrificação, ciência e ética em contextos de experiência reprodutiva. **Revista Pistis Praxis**, Teologia Pastoral. Curitiba: PUC, v. 4, n. 1, p. 107-134, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_; MONTICELLI, Thays A. Desafios do Care: Vulnerabilidades, Políticas e Justiça Social. In **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: CFH/CCE, UFSC, v. 22, n.3, 2014.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, SUSAN. R. , JAGGAR, Alison M. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos. 1997, p. 186 – 203.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (orga). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo horizonte: Autentica, 1999. p. 35-

82.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A - Roteiro Da Entrevista Semiestruturada

## PESSOAL

1. Nome
2. Idade
3. Estado Civil
4. Se for casada, quanto tempo é casada
5. Número de Filhos ou se pretende tê-los
6. Fale um pouco sobre sua origem (família, pai, mãe)
7. Religião
8. Mora em Joinville há quanto tempo?
9. Nasceu em Joinville?
10. Mora em casa ou apartamento
11. Mora próxima ao trabalho?

## FORMAÇÃO ACADÊMICA

1. Onde estudou
2. Gosta de estudar e aprender?
3. Fez Graduação?
4. Tem Pós Graduação ou Mestrado?
5. Fez cursos que tenham a ver com o seu negócio ou empreendedorismo?
6. Como vê a formação acadêmica na relação com o dia a dia profissional?
7. Fez cursos no exterior?
8. Fez intercâmbio fora do Brasil?

## SOBRE A EMPRESA

1. Como surgiu sua empresa?
2. Você pensou muito antes de empreender?
3. Já havia considerado a possibilidade de abrir um negócio como uma opção de vida?
4. Onde trabalhava antes, o que fazia, em que atuava



5. O que fez criar a empresa
6. Fez um planejamento para abrir e estruturar o negócio?
7. Que recursos (financeiros, pessoais, materiais) precisou para implementar o negócio?
8. Precisou de ajuda para empreender? (financeira ou pessoal)
9. Qual a motivação para empreender
10. Como surgiu a ideia de ser empreendedora
11. Existem empreendedores na família?
12. O que seus pais fazem/faziam profissionalmente?
13. A empresa é a única fonte de renda?
14. Se for casada, o marido tem empresa?
15. Trabalha sozinha ou o marido ajuda na empresa?
16. Tem funcionários ou funcionárias?
17. Quais os objetivos pessoais com a empresa?
18. Quais os objetivos profissionais com a empresa?

#### SOBRE O DIA A DIA NA EMPRESA

1. Como é o seu trabalho na empresa?
2. O que você faz diariamente
3. Em que áreas gosta de se concentrar
4. Como é a relação com os funcionários e funcionárias?
5. Você delega atividades?
6. Quantas horas trabalha por dia?
7. Trabalha aos fins de semana?
8. Trabalha em casa após o horário?
9. Tira férias? Quantos dias?
10. Pensa em se aposentar, mesmo sendo empreendedora?
11. Que importância dá as relações internas e externas na empresa?
12. Que contatos são mais importantes: fornecedores, clientes, pessoas de influência, núcleos de empresários

#### SOBRE O EMPREENDEDORISMO

1. O que significa empreender

2. Quais as características de uma pessoa empreendedora
3. Homens e mulheres são diferentes como empreendedores?
4. Quais suas características pessoais mais importantes para sua empresa?
5. Como descreveria a si próprio como a líder da sua empresa?
6. O que é diferente na maneira como você comanda seus negócios?
7. O que lhe dá mais satisfação ao comandar a empresa?
8. O que lhe dá mais prazer no processo de empreender?
9. Qual o fator mais importante para o sucesso da sua empresa?
10. Qual foi o momento mais crítico no início do negócio ou mesmo depois de sua criação? Como foi superado?
11. Qual é o lado positivo de ser empreendedora? E o negativo?
12. Como a carreira como empreendedora afeta sua família?
13. Quais são as parcerias necessárias para empreender?
14. Participa de grupos, núcleos, entidades que concentrem empreendedores?
15. Qual a relação que estabelece entre Joinville e o empreendedorismo

#### CASA E FAMÍLIA

1. Quem realiza o trabalho doméstico
2. Que tipos de trabalhos domésticos o marido faz
3. Tem empregada doméstica ou diarista?
4. Quem cuida dos filhos?
5. Os filhos vão a escola, ficam com babás, com as avós?
6. Como o fato de empreender facilita ou dificulta a rotina dos afazeres domésticos
7. Se não tem filhos, como será ser mãe e empreendedora ao mesmo tempo